

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – CTC  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
NA CIDADE DE VOLTA REDONDA: UM ESTUDO SOBRE  
REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO E IDEOLOGIA

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA

RIO DE JANEIRO – RJ

2006

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA

A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
NA CIDADE DE VOLTA REDONDA:  
UM ESTUDO SOBRE REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO E IDEOLOGIA

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências (M.Sc.).

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus.

Rio de Janeiro – RJ

Agosto / 2006

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA

A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
NA CIDADE DE VOLTA REDONDA:  
UM ESTUDO SOBRE REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO E IDEOLOGIA

Aprovada em: \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus – Orientador  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

---

Prof. Dr. <sup>a</sup>. Arlete Moysés Rodrigues  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

---

Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP)

---

Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Dedico este trabalho ao meu pai, Carlos Roberto de Oliveira, proletário que conheceu profundamente os anátemas da vida operária [nos estaleiros de construção naval de Niterói], que envolveram desde as complicadas relações entre o patronato e o sindicalismo até mesmo as marcas de uma dolorosa doença pulmonar causada pela emissão de poluentes aos quais era submetido durante seu trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado de uma trajetória de muita luta para afirmação de minhas idéias, que durante meu breve percurso acadêmico já significaram muitas controvérsias, retaliações e dificuldades de aceitação. Nem sempre é tão simples percorrer caminhos inversos, profanar concepções hegemônicas ou mesmo questionar o que a academia considera incontestável.

Por este motivo, inicio meus agradecimentos pelo Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas, que sempre demonstrou, durante o curso, grande interesse para que esta pesquisa fosse realizada, e apoiou com entusiasmo as minhas embrionárias proposições. Sua disponibilidade, mesmo durante as suas férias, para a leitura meticolosa dos meus escritos foram providenciais para a realização desse trabalho. Agradeço sua generosidade em transmitir ensinamentos e experiências acadêmicas e em me auxiliar na participação em eventos e no estágio em docência superior. A nossa convivência acadêmica foi essencial para minha formação, mas concluo este mestrado com a certeza de que encontrei, mais que um orientador, um grande amigo.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, que me forneceu importante auxílio durante grande parte do curso, através da bolsa de mestrado. Também agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ pelo apoio financeiro à realização de pesquisas de campo em Volta Redonda.

Neste particular, sou grato a todo o corpo docente do programa, em especial aos professores: Prof. Dr. Jorge Soares Marques, o coordenador do mestrado, que contagia pelo constante interesse em contribuir ao máximo com as necessidades do curso; Prof. Dr. Hélion Póvoa Neto, cujas aulas sobre Globalização e Mobilidade Espacial da População foram muito importantes para minha formação; Prof. Dr. João Rua, que aceitou participar da banca do seminário de mestrado e ofereceu generosas sugestões e indicações bibliográficas; e ao Prof. Dr. Miguel Ângelo Ribeiro, pelos ensinamentos das aulas de Geografia e Turismo, pela participação na banca de qualificação e por aceitar o convite para compor a banca de defesa; sou grato também pelo seu interesse constante em ajudar neste trabalho, com empréstimo de obras congruentes com o tema e sugestões / provocações sempre construtivas.

Poucos são os mestrandos que contaram com tamanha sorte de assistir aulas com corpo discente tão qualificado. Clara, Eliane, Jeremias, Luiz Cláudio, Ronaldo, Rogério e Rose são colegas inesquecíveis que, cada qual à sua maneira, me ajudaram a aprofundar meus conhecimentos em cada conteúdo estudado.

Agradeço à Prof. Dr<sup>a</sup>. Arlete Moyses Rodrigues, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, antes de mais, pelos seus escritos que auxiliaram de maneira significante na construção de minha análise sobre a concepção de Desenvolvimento Sustentável e a sua dimensão espacial, mas também por aceitar o convite para participar da banca de defesa desta dissertação.

Agradeço ao Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira, por sua participação na banca do seminário de qualificação (onde ofereceu grandiosas sugestões que espero ter contemplado) e por aceitar participar da banca de defesa da dissertação. É importante destacar o grande impacto que causou, nas reflexões desta dissertação, a leitura de sua brilhante tese de doutorado. Mas seu apoio ultrapassou as fronteiras dos rituais acadêmicos e em conversas informais (como no Colóquio de Geocrítica, no Chile, em 2005), o Prof. Floriano sempre esteve disposto a dividir seus conhecimentos e apontar novos caminhos para meu trabalho. Este agradecimento é extensivo à sua esposa, Prof<sup>a</sup>. Eveline, e a todo o Departamento de Geografia da UERJ – Faculdade de Formação de Professores (São Gonçalo), unidade em que cursei a graduação em geografia e iniciei efetivamente a investigação da *Ideologia do Desenvolvimento Sustentável*, e onde sempre contei com o apoio dos professores, em especial de Marcos Couto, Marcos César, Eduardo Karol, Charlles da França e, *in memoriam*, Cláudio Barbosa.

A este último, Professor Cláudio, deixo aqui um agradecimento especial por seus ensinamentos durante a graduação, e principalmente pela sua amizade e generosidade. Eu e o Gilmar dividimos a dor pela notícia da perda precoce deste grande amigo em comum, e, naquela triste manhã de setembro de 2005, espero ter prestado uma singela homenagem na turma da graduação em que cumpria meu estágio em docência ministrando a melhor aula possível sobre Geografia Crítica, justamente no dia em que esta corrente se despedia de um de seus grandes militantes.

Agradeço também a todos que participaram ativamente no importante debate travado por ocasião da apresentação das minhas idéias no IV Colóquio Marx e Engels, realizado na UNICAMP, em 2005, no Centro de Estudos Marxistas. Nesta oportunidade, conhei o Prof. Dr. Manoel Rebêlo Jr., da UFMS, que apontou as similaridades entre o arcabouço teórico de sua tese apresentada na USP e a minha pesquisa, naquele momento ainda em curso. Mesmo sem mandar o texto (um dia ainda cobro pessoalmente!), tive a oportunidade de ler o seu trabalho sobre o atual processo de recolonização e comprovar a consonância crítica de nossa visão sobre o real significado do Desenvolvimento Sustentável.

Sou grato aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) por aceitarem a minha participação como aluno externo na disciplina Urbanização e Ordenamento Territorial: Questões Ambientais Contemporâneas, ministrada pelo Prof. Dr. Jorge Luiz Barbosa e pela Prof. Dr.<sup>a</sup> Ester Limonad, onde obtive importantes referências bibliográficas sobre o desenvolvimento sustentável em sua face urbana. Contudo, agradeço destacadamente ao Prof. Dr. Ruy Moreira, que durante o curso foi responsável pelas aulas em duas ocasiões. Além das frutíferas discussões destes encontros, ressalto que seus escritos tanto influenciaram minha análise tanto sobre o Desenvolvimento Sustentável quanto sobre a reestruturação produtiva de Volta Redonda, e por este motivo nossas breves conversas após as aulas foram importantíssimas na formação de minhas asserções.

No decorrer da construção deste trabalho final do curso de pós-graduação, encontrei em Volta Redonda inúmeras pessoas sempre dispostas a me ajudar. As pesquisas de campo foram muito facilitadas pela simpatia de seus habitantes em fornecer informações e falar com entusiasmo ímpar sobre a história local. Em cada visita, construí amizades, e, ao final deste trabalho, nutro um sentimento especial pela cidade.

Assim, agradeço inicialmente o grande carinho da estudante de engenharia florestal Norma Maciel, que me apresentou a cidade com detalhe, participando ativamente de significantes momentos da pesquisa. Sua ajuda foi extremamente importante, seja pelo cuidadoso relato dos acontecimentos que marcaram sua infância

em Volta Redonda ou mesmo pelo caloroso incentivo nos momentos de maior dificuldade no desenvolvimento desse trabalho.

Na Casa da Agenda 21 de Volta Redonda (e posteriormente na sede situada no edifício Plaza Business Center), fui recebido com especial atenção pela Secretária Executiva do Fórum, a arquiteta Letícia Batista Barroso, que me mostrou cuidadosamente o material reunido naquela instituição, entre documentos, materiais de divulgação e obras afins. Durante nossas conversas ficou bastante perceptível sua seriedade e dedicação em todo o processo de construção e atuação da Agenda 21Local. Assim, entre fotocópias e entrevistas, seu auxílio foi primordial para a execução deste trabalho.

Na C.S.N., agradeço a possibilidade de efetuar uma pesquisa em suas instalações graças principalmente ao auxílio do Sr. Dalmiro, do Setor de Visitação, que em contatos por correspondência eletrônica me inscreveu em uma visita especial, juntamente com alguns funcionários e familiares da empresa. Durante a visita, sou grato ao instrutor, Júnior, atencioso e extremamente detalhista no que se refere às etapas da produção do aço, números da produtividade e valores de investimentos, especificamente em meio ambiente. Além destes, agradeço aos operários participantes da visita (e também aqueles os quais atrapalhei, momentaneamente, na execução de suas tarefas), que responderam com entusiasmo os meus questionamentos e curiosidades.

No Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e Região, agradeço a atenção do Sr. Paulo Agildo de Liz, diretor de Saúde e Assuntos Previdenciários e também co-responsável pelos assuntos que envolvem as relações entre os trabalhadores da C.S.N e as questões do meio ambiente. Sua entrevista foi bastante elucidativa, demonstrando claramente todo o caráter conciliatório entre as direções sindicais atuais e a da Siderúrgica.

Na FERP (Fundação Educacional Rosemar Pimentel) encontrei as portas abertas de sua biblioteca para minha investigação, onde pesquisei diversas monografias e materiais sobre o tema. Tive a oportunidade de conhecer alguns de seus professores, e agradeço especialmente ao Prof. Cléber, coordenador da Pós-Graduação em Geohistória e Preservação do Meio Ambiente, pela oportunidade de expor minhas idéias aos discentes do programa.

Agradeço também, ainda em solo volta-redondense, à Sr.<sup>a</sup> Solange Wehaibe, da Livraria Veredas, pela prazerosa conversa em seu estabelecimento, onde adquiri importantes obras a respeito da cidade e obtive informações sobre outros pesquisadores de Volta Redonda. Da mesma forma agradeço também ao Geraldo, estudante de história da FERP que conheci na feira dominical da cidade, em cuja banca de livros encontrei preciosidades sobre a história local.

São muitos amigos que, de maneiras distintas, proporcionaram apoio à consecução dos meus propósitos, sendo impossível relacionar todos os nomes. Inicio estes agradecimentos relatando a grande ajuda de Guilherme Ribeiro, colega de graduação e, atualmente, doutorando em geografia da UFF, que antes mesmo de meu ingresso na pós-graduação já contribuía com sua análise sempre rigorosa da temática. Guilherme sempre esteve disposto a refletir sobre minhas propostas e a me incentivar nos momentos de maior dificuldade. Também demonstrou ser, durante minha breve trajetória acadêmica, um admirador confesso desta discussão que apresento sobre a concepção de desenvolvimento sustentável. Por isso, suas indicações bibliográficas e acompanhamento das investigações foram, indubitavelmente, fundamentais para o amadurecimento das proposições centrais. Por fim, a sua leitura crítica e minuciosa facilitou a correção das simplificações e o aprofundamento de algumas questões anteriormente negligenciadas.

Agradeço também a alguns companheiros na prática da ciência geográfica, como: Zilmar Luiz R. Agostinho, que efetuou uma leitura de parte dos escritos e ainda me auxiliou na compra de livros sobre a temática; Ana Cláudia R. Sacramento, que se predispôs a trazer da USP – onde cursa o mestrado – a tese do M. Rebêlo; e Marilete Boy Oliveira, que também contribuiu com diálogos sobre o assunto e com o empréstimo de algumas obras sobre meio ambiente.

Não posso deixar de agradecer ao estudioso Júlio César F. Santos, recém graduado em geografia na UERJ e já iniciando o curso de mestrado em geografia na USP, que viajou comigo para o Chile e ouviu, sem possibilidade de recusa, minhas longas explanações sobre a pesquisa. Hoje vejo claramente o quanto importante foram nossas conversas a respeito de minha dissertação.

Agradeço com grande carinho a psicopedagoga Jacqueline Marinho de Castro, que forneceu importante apoio intelectual através da leitura crítica e meticulosa dos meus escritos iniciais, mas sou grato principalmente por ter dividido comigo tantas conquistas e dificuldades. Apesar de não mais caminharmos juntos, minha torcida é que sempre continuemos sendo cúmplices em nossos triunfos.

Sou grato à minha estudiosa irmã Sabrina Dias de Oliveira, crítica severa e costumaz de minhas idéias desde a monografia, o que de fato auxilia profundamente na construção da defesa das mesmas, proporcionando um grande incentivo na melhoria das minhas asserções. Também contei com seu grande conhecimento adquirido na graduação (e agora no mestrado em curso) em química para decifrar alguns “códigos” presentes nas teses analisadas sobre poluentes da siderurgia ou mesmo nas obras gerais sobre Volta Redonda.

Finalmente, agradeço meus pais, Carlos Roberto e Maria Luiza, em nome de toda a minha família, pela dedicação e carinho, pelo orgulho sempre demonstrado em minhas conquistas e principalmente por serem os grandes responsáveis pelas vitórias na minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional.

Em conjunto com todos estes que me querem tão bem, agradeço a Deus pela paz oferecida nestes caminhos tão difíceis.

## RESUMO

O Desenvolvimento Sustentável desponta atualmente como novo padrão de organização econômico-social para todos os países (centrais e periféricos), baseado na proposta de uso racional dos recursos naturais para a satisfação das necessidades das gerações presente e futura. É de acordo com esta concepção imprecisa, delineada no documento denominado “Nosso Futuro Comum” e consolidada no acordo internacional intitulado Agenda 21, que a cidade de Volta Redonda (Brasil) vem baseando uma recente reestruturação territorial.

Formada a partir de uma usina siderúrgica – a C.S.N. – esta cidade é marcada por forte segregação social e constantes problemas ambientais. O Desenvolvimento Sustentável apresenta-se como um potente discurso capaz de reunir inúmeros defensores na cidade (como a prefeitura municipal, a C.S.N. recentemente privatizada e a sociedade civil) e fomentar a aparência de interesse comum. Destacamos o componente ideológico presente nesta concepção, que atende o ordenamento territorial hegemônico e de forma alguma serve como estratégia de transformação social.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável; Reestruturação Territorial; Volta Redonda; C.S.N.; Ideologia.

## ABSTRACT

Nowadays, the Sustainable Development blunts as a new economic-social pattern of organization for all the centrals and peripherals countries. It is supported in a reasonable use of the natural resources to satisfy the necessities of the present and future generations. In compliance with this inaccurate concept, delineated in the document called “Our Common Future” and consolidated in the international agreement entitled Agenda 21, Volta Redonda City (Brazil) is supporting a recent territorial restructuration.

Volta Redonda was formed from a siderurgical plant – C.S.N. – and it is known by a strong social segregation and serious environment problems. The Sustainable Development presents as a powerfull speech, that is able to gather countless defenders in the city (the local government, the C.S.N. – that recently became private – and the civil society), and foments the illusion of a common interest. We bring out the ideological component presented in this view, that serves to the dominant territorial ordering and no way it serves as a social transformation strategy.

**Keywords:** Sustainable Development; Territorial Restructuration; Volta Redonda; C.S.N.; Ideology.

## RESUMÉN

El desarrollo sostenible surge actualmente como un nuevo parámetro de organización económica y social para todos los países (centrales y periféricos), basado en la propuesta de uso racional de los recursos naturales para la satisfacción de las necesidades de las generaciones presente y futura. Es de acuerdo con esta concepción delineada en el documento intitulado “Nuestro Futuro Común” y consolidada en el acuerdo internacional intitulado Agenda 21 que la ciudad de Volta Redonda sigue construyendo su proceso reciente de re-estructuración territorial.

Formada a partir de una usina siderúrgica – la CSN – Volta Redonda es marcada por una fuerte segregación social y constantes problemas ambientales. El desarrollo sostenible presentase como un potente discurso capaz de reunir los innumerables defensores en la ciudad (como la jefatura municipal, la CSN ahora privatizada y la sociedad civil) y fomentar la ilusión de una voluntad general. Destacamos el componente ideológico presente en esta concepción, que sustenta al ordenamiento territorial dominante y que de nada sirve como estrategia de cambio social.

**Palabras-clave:** Desarrollo Sostenible; Re-estructuración Territorial; Volta Redonda; C.S.N.; Ideología.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAP-VR	Associação dos Aposentados de Volta Redonda
ABCD	Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul e Diadema
ACIAP-VR	Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Volta Redonda
ADESG	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADFC	Associação de Defensores da Floresta da Cicuta
AEVR	Associação dos Engenheiros de Volta Redonda
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
AMDA	Associação Macaense de Defesa Ambiental
AMPAS	Associação dos Usuários das Águas do Médio Paraíba do Sul
APA	Área de Proteção Ambiental
APADEFI	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Físicos de Volta Redonda
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
BCSD	Business Council for Sustainable Development
BIB	Batalhão de Infantaria Blindada
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDL-VR	Clube dos Diretores Lojistas de Volta Redonda
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CECISA	Imobiliária Santa Cecília
CEF	Caixa Econômica Federal
CEIVAP	Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores

CIAM	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CMVR	Câmara Municipal de Volta Redonda
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COHAB-VR	Companhia de Habitação de Volta Redonda
CONAM	Conselho das Associações de Moradores (Volta Redonda)
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Volta Redonda)
COORDEMA	Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente (Volta Redonda)
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista
CPRM	Centro de Pesquisa de Recursos Minerais
CREA – RJ	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ETPC	Escola Técnica Pandiá Calógeras
FAM	Federação das Associações de Moradores (Volta Redonda)
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FERP	Fundação Educacional Rosemar Pimentel
FESP	Fundação Escola de Serviços Públicos
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUGEMSS	Fundação General Edmundo de Macedo Soares e Silva
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

GP	Gabinete do Prefeito – Volta Redonda
IBAMA	Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBS	Instituto Brasileiro de Siderurgia
ICLEI	Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IPPU-VR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – Volta Redonda
ISO	International Organization for Standardization
IULA	Internacional Union of Local Authorities
JOC	Juventude Operária Católica
MERCOVALE	Mercado Comum do Vale Paraíba
MIT	Instituto Tecnológico de Massachussets
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S.A.
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Volta Redonda)
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAMA	Semana Nacional do Meio Ambiente
SEVRE	Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda
SIDERBRÁS	Siderúrgica Brasileira S.A.
SINDUSCO	Sindicato da Construção (Volta Redonda)
SMAC	Secretaria Municipal de Ação Comunitária (Volta Redonda)
SMC	Secretaria Municipal de Governo (Volta Redonda)
SME	Secretaria Municipal de Educação (Volta Redonda)
SMP	Secretaria Municipal de Planejamento (Volta Redonda)
SMS	Secretaria Municipal de Saúde (Volta Redonda)
SMSP	Secretaria Municipal de Serviços Públicos (Volta Redonda)
SOM	Superintendência das Oficinas Mecânicas (C.S.N.)
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental
UFF	Universidade Federal Fluminense
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNIFOA	Centro Universitário Fundação Oswaldo Aranha
UPV	Usina Presidente Vargas
USIMINAS	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S. A.
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

**Fotografia 1** – Ação do Exército no interior da Usina Presidente Vargas (1988), p. 101.

**Fotografia 2** – Soldados do Exército em posição de guerra no interior da usina (1988), p. 101.

**Fotografia 3** – Inauguração, em 1.<sup>º</sup> de maio de 1989, do Monumento “09 de novembro”, p. 127.

**Fotografia 4** – Monumento aos operários destruído na madrugada seguinte ao dia da inauguração (02.05.1989), p. 127.

**Fotografia 5** – Monumento reconstruído com as marcas do atentado, p. 127.

**Fotografia 6** – Sider Shopping, p. 128.

**Fotografia 7** – Escola Técnica Pandiá Calógeras, p. 128.

**Fotografia 8** – Sede da Fundação C.S.N., p. 128.

**Fotografia 9** – Casa da Agenda 21 de Volta Redonda, p. 134.

**Fotografia 10** – “Jovem Jardineiro”, p. 134.

**Fotografia 11** – Entrada principal do moderno Estádio da Cidadania, p. 135.

**Fotografia 12** – Coleta Seletiva de Lixo nos Bairros, p. 135.

**Fotografia 13** – Coleta de Resíduos Perigosos (pilhas e baterias), p. 135.

**Fotografia 14** – Ginásio Municipal do Skate, p. 136.

**Fotografia 15** – E.T.E. Vila Rica, p. 136.

**Fotografia 16** – Fábrica de Tijolos Ecológicos, p. 137.

**Fotografia 17** – ARIE Floresta da Cicuta, p. 137.

**Fotografia 18** – Monumento aos Ex-Combatentes, p. 147.

**Fotografia 19** – Memorial Getúlio Vargas, p. 147.

**Fotografia 20** – Praça Brasil, p. 147.

## **LISTA DE ESQUEMAS, FIGURAS E MAPAS**

**Esquema 1** – Linha do tempo do processo de construção do Desenvolvimento Sustentável, p. 67.

**Esquema 2** – Linha do tempo do processo de transformação de Volta Redonda em Cidade Sustentável, p. 168.

**Figura 1** – Perspectiva da Cidade Industrial de Tony Garnier, p. 84.

**Figura 2** – Bairro Residencial da Cidade Industrial de Tony Garnier, p. 84.

**Figura 3** – Perspectiva da Cidade [Auto-] Sustentável, p. 153.

**Mapa 1** – A Região do Médio Vale Paraíba Fluminense, p. 72.

**Mapa 2** – Estado do Rio de Janeiro, com destaque para a Região do Médio Vale Paraíba, p. 72.

**Mapa 3** – Estrutura Urbana de Volta Redonda, p. 85.

**Mapa 4** – Condição sócio-ambiental dos Bairros de Volta Redonda, p. 117.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>2 A DIALÉTICA GLOBAL – LOCAL E O ADVENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM VOLTA REDONDA .....</b>	<b>31</b>
2.1 O SURGIMENTO DA AGENDA 21 LOCAL DE VOLTA REDONDA .....	33
2.2 AS RAÍZES HISTÓRICAS DA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	40
2.3 O RELATÓRIO BRUNDTLAND E A FORMULAÇÃO DE UMA IDÉIA CONSENSUAL .....	48
2.4 A CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO SOB A ÉGIDE DO NEOLIBERALISMO.....	59
2.5 O VERDADEIRO ALVORECER DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA CIDADE DE VOLTA REDONDA .....	68
<b>3 A “INSUSTENTABILIDADE” DA CIDADE INDUSTRIAL DE VOLTA REDONDA .....</b>	<b>71</b>
3.1 O NASCIMENTO DE UMA CIDADE-SÍMBOLO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL.....	74
3.2 A ADAPTAÇÃO FARSESCA DE UM MODELO DE CIDADE INDUSTRIAL.....	79
3.3 A DESINTEGRAÇÃO DO MODELO E A EXPLOSÃO DO CONFLITO SOCIAL .....	86
3.4 O REAL SIGNIFICADO DE “INSUSTENTABILIDADE”.....	103
3.5 OS PROBLEMAS AMBIENTAIS DE VOLTA REDONDA.....	116

<b>4 A TRANSFORMAÇÃO DE VOLTA REDONDA EM “CIDADE SUSTENTÁVEL”.....</b>	<b>123</b>
4.1 A IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO CONJUNTO DE OBJETOS E PRÁTICAS NO TERRITÓRIO .....	125
4.2 A MUDANÇA NA RELAÇÃO ENTRE A C.S.N. E O MEIO AMBIENTE	138
4.3 O PODER MUNICIPAL E A CRIAÇÃO DE UMA NOVA IMAGEM PARA VOLTA REDONDA.....	144
4.4 A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE LOCAL NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	154
4.5 O CARÁTER IDEOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA CIDADE DE VOLTA REDONDA.....	165
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>174</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>186</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Slavoj ŽIŽEK afirma, em sua notável reflexão intitulada *O Espectro da Ideologia* (1996), que parece mais fácil para a população mundial imaginar o “fim do mundo”, com a visão assombrosa de um colapso da natureza que ocasione a destruição da vida na Terra, do que uma mudança muito mais modesta no modo de produção, como se houvesse uma verdadeira impossibilidade de implementação de uma alternativa séria e real ao sistema capitalista (ŽIŽEK, 1996, p. 07). Assim como a sociedade capitalista avançada nos fornece este exemplo categórico de Ideologia (conforme indicação do autor), nos evidencia também a existência de um violento e incontestável estigma, de caráter transnacional, que podemos denominar como *Crise Ambiental*, marcada principalmente por uma ordem de escassez de recursos naturais e pela crescente poluição em suas mais diversas formas, acrescidos pela incapacidade de resolução imediata dos anátemas ecológicos engendrados pelo próprio sistema político-econômico vigente.

A impossibilidade de realização de uma profunda metamorfose na engenharia da crise originou a proclamação de uma proposta paliativa de solução, baseada nas discussões de conclave internacionais, e sintetizada sob a imprecisa concepção de Desenvolvimento Sustentável, enigmaticamente definido como um novo modelo capaz de promover a satisfação das necessidades presentes e futuras da humanidade. Os esforços para sua efetivação devem compreender as mais diversas escalas, do global ao local, independente da situação de desenvolvimento econômico, e também sua promoção deve amalgamar os mais diversos atores sociais, desde governantes e empresários até trabalhadores e estudantes.

Indiscutivelmente, a concepção de Desenvolvimento Sustentável tem conseguido conquistar fiéis defensores, e tornou-se terminologia obrigatória em ambientes empresariais, industriais, acadêmicos, midiáticos ou governamentais. A simples abrangência e capacidade de cooptação desta nova idéia, que em diversas ocasiões é destacada como irrefutável, nos despertou o interesse em compreender seu surgimento, evolução e desdobramento práticos. Iniciamos a nossa breve trajetória nesta senda na monografia de graduação do curso de Licenciatura em Geografia, cujo título *A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável no Ensino da Geografia* (OLIVEIRA, 2001) já indicava nossa preocupação com as relações entre esta concepção, tão vaga e imprecisa, e a *Geografia* praticada no Ensino Fundamental e Médio.

O aprofundamento teórico deste primeiro trabalho e o consequente surgimento de outras questões bastante pertinentes nos proporcionou o interesse de percorrer novos caminhos de pesquisa, investigando com maior apuro o real significado deste emergente “modelo” de desenvolvimento. Tornou-se necessário então, para a evolução das idéias de nosso primeiro esforço analítico, a investigação de um referencial empírico para entendermos os efeitos e resultados desta nova fórmula de *reestruturação do território*, compreendendo as vicissitudes da aplicação do Desenvolvimento Sustentável em bases materiais. Com este intento de analisar, através de um *recorte territorial*, as reais implicações da implantação do Desenvolvimento Sustentável em um estágio avançado, chegamos até o estudo da cidade de Volta Redonda, localizada no Médio Vale Paraíba Fluminense, que aparece com grande pioneirismo na criação e execução da Agenda 21 Local, cujo escopo é a consecução deste novo padrão.

Quando apresentamos nosso projeto de pesquisa ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) apontamos sua adequação à área de concentração *Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico*, na medida que entendemos que a Agenda 21 (documento primaz do Desenvolvimento Sustentável), mesmo muitas vezes considerada um documento débil e de execução mínima e inviável, é um importante arsenal de estratégias para com o território que ainda necessita de melhor compreensão. A própria escolha da cidade de Volta Redonda, de importância histórica incomensurável, nos proporcionou enveredar pelos seus atuais processos de reestruturação urbana e industrial, suscetíveis aos efeitos do conturbado processo de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (C.S.N.), concluído em 1993.

Vale ressaltar que percorrer os descaminhos da história desta cidade é, sem dúvida, compreender a própria trajetória política, econômica e social do Brasil a partir da República Nova (1930). O então presidente da república, Getúlio Vargas, ao selecionar entre as possíveis cidades candidatas o então decadente oitavo distrito cafeeiro de Barra Mansa, *Santo Antônio de Volta Redonda*, para construir o maior empreendimento siderúrgico da América Latina e proporcionar a gênese definitiva do Capitalismo no Brasil, fez desta cidade uma verdadeira síntese das transformações da história nacional. A população de Volta Redonda vivenciou com ímpar magnitude o populismo autoritário do próprio Vargas, a vigilância e violência da Ditadura Militar (que transformou a cidade em Área de Segurança Nacional), e a própria reestruturação neoliberal vigente, com a desestatização da C.S.N. e todo o conjunto de atos para supressão de investimentos sociais por parte desta empresa.

Além disso, a cidade foi palco de graves conflitos sociais, que envolvem desde as perseguições constantes da ditadura militar até a trágica invasão do Exército Brasileiro durante ocupação grevista na C.S.N., que resultou no assassinato, com tiros de fuzil (muniçados com balas manufaturadas a partir do aço da própria siderúrgica de Volta Redonda), de três jovens operários no interior da Usina. Foram, certamente, provas cabais de que escolhemos investigar uma cidade marcada pela luta, contra a injustiça e o aprisionamento político das idéias, onde o conflito de classes foi elevado às suas últimas consequências.

De forma alguma causou estranheza o fato de que a cidade escolhida como símbolo da gênese do desenvolvimento capitalista no Brasil também fosse precursora no atual processo contemporâneo de saneamento e reorganização deste antigo padrão industrial, e arena importante para as recentes mutações impostas pela Crise Ambiental engendrada no âmago do próprio modo de produção capitalista. Enquanto “cidade industrial”, identificamos claramente em Volta Redonda as mazelas sócio-ambientais em proporções ainda mais perturbadoras.

Logicamente, a construção do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda envolvia complexidades que extravasavam explicações generalizantes, e por isso nossa análise deveria ser constituída a partir das razões inerentes ao seu quotidiano, envolvendo sua própria história e ordem territorial. São sábias as formulações de Milton SANTOS, em sua obra *A Natureza do Espaço* (2002), quando afirma que os *lugares* reproduzem o país e o mundo segundo uma ordem, que cria a sua própria diversidade e sua especificidade (SANTOS, 2002, p. 125), numa dialética de convivência global e local (*Ibid.*, p. 339). A proeminente reflexão do autor nos motivou compreender a adoção local do Desenvolvimento Sustentável enquanto paradigma na

cidade de Volta Redonda, na expectativa de buscar explicações nesta dialética entre o local e o global.

Destarte, uma questão central tornou-se pertinente, expressa da seguinte forma: *Qual é o significado territorial da construção do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda?* Logo, esta inquietação se desdobrou em novos questionamentos: [1] Por que Volta Redonda adotou a cartilha contida na Agenda 21? [2] O que tem sido modificado no município de Volta Redonda a partir destas premissas? [3] Quais são os atores envolvidos na construção deste novo modelo e quais seus principais interesses? [4] Existe um descompasso entre as práticas sociais que efetivam o Desenvolvimento Sustentável e as concepções que as sustentam?

Com o objetivo central de interpretarmos os sentidos da construção do Desenvolvimento Sustentável em Volta Redonda, nossa preocupação maior foi encontrar o método mais adequado à pesquisa, ou seja, de operacionalizarmos nossos objetivos específicos e promovermos o difícil diálogo entre o global e o local nas explicações inerentes. O método deveria contemplar a lógica de verificação da nossa hipótese, onde o Desenvolvimento Sustentável não significaria mudança qualitativa, mas sim manutenção da ordem vigente, pois além de funcionar como equacionamento capitalista dos problemas ambientais (através de paliativos de ordem técnica, destacadamente nos países da periferia econômica mundial), possui um sedutor componente ideológico, baseado em uma aparência de política ambiental revolucionária e ao mesmo tempo necessária, e por isso mesmo capaz de eclipsar as divergências de interesses de classes em prol de um objetivo de enganoso aspecto comum.

Trabalhamos, então, com a hipótese central que a definição de Desenvolvimento Sustentável se enquadra enquanto uma *Ideologia*. Inicialmente,

lembra que, longe de ser uma ilusão ou uma idéia fantasmagórica, a Ideologia existe em bases concretas / territoriais. Não se trata, de forma alguma, de um pensamento errado ou falso, ou uma corruptela maniqueísta da classe dirigente para impetrar ideais que não correspondam à realidade material. Argumentos assim não atingem o bojo da questão; ao contrário, fornecem um aspecto simplista ao conceito, em uma abordagem de antagonismos que distorcem o real objetivo e o concreto, como se existisse uma verdade pura advinda do pensamento crítico e todo o resto fosse um conjunto de elucubrações mesquinas e inexatas sobre os fatos históricos.

A Ideologia, para MARX, é a legitimação objetivamente cínica das relações de poder existentes (ŽIŽEK, 1996, p. 12), pois a classe dominante necessita não somente do controle das relações materiais, mas também da produção de idéias que garantam a dominação da produção intelectual, instrumentalizando-o com seus mecanismos de propagação. Os ideólogos (intelectuais ativos da classe dominante) constróem idéias a partir das necessidades intrínsecas à classe hegemônica, mas com o objetivo de promoverem uma consciência universal, onde os ideais dominantes pareçam idéias “verdadeiras” e “autônomas” (CHAUÍ, 1982, p. 87). Assim, a necessidade maior da Ideologia é ocultar a realidade da luta de classes, na expectativa de promover um pensamento universalizante e socialmente comum.

Nós sabemos o quanto é historicamente controvertido o conceito de Ideologia, cujos matizes de interpretação (mesmo se falarmos somente no horizonte teórico marxista) são inesgotáveis, gerando diversas e profundas discussões quanto até mesmo à sua viabilidade. Contudo, destacamos que a questão da ideologia é de importância constante, principalmente quando lembramos que “*os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes*”

(MARX; ENGELS, 2001, p. 48), afirmativa que nos parece traduzir perfeitamente o significado de Desenvolvimento Sustentável.

Desta forma, são nos proeminentes escritos de Marilena CHAUÍ, começando pelo instigante *O que é Ideologia* (1982), mas também analisando suas idéias no artigo *Ideologia e Educação* (1980) e nas obras *Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas* (1982a) e *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária* (2001), que encontramos os fundamentos necessários para a construção do método para compreensão do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda. Este método esteve baseado neste tríplice suporte de idéias que relacionamos a seguir:

- [1] A Ideologia procura se mostrar autônoma, ou seja, busca dissimular sua origem (CHAUÍ, 1982, p. 114), pois a sua lógica só pode manter-se coerente pela ocultação de sua gênese (Id., 1980, p. 25);
- [2] A Ideologia possui base material (Id., 1982, p. 105), e por este motivo abrange a concretude, sendo perceptível na paisagem através de sua existência física ou corpórea;
- [3] A Ideologia é um “corpus” de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o *que* se deve e *como* se deve pensar (Id., 1980, p. 24), generalizando para toda a sociedade os interesses e o ponto de vista particulares da classe que domina as relações sociais.

Neste sentido, a partir destas idéias, estruturamos esta dissertação em três capítulos que contemplassem os descaminhos da gênese, evolução e efetiva implementação no território do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda.

No primeiro capítulo o objetivo central foi compreender as raízes históricas da concepção em tela através especificamente do estudo de documentos como o *Limites do Crescimento*, o *Relatório Brundtland* e a *Agenda 21*, e do esquadriamento das grandes conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas, realizadas em Estocolmo (1972) e no Rio de Janeiro (1992). O interesse foi investigar a gênese do Desenvolvimento Sustentável, que geralmente se apresenta como uma idéia autônoma e apócrifa. Neste primeiro momento nos deparamos com uma concepção “ancestral” – o *Ecodesenvolvimento* (que simbolizou uma tentativa inicial, na década de 1970, de combinação entre desenvolvimento e meio ambiente) – e relatamos as vicissitudes com o atual significado de Desenvolvimento Sustentável, que atravessam os campos político, econômico e social. O caminho percorrido resultou na análise do Desenvolvimento Sustentável em escala global, onde traçamos um paralelo com a emersão deste conceito na cidade de Volta Redonda através da adoção de seus pressupostos pela C.S.N. privatizada e pela implementação da Agenda 21 em escala local.

O fato da C.S.N. adequar-se à esfera política do meio ambiente, sob os auspícios do Desenvolvimento Sustentável, e a celebração da Agenda 21 Local, presidida pelo prefeito municipal e com grande número de entidades parceiras, foram fundamentais para engendrarmos, no momento seguinte, uma investigação sobre a real aplicação dos procedimentos basilares do Desenvolvimento Sustentável na cidade de

Volta Redonda. No segundo capítulo, nosso cerne foi o entendimento da *insustentabilidade* ambiental (em suas diversas facetas: urbana, econômica, política e social) da cidade outrora fundada como representação do progresso de um Brasil moderno e industrial. As graves crises, típicas da sociedade industrial-capitalista em sua face atual, atingiram com grande violência esta cidade industrial, formulada como principal símbolo do governo desenvolvimentista de Getúlio Vargas.

Neste instante lembramos K. Marx que apontou, a partir de argumento de Hegel, que importantes fatos históricos se repetem duas vezes: a primeira como tragédia, a segunda como farsa (MARX, 2000, p. 13). Assim, a análise histórica da constituição do complexo usina-cidade que caminhou do suntuoso para o decadente, e por esse motivo empreende um atual processo de reestruturação, nos criou a perspectiva da substituição de uma reprodução propositadamente imperfeita de cidade industrial para um novo modelo de cidade sustentável de acordo com os interesses dominantes. Seria, então, a aplicação do Desenvolvimento Sustentável repetindo a história em tom farsesco?

No terceiro e último capítulo, o escopo de análise foi o estudo dos resultados da implementação do Desenvolvimento Sustentável em Volta Redonda, relatando as novas práticas no território que perfazem estratégias concatenadas pelos diferentes atores sociais da cidade. Nossa interesse foi apreender o papel da utilização desta concepção na reestruturação territorial em curso, que envolve a C.S.N. (Companhia Siderúrgica Nacional) agora privatizada e a Administração Municipal, e também conta com a forte participação de associações de moradores, grupos religiosos e de sindicatos tradicionais da cidade de Volta Redonda. Pois afinal, como o Desenvolvimento Sustentável, concepção advinda de conclave mundiais e documentos

internacionais consegue amalgamar interesses tão dissonantes em torno de um ideal comum na cidade de Volta Redonda?

Esta inquietação sobre a capacidade de sedução do Desenvolvimento Sustentável em cooptar diferentes atores, mesmo com as mais diversas perspectivas de ação e filiações teóricas, nos persegue desde a participação em junho de 1999 da SENAMA 99 (Semana Nacional do Meio Ambiente)<sup>1</sup>. Durante o evento, ficou perceptível como professores de diversos segmentos (ensino fundamental, médio e superior, das redes pública e privada, e de várias disciplinas), agentes comunitários, integrantes de ONG's, estudantes, funcionários públicos do IBGE, CPRM, IEF, IBAMA e outros, bombeiros, policiais, médicos, assistentes sociais, partidários de “esquerda” e “direita”, todos coadunavam com a idéia de que a construção do Desenvolvimento Sustentável, em caráter urgente e multi-escalar, era o caminho seguro na construção de uma sociedade mais justa e equável e para a redenção dos inúmeros males da humanidade.

É esta mesma consternação cada vez mais renovada e fortalecida que percorrerá as análises contidas nesta dissertação.

---

<sup>1</sup> A SENAMA 99 (Semana Nacional do Meio Ambiente) intitulava-se “Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável”, e ocorreu no Auditório da PETROBRÁS e no Centro de Treinamento do BNDES, no Rio de Janeiro.

## 2 A DIALÉTICA GLOBAL – LOCAL E O ADVENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM VOLTA REDONDA

“O Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.” (BRUNDTLAND, 1988, p. 46)

A noção de Desenvolvimento Sustentável, cuja definição citamos na epígrafe, emergiu em um breve trabalho conjunto de organizações não-governamentais e da ONU, no ano de 1980, mas ganhou contornos finais no propalado Relatório Brundtland, intitulado, de maneira incisiva, de “*Nosso Futuro Comum*”. Publicado em 1987, por uma comissão da ONU, este documento corresponde a um estudo detalhado dos graves problemas mundiais, de ordens econômicas, sociais e ambientais, onde o Desenvolvimento Sustentável aparece como fórmula consensual e inequívoca de solução. E a celebração definitiva desta nova estratégia de desenvolvimento ocorreu na Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a ECO – 92), ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, com a adoção de um longo e complexo receituário de ações intitulado *Agenda 21*, que sintetizou para os países participantes as medidas salutares para a construção de um novo modelo.

Na mesma conjuntura em que se desenrolavam estes momentos cruciais na gestação do Desenvolvimento Sustentável, onde comissões internacionais propugnavam a esperança de um mundo ambientalmente melhor e socialmente mais justo, acontecia na cidade fluminense de Volta Redonda um violento conflito de natureza sindical. Enquanto cidade criada a partir de uma indústria – a Companhia Siderúrgica Nacional (C.S.N.), de grande importância histórica no decorrer do processo de industrialização do

Brasil – Volta Redonda viveu intensamente conflitos do “mundo do trabalho”, aprofundados, particularmente, na década de 1980. Esta trajetória de luta proletária ficou historicamente simbolizada pelo assassinato de três operários dentro da própria C.S.N., durante ocupação da Usina Presidente Vargas<sup>2</sup> pelos trabalhadores em greve, que sofreram dura retaliação do Exército Brasileiro e da Polícia Militar (principalmente das tropas vindas do Rio de Janeiro). Este período sangrento não evitou a privatização da C.S.N., no ano de 1993, após uma verdadeira reformulação de investimentos sociais e enxugamento de gastos em pessoal, e um definitivo afastamento da empresa das preocupações com a cidade.

As preocupações centrais deste momento inicial da investigação são justamente os entrelaces que promovem o encontro de uma concepção construída pela tecnocracia dos países mais avançados economicamente com uma cidade localizada no estado do Rio de Janeiro, marcada pela existência de uma usina siderúrgica central e pela força (muito recente) da luta sindical. Com a criação do *Fórum da Agenda 21 Local de Volta Redonda*, organizado pela Poder Municipal, com o apoio da C.S.N. e a participação efetiva da sociedade local, o Desenvolvimento Sustentável despontou como nova estratégia de desenvolvimento para a cidade. O objetivo deste capítulo, então, foi primeiramente compreender como ocorreu o surgimento do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda, em particular, o que acabou por nos obrigar a também investigar as raízes históricas da concepção de Desenvolvimento Sustentável, através da análise dos documentos e dos conclave internacionais que precederam sua constituição.

---

<sup>2</sup> O complexo siderúrgico sediado em Volta Redonda foi desta forma batizado em 1961, em homenagem ao presidente brasileiro fundador da C.S.N. Houve posteriormente, inclusive, a tentativa de modificar o nome do município que passaria a se chamar Getúlio Vargas, mas esta idéia sofreu veto dos militares (LOPES, 1993, p. 133).

## 2.1 O SURGIMENTO DA AGENDA 21 LOCAL DE VOLTA REDONDA

Quando analisamos a breve história da noção de Desenvolvimento Sustentável, logo compreendemos que o relatório intitulado *Agenda 21* é o marco simbólico que significou a transformação de uma potente idéia, capaz de cooptar os mais diferentes atores sociais, em um verdadeiro conjunto de ações e práticas no território. A Agenda 21 é um documento muitas vezes vilipendiado como um conjunto inexequível de bases para ação, uma vez que alguns autores a consideram um catálogo de recomendações sem exigências de efetivação, e por isso mesmo, sem prática concreta no território (EVASO, 1992, p. 96; COSTA, 2002, p. 06; entre outros). Porém, entendemos que, ao contrário de um catálogo de propostas estanques, a Agenda 21 funciona como um grande compromisso político cujos ensinamentos se tornaram um conjunto de ações e práticas no território dos países participantes da conferência.

A Agenda 21 apresenta-se como uma fortaleza capaz de ocultar seu conteúdo explicitamente neoliberal<sup>3</sup>, camuflado sob uma face ideológica de possibilidade de criação de uma sociedade mais justa e ambientalmente saudável. Com a persuasiva Agenda 21, de aparência débil e inofensiva, o Desenvolvimento

---

<sup>3</sup> A Agenda 21 é um trabalho tipicamente neoliberal, e logo em seu segundo capítulo intitulado “Cooperação Internacional para Acelerar o Desenvolvimento Sustentável dos Países em Desenvolvimento e Políticas Internas Correlatas” lemos sobre a importância da “cooperação internacional”, através da liberalização do comércio (AGENDA 21, 2001, p.15), interrupção e retrocesso do protecionismo (*Ibid.*, p.17), e aceitação da tutela de organismos como GATT e UNCTAD no gerenciamento das relações comerciais (*Ibid.*, p. 18) para o aumento da produção e dos lucros (p. 20). Assim, os recursos biológicos (na verdade, toda a natureza) na Agenda 21 constituem-se em capital com potencial de produção sustentável (*Ibid.*, p. 257), onde a sua própria conservação significa uma poupança ou aplicação financeira de incontestável viabilidade. É importante destacar que discutiremos com maior detalhe esta aproximação entre os pressupostos econômicos neoliberais e as medidas necessárias para implementação do Desenvolvimento Sustentável no decorrer deste capítulo.

Sustentável abandonou o caráter “conceitual” e adquiriu uma dimensão estratégica, como bula de um novo modelo de desenvolvimento.

A Agenda 21 é o documento central da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a ECO – 92), e corresponde a um pacto resumido em 40 capítulos que sintetizam um verdadeiro arsenal de atividades logísticas a serem empreendidas pelos mais diversos países do mundo, e também pelos mais diferentes atores sociais. Quando observamos atentamente esta obra, logo notamos a obsessão pelos termos de ordem técnica *planejamento e manejo*, sempre atrelados às decisões político-econômicas, e integrando os custos à sociedade, de modo que os preços reflitam adequadamente a relativa escassez e contribuam para evitar a degradação ambiental. Esta tática objetiva diminuir a exploração através do uso racional dos recursos naturais, mediante pressão financeira e aumento dos custos. Percebemos o quanto a produção capitalista, na busca incessante pelo lucro, estabelece um preço na natureza (SMITH, 1988, p. 88), e cria uma verdadeira tarifação sobre a poluição no meio ambiente (SCHMIDHEINY, 1992, p. 27).

Este documento assinado na ECO – 92 funciona como um grande receituário – uma espécie de manual prático – na criação de Agenda 21 locais, como o caso específico da cidade de Volta Redonda. Percorrendo seu texto, encontramos um grande catálogo de medidas essenciais, onde podemos destacar, em consonância com as preocupações geográficas de M. Santos (2002), duas estratégias espaciais centrais: [1] a criação de formas materiais (*objetos*) no território<sup>4</sup>; e [2] a adoção de práticas

---

<sup>4</sup> Conforme podemos encontrar no “Capítulo 11 – Combate ao Desflorestamento”, que indica a necessidade de estabelecer, expandir e gerenciar sistemas de áreas protegidas, o que inclui sistemas de unidades de conservação, ou ainda, no mesmo capítulo, o incentivo a desenvolver florestas plantadas, “industriais e não-industriais”, com o objetivo de apoiar e promover programas nacionais de florestamento e reflorestamento / regeneração (AGENDA 21, 2001, p. 164).

territoriais, como a vigilância ou repressão, por intermédio da movimentação dos sujeitos (*ações*)<sup>5</sup>. Além deste conjunto, que envolve a criação de *objetos* e a execução de *ações* no território, e do estabelecimento de um tutorial como uma série de medidas plurais de intervenção ambiental<sup>6</sup>, este documento estimula a criação de agendas locais específicas, conclamando a participação efetiva da sociedade local, da comunidade científica, dos sindicatos, das populações indígenas, dos comerciários e industriários, dos agricultores, das ONG's e todas as esferas de governo. Como mecanismos basilares para estas práticas locais, a ciência deverá sempre fortalecer sua participação na construção do desenvolvimento sustentável (Capítulo 35), propagada nas atividades de ensino, conscientização e promoção de treinamento (Capítulo 36).

O marco factual da construção do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda costuma ser situado, de acordo com a própria Agenda 21 Local e segundo alguns pesquisadores do tema (CANDIDO, 2002; CORRÊA, 2004; GRANDE, 1999), no ano de 1997, quando no mês de junho ocorreu um debate promovido pela Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Volta Redonda (ACIAP-VR), com o título de *Vamos Repensar Volta Redonda*. Tratou-se de um encontro cujo objetivo foi o diálogo entre os diversos grupos locais no intuito de criarem propostas de superação dos graves problemas da cidade de Volta Redonda, onde os dilemas ambientais, as

---

<sup>5</sup> Como notamos no Capítulo 17, onde é apontada a prioridade no tocante aos “cuidados” com o território, através de mecanismos como “avaliações de impactos ambientais” (AGENDA 21, 2001, p. 298), ou ainda fortalecendo as estruturas jurídicas e regulamentares para gerenciamento e fiscalização (Ibid., p. 317). No capítulo seguinte (18), que trata dos recursos hídricos, lemos a necessidade de “treinamento e motivação” do pessoal destacado para empreendimento dos programas de avaliação e fiscalização (Ibid., p. 352).

<sup>6</sup> Como exemplos desta pluralidade, a Agenda 21 estimula desde a execução de ações contra o desflorestamento (Capítulo 11), a desertificação (Capítulo 12) e pela proteção da atmosfera (Capítulo 9) a um melhor manejo dos recursos hídricos, agrícolas e biológicos (Capítulos 14, 15 e 18) e até um maior controle do crescimento populacional (Capítulo 5).

dificuldades sociais (como o desemprego) e as questões urbanas tinham grande relevo, principalmente após a desestatização da C.S.N.<sup>7</sup>.

Deste debate, onde estiveram presentes 30 entidades, entre sindicatos, associações de moradores, conselhos locais e regionais, representantes da igreja, da indústria e comércio, além de participantes do Executivo e Legislativo Municipal, foram encaminhadas diversas propostas ao então prefeito Antônio Francisco Neto, que promulgou a lei municipal n.º 3.386/97, encaminhada pelo Vereador José Ivo de Souza, instituindo o Programa da Agenda 21 Local de Volta Redonda.

Com a ratificação jurídica da Agenda 21 em Volta Redonda, o Comitê “Qualidade de Vida”, formado a partir do movimento “*Vamos Repensar Volta Redonda*”, participou da criação de uma comissão, formada por representantes das secretarias e autarquias governamentais, para servir de interlocutora entre o poder público e a sociedade local. Ao todo foram nomeados 12 integrantes, ocorrendo a indicação da secretária-executiva do projeto, a arquiteta Letícia Barroso Batista, que trabalhava na antiga Secretaria Municipal de Serviços Públicos, transformada em 1985 em Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Meio Ambiente (LOPES, 2004, p. 232) e, posteriormente, retornando ao seu antigo nome original, com a criação da COORDEMA – Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente, em 1995.

No ano seguinte, sob a coordenação da Dr.<sup>a</sup> Patrícia Kranz, do ICLEI, e com a participação efetiva de diversas associações e entidades, ocorreu o primeiro *workshop*

---

<sup>7</sup> No próximo capítulo, investigaremos com detalhe os graves e multifacetados problemas da cidade de Volta Redonda aqui mencionados sinteticamente.

de Planejamento da Agenda 21 de Volta Redonda<sup>8</sup>. O ICLEI – Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais – é uma conhecida ONG internacional que promove auxílio na construção de Agendas 21 locais, e que costuma organizar eventos desta natureza a partir de dinâmicas e diálogos entre os participantes.

Assim, a coordenação do evento propôs o estabelecimento de um diagnóstico inicial, em que cada participante listaria os problemas mais evidentes e comuns da cidade, que desencadearia na reflexão de possíveis soluções, apresentadas em plenária, onde necessariamente ocorresse a construção de parcerias e cada um teria um papel a desempenhar (GRANDE, 1999, p. 21).

A partir do questionamento “*Qual o sonho para Volta Redonda daqui a 10 anos?*”, foram apresentadas as seguintes propostas: Reformulação Estética; Cidadania Plena; Cidade Despoluída e Ambientalmente Saudável; Renda Suficiente para Todos; Sistema Viário e de Transportes de Qualidade; Opções Variadas de Lazer e de Cultura; Universidade Voltada para a Pesquisa; Centro de Excelência para a Saúde, Educação e Tecnologia; Moradia Digna para Todos; Saúde de Qualidade e Urbanização Modelo (Ibid., p. 22). Seis grupos de estudos foram formados a partir da constatação, em

<sup>8</sup> Entre aos participantes deste evento, destacam-se representantes da Federação das Associações de Moradores (FAM), Secretaria Municipal de Governo (SMC), Associação dos Aposentados de Volta Redonda (AAP-VR), Câmara Municipal de Volta Redonda (CMVR), Companhia de Habitação de Volta Redonda (COHAB-VR), Rotary Club – VR Leste, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), Setor Social da Diocese de Volta Redonda / Barra de Piraí, Conselho Municipal de Desenvolvimento de Volta Redonda (CMDV), Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Físicos de Volta Redonda (APADEFI), Clube dos Diretores Lojistas (CDL-VR), Associação dos Engenheiros de Volta Redonda (AEVR), Sindicato da Construção (SINDUSCON), Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e Região, Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSPI), Gabinete do Prefeito e(GP), Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (SEVRE), Secretaria Municipal de Educação (SME); Centro Cultural Mandela, Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente (COORDEMA), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPU), Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC), Associação Bairro Santa Cruz, Assessoria de Imprensa da Prefeitura, Secretaria Municipal de Planejamento (SMP), Associação de Defensores da Floresta da Cicuta (ADFC), Fundação Escola de Serviços Públicos (FESP), entre outros (GRANDE, 1999, p. 21).

plenária, de que a orientação a seguir seria a construção de um planejamento baseado na noção de *Desenvolvimento Sustentável*. Vale ressaltar que a construção do Desenvolvimento Sustentável em Volta Redonda adquiriu um tom consensual, relatado no próprio documento do Fórum da Agenda 21 Local, a partir de um evento que ocorreu em apenas dois dias (28 e 29 de maio de 1998), no Centro de Treinamento Gerencial da Companhia Siderúrgica Nacional – C.S.N.

Em 15 de agosto de 1998, um novo debate ocorreu nas dependências da Associação Atlética Comercial, onde foram aprovados (sempre em plenária) o estatuto e o Regimento Interno do Fórum, assim como se decidiu pela implantação dos seis grupos temáticos seguintes, responsáveis pela elaboração de diagnósticos e recomendações: [1] Poluição Atmosférica; [2] Recursos Hídricos; [3] Lixo; [4] Arborização Urbana; [5] Trabalho e Renda e [6] Educação e Cultura. Existe ainda um sétimo eixo central da Agenda 21 de Volta Redonda – Criança e Adolescente – que só seria instituído posteriormente, em novembro de 1999.

Se no primeiro momento havia 30 entidades participantes, neste segundo debate já saltavam para 47 associações (que ingressaram durante as comemorações do aniversário da cidade, no mês anterior). Atualmente, são mais de 80 associações que participam do Fórum da Agenda 21, efetivamente organizado pela COORDEMA, e que possui ainda cinco instituições parceiras: a Associação de Engenheiros e Arquitetos de Volta Redonda, a Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Volta Redonda (ACIAP-VR), o Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (SENGE-VR), o

Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)<sup>9</sup>.

O ano de 2000 é bastante significativo neste processo de construção da Agenda 21 Local. Em 12 de abril, em uma reunião com cerca de 100 pessoas (com representantes do Poder Municipal, C.S.N., UFF, CREA, escolas municipais etc.), foi oficialmente instaurado o Fórum da Agenda 21 Local, com o Prefeito empossando a secretaria executiva e arquiteta Letícia Barroso Batista (CORRÊA, 2004). No mesmo ano, em 24 de outubro, ocorreu a inauguração da Casa da Agenda 21 de Volta Redonda, no bairro Nossa Senhora das Graças, próximo à Prefeitura Municipal, local em que aconteciam as reuniões mais importantes, e onde era possível consultar os materiais de pesquisa e divulgação<sup>10</sup>. A propagação dos ideais deste Fórum nos jornais de grande circulação local, e nos folhetins das instituições participantes (além do informativo *Agente*, do próprio Fórum), a criação de um *Linha Verde*, para queixas e denúncias telefônicas, além de constantes encontros e reuniões, demonstram a grande *evolução* do processo iniciado em um pequeno evento da sociedade local.

O processo iniciado com movimentos locais adotou a Agenda 21 – que, como veremos no decorrer deste capítulo, é a bula primaz do Desenvolvimento Sustentável – como modelo de transformação da cidade. Orientados pela Dr.<sup>a</sup> Patrícia Kranz, do ICLEI, os participantes destas reuniões paulatinamente adotaram uma idéia nascida em grandes conclave internacionais como norteador indelével de um novo

<sup>9</sup> Ao longo do ano de 1998, foram realizadas outras inúmeras reuniões, em variados locais, destacadamente de entidades que participavam ativamente do processo, como o Clube Comercial, Câmara Municipal de Volta Redonda, ACIAP, AEVR, CSN, CEF e FERP. A partir de 2000, o número de reuniões diminuiu, e ficaram centralizadas na Casa da Agenda 21 de Volta Redonda (CORRÊA, 2004).

<sup>10</sup> A sede da Agenda 21 Local de Volta Redonda situa-se, agora, no Edifício Plaza Business, no bairro Aterrado, em uma mudança ocorrida na gestão do atual prefeito Gothardo Lopes Neto.

planejamento para a Volta Redonda. Esclarecendo a origem da concepção de Desenvolvimento Sustentável entenderemos as interseções de uma idéia global com o processo ocorrido em Volta Redonda.

## **2.2 AS RAÍZES HISTÓRICAS DA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

O Relatório Brundtland e, principalmente, a Agenda 21 (com a consequente celebração do Desenvolvimento Sustentável enquanto resposta aos anátemas sócio-ambientais do mundo) representam o ápice do processo de elaboração de idéias amparadas no pensamento de Gifford Pinchot, pensador liberal norte-americano do Século XIX, pioneiro na defesa da natureza enquanto valiosa mercadoria, cuja utilização deveria ser criteriosa e racional<sup>11</sup> (DIEGUES, 1996, p. 30).

Por este motivo, quando tais idéias de uso racional dos recursos naturais tornaram-se o componente maior dos discursos de ordem ambientalista na década de 1960, não respondiam por novas propostas e nem, tampouco, transformadoras. O movimento ecológico-ambientalista, que emergiu juntamente com outros movimentos, como o feminista, o pacifista e de cunho anti-racistas, com uma luta plural em idéias e convicções (GONÇALVES, 2000, p. 19-20; MENDONÇA, 1998, p.44; MINC, 1985, p.

---

<sup>11</sup> Muitos autores, nos séculos XIX e XX, abordaram a questão ambiental, e criticaram a “Civilização Industrial”, de maneira, em geral, romântica e utópica. São indubitavelmente precursores, mas que não sistematizaram um conjunto harmônico de idéias de cunho ambientalista. Como lemos em BINSZTOK (2002, p. 198), pensadores como Freud, Thoreau, Gandhi e o poeta indiano Rabindranath Tagore construíram quimeras que alentavam alternativas ao modelo industrial vigente, pregando uma maior harmonia para com a natureza. Além destes, Rousseau, Novalis, Chateaubriand e Ruskin também propugnavam uma “volta” à natureza.

09) estabeleceu um ideário em concomitância com um pensador liberal do século anterior – atualizando-o, mas mantendo sua essência<sup>12</sup>.

O despertar desta consciência ecológica, segundo muitos autores (BERNARDES; FERREIRA, 2003, p. 26; FOLADORI, 2001, p. 114; GONÇALVES, 2002, p. 264; HOBSBAWM, 2000, p. 30; MENDONÇA, 1998, p. 34; entre outros), advém do horror causado pela eclosão das nefastas bombas nucleares ao fim da Segunda Grande Guerra, e a certeza da capacidade de destruição macroescalar adquirida pelos países mais poderosos. Era o Homem Moderno, senhor e possuidor da natureza, que agora passava a ameaçar sua própria sobrevivência devido às disputas de riqueza e poder. Para este movimento emergente, a luta é principalmente contra o uso indiscriminado e predatório da natureza realizado pela apropriação do industrialismo e da subserviência da natureza aos interesses, mesmo que hostis, da humanidade<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Manoel Rebêlo Jr. (2002, p. 63) aponta em sua tese que as preocupações ecológicas apareceram de forma abrupta e repentina no final da década de 1960, relacionadas principalmente ao surgimento do chamado “Terceiro Mundo”. O intuito de sua argumentação é demonstrar que a *criação* destas preocupações ambientais já está neste momento contundentemente vinculadas à necessária regulação dos países subdesenvolvidos (trata-se, vale lembrar, do período de descolonização africana e asiática) através da gestão de seus recursos naturais. Esta questão abordada pelo autor supracitado será debatida no decorrer deste capítulo.

<sup>13</sup> Vale destacar a institucionalização dos primeiros partidos verdes, que só aconteceria na década de 1970, inicialmente na Oceania, especificamente na Austrália (Tasmânia) e na Nova Zelândia. O primeiro partido de plataforma ambientalista surgiu na Tasmânia, em 1971, com o objetivo político de salvar o lago Pedder, e teve duração efêmera, até 1977. O segundo Partido Verde foi fundado na Nova Zelândia, em 1972, contra o represamento do lago Manpouri e o aproveitamento hidroenergético do rio Clutha. Este partido neozelandês conseguiu alguma expressão logo na sua primeira participação em eleições, arregimentando 2,7 % dos votos nacionais. Ambos os partidos tinham vinculação comunitária e lutavam contra as mazelas do industrialismo, assim como possuíam em comum uma certa frustração de seus partidários com o ideário trabalhista. Somente após essas duas primeiras experiências surgiram em 1973 os primeiros partidos verdes europeus, na Grã-Bretanha e na Alemanha. Nesse último país, em parte pela destruição da guerra, mas também pelo cultuado estilo jovem excursionista romântico propagado no Século XIX (a tradição do Wandervögel), associado ao elemento sagrado cultuado na natureza nacional e também pela contracultura então emergente, o Partido Verde obtém maior sucesso e participa ativamente dos grandes debates políticos nacionais. Se os dois primeiros partidos calcados na plataforma ambiental são oriundos de países desenvolvidos, mas de tradição extrativista, os novos partidos europeus adotaram o ambientalismo plenamente vinculado a questões políticas e econômicas, e deslocaram as discussões ecológicas para as universidades e para os parlamentos (RABÓCZKAY, 2004). O apoio destes partidos será fundamental para a elevação das discussões sobre meio ambiente a um plano internacional, com a maciça divulgação de reportagens, denúncias e estudos correlatos.

Neste panorama, o conservacionismo é apontado como fórmula de uso adequado dos recursos da natureza<sup>14</sup>, baseado em uma apropriação metódica dos mesmos (DIEGUES, 1996, p. 26). Diferentemente do “preservacionismo”, que pressupõe a proteção integral de “áreas naturais” para apreciação estético-contemplativa, o “conservacionismo” impõe um valor de troca às riquezas naturais, regulando sua utilização através de leis mercadológicas de oferta e demanda e investindo na natureza como reserva monetária de médio e longo retorno. O uso racional corresponde então à adequação das reservas de combustível natural às necessidades do capital, na busca pelo equilíbrio que evite o desperdício desta valiosa mercadoria.

Como a dilapidação do patrimônio natural planetário é vista enquanto um uso errôneo de suas reservas, a utilização racional é entendida como um ajuste predominantemente de ordem *técnica*, através da confiança em sua capacidade redentora (GONÇALVES, 1992, p. 61) e revolucionária, associada ao retorno financeiro do seu investimento. O conservacionismo corresponde, então, a um amálgama que envolve melhor uso das riquezas naturais, através de gerenciamento dos estoques e diminuição do desperdício, e avanços tecnológicos que proporcionem utilização adequada (mais dinâmica e reciclável) destes recursos.

Este temor com o esgotamento das riquezas naturais ficou patente em um grande estudo, concluído em 1971, intitulado “*Os Limites do Crescimento*” (“*The Limits of Growth*”), executado a partir da reunião, iniciada em 1968, com financiamento da Volkswagen Foundation (entre outras empresas), de diversos intelectuais, cientistas,

---

<sup>14</sup> Segundo Santos (2002, p. 53), é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta um valor, e assim, enxergando-a como um recurso que deve ser administrado.

economistas e educadores na cidade de Roma, cujo intuito era prescrever uma resposta adequada e vigorosa aos problemas globais<sup>15</sup> (GONÇALVES, 1985, p. 38).

O trabalho final do Clube de Roma, elaborado pelos cientistas do MIT (Instituto Tecnológico de Massachussets), com a liderança de Dennis Meadows, elegeu a pressão exercida pelo elevado crescimento populacional mundial sobre os recursos naturais como principal elemento a ser analisado (LEMOS, 1991, p. 04), e apresentava uma conotação *pessimista* e rotunda sobre o futuro da humanidade. Com um alicerce neomalthusiano – referência comum após o aumento das taxas de crescimento populacional do pós-guerra – que utilizava determinados pressupostos do pensamento ecologista, o “*Limites do Crescimento*” (ou Relatório Meadows) teve grande impacto, colocando a questão ambiental, definitivamente, na agenda política internacional.

Mas, apesar de sua importância e de sua estatura teórico-metodológica, e mesmo com o objetivo específico de criar uma solução factível para os problemas investigados, este estudo não apresentou uma solução plenamente compatível com os interesses capitalistas. Pois, assim como se deveria conter o avanço do crescimento populacional enquanto condição *sine qua non* nos países subdesenvolvidos, o estudo pregava o congelamento econômico imediato como forma de diminuir a poluição e a destruição dos recursos naturais. O argumento central para o Clube de Roma é que se as atuais formas de vida dos habitantes mais abastados dos países ricos se universalizassem

---

<sup>15</sup> A proposta do Clube de Roma era repensar a conjuntura mundial a partir da ótica industrial dominante, já que os seus integrantes eram, em grande parte, importantes líderes empresariais. Vale lembrar que este Clube foi fundado pelo industrial italiano e presidente do Comitê Econômico da OTAN, Aurelio Peccei, em cerimônia na propriedade da família Rockefeller em Bellagio – Itália. Além disso, contou com o financiamento, além da Fundação Volkswagen anteriormente mencionada, de instituições como a Fundação Ford, a Royal Dutch Shell, a Fundação Rockefeller etc. (REBÉLO, 2002). Para concluir, entre os seus integrantes, encontramos Maurice Strong, que mais tarde seria secretário geral da ONU em assuntos sobre Meio Ambiente, inclusive nas Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (em Estocolmo – 1972 e no Rio de Janeiro – 1992) (PENNA, 2002, p. 99), e grande interlocutor do Desenvolvimento Sustentável enquanto novo padrão de ação global.

a pressão sobre os recursos seriam tão intensas que o sistema econômico mundial entraria em colapso (FURTADO, 1998, p. 11). O grande problema deste paliativo é que, de nenhuma maneira, seria bem aceito pelos países que compunham a periferia econômica da época.

Esta tese, apelidada de “*Crescimento Zero*”, foi posta, inutilmente, em discussão no primeiro grande evento, organizado pela ONU, sobre a questão ambiental: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972<sup>16</sup>. Não são poucos autores (BECKER, 1995, p. 294; BRANDENBURG, 1999, p. 61; MENDONÇA, 1998, p.46; SACHS, 2000, p. 48) que apontam este conclave, de proporções bem menores que a Segunda Conferência (a ECO – 92) como um momento salutar nesta ordem de adequação do uso dos recursos naturais.

Influenciado fortemente pela eloquência das análises pessimistas do Clube de Roma, esta Conferência não conseguiu promulgar uma idéia consensual que conclamassem os países centrais e periféricos a executarem estratégias comuns. Estocolmo foi o palco do confronto entre os chamados “*Zeristas*” – aqueles que defendiam a contenção do desenvolvimento econômico como maneira de evitar o esgotamento dos recursos naturais (países desenvolvidos) – contra os “*Desenvolvimentistas*” – marcadamente formado por países periféricos que reivindicavam o crescimento econômico, ainda que com o ônus da poluição (EVASO,

---

<sup>16</sup> Ocorreram reuniões estritamente científicas sobre o tema ambiental nas primeiras décadas do século XX, como o Congresso Internacional para a Proteção de Paisagens (1909), Congresso Internacional para a Proteção da Natureza (1923) e o II Congresso Internacional para a Proteção da Natureza (1932). Houve também uma reunião de cientistas, ligados à ONU, já no pós-guerra (em 1949), realizada em Nova York, intitulada Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos, de importância para a emersão do ambientalismo mundial (MARQUES, 2000, p. 07-12).

1992, p. 94; RODRIGUES, 1993, p. 120). Aliás, a mudança do enfoque das discussões, que migraram do problema da poluição para a questão do desenvolvimento econômico, e o afastamento do debate sobre as questões demográficas significaram, acima de tudo, uma vitória dos países do chamado Terceiro Mundo (REBÉLO, 2002, p. 140).

O próprio fato desta conferência ter sido realizada em um país da Escandinávia, adequada perfeitamente para servir como mostruário do “capitalismo avançado”, demonstra que este evento não objetivou a conciliação de interesses. Os representantes dos países subdesenvolvidos apenas ouviriam atentamente as conclusões superiores e se submeteriam às suas normas. O que faltou na Conferência de Estocolmo, e também no documento final do Clube de Roma, foi a construção de um compromisso consonante com os interesses bilaterais presentes que funcionasse como uma estratégia conjunta de atuação.

Como resultado deste conclave de Estocolmo, ocorreu a criação da PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), um elemento de destaque na política internacional da ONU, que passou a ser a instância organizativa das questões globais sobre o meio ambiente. Também são decorrentes da Declaração de Estocolmo (assinada ao final do evento) o Plano de Ação para Política Ambiental, com 109 recomendações para a cooperação internacional em prol do meio ambiente e a criação de um Fundo Ambiental, que deveria ser preenchido com contribuições voluntárias dos governos de vários Estados Nacionais (VIEIRA, 2002, p. 43).

Ficava patente ao final da conferência um confronto, com feições *momentaneamente* insuperáveis, entre os interesses econômicos e ecológicos existentes. A Natureza ainda era subjugada em sua importância para o modo de produção

capitalista, apesar de seu caráter de combustível passível de escassez precoce, e por isso encontrava-se substancialmente negligenciada em sua destruição.

Apesar da multiplicação de problemas ambientais ocorridos na década de 1970<sup>17</sup> – explosão dos índices de poluição global, desmatamento, problemas atmosféricos (como o efeito estufa e o buraco na camada de ozônio), o extermínio de espécies de animais silvestres, entre outros – destacamos um fato fundamental na conciliação dos antípodas economia / ecologia: a *Crise do Petróleo*, que ocorreu apenas um ano após o término da Conferência de Estocolmo.

É de cabal importância entendermos tal crise, que marcou, para o historiador inglês E. Hobsbawm, um verdadeiro divisor de águas no Século XX, acabando com a “Era de Ouro” – período de prosperidade econômica dos países centrais no pós-guerra (HOBSBAWM, 2000, p. 245). Esta suntuosa crise foi fomentada pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), formada por um conjunto de países periféricos do Oriente Médio e a Venezuela, que inflacionou o preço do petróleo – exemplo máximo de natureza-combustível de valor incomensurável – e garantiu uma grande intempérie em todo o sistema capitalista em escala global. O “choque do petróleo” praticamente estrangulou a economia norte-americana (*Ibid.*, p. 245), e empreendeu um grave golpe no regime fordista, acelerando as transformações para um modelo flexível (HARVEY, 2004, p. 136).

Mas o impacto do enfrentamento da OPEP em busca de maior ganhos com o petróleo é o corolário de uma grande crise de todo o sistema capitalista. Esta crise,

---

<sup>17</sup> Os problemas ambientais tornaram-se assunto comum na mídia. A publicação de uma série de artigos na revista *Life*, em 1969, e a reportagem de capa da revista *Time*, em 1970, com o tema “Ambiente” e ilustrada com um ecologista dividido entre um mundo poluído e uma idílica paisagem ensolarada, desencadearam uma sucessão de matérias de mesma natureza e trouxeram para o grande público a noção de crise ambiental (REBÉLO, 2002, p. 132-133).

marcada pela concorrência dos grandes pólos econômicos do capitalismo – Estados Unidos, Japão e Europa – teve como marco o excesso de produção e aumento dos níveis de endividamento mundial. Manoel Rebêlo Jr. (2002) nos mostra que, com o grande fluxo comercial global e inundação de produtos importados na economia dos Estados Unidos, e também a indexação do dólar em relação ao ouro (desde a Conferência de Bretton Woods, em 1944), houve uma grande desvalorização cambial da moeda americana em relação às européias e uma peremptória necessidade de expansão do crédito ao consumidor, que não poderia em nenhuma hipótese parar de adquirir mercadorias. Mas este autor acrescenta que esta crise do dólar, posteriormente inflacionado, era apenas a forma aparente do impacto da reconstrução veloz do Japão e da Europa, e também do crescimento industrial do Terceiro Mundo (REBÊLO, 2002, p. 121), que atingiram a economia americana até então considerada soberana e imponente. A partir desta análise, fica evidente que esta gigantesca crise mundial tornara-se “desejada” pelos Estados Unidos, pois esta nação já vivia um momento econômico bastante complicado, e com uma grande crise mundial este país conseguia expandir suas contradições de maneira universal e também poderia apresentar-se como guardião da ordem estabelecida e promotor das soluções possíveis.

É desta forma que a Crise do Petróleo, enquanto ápice de uma grande crise do capitalismo mundial, foi basilar para o enfrentamento do processo de crescimento econômico dos países do chamado Terceiro Mundo. A grande questão para Rebêlo é que a *política do meio ambiente* – sintetizada sob o magma do Desenvolvimento Sustentável – foi a fórmula encontrada para controle dos países periféricos por parte das nações hegemônicas e sua principal serventia foi iniciar um longo processo de recolonização, por meios pacíficos, dos territórios das nações subdesenvolvidas.

Concordamos com este autor e apontamos que este consórcio de países da periferia econômica, a OPEP, demonstrou às mais poderosas nações duas novas perspectivas: [1] a própria organização (bem sucedida) de dirigentes de países menos importantes economicamente em prol de seus interesses colocando em risco todo o sistema mundial (CARVALHO, 1993, p. 112), e [2] a importância da Natureza contida nos territórios destes países periféricos, ainda pouco modificados por uma industrialização incipiente, para alimentar a incessante máquina capitalista. Surgia, de acordo com este cabedal, a necessidade, agora inequívoca, de que se formulasse uma maneira de administrar a natureza dos países subdesenvolvidos, pois não era possível que toda a economia mundial ficasse sujeita a adversidades nutritas por interesses difusos. O resultado de toda esta crise é a emersão da questão ambiental como prioridade na confecção de um novo modelo, mas, logicamente, isto não poderia ficar patente como forma de gestão protocolar dos territórios dos países periféricos. Haveria de se encontrar uma idéia consensual e irrefutável que condicionasse todos os países (centrais ou periféricos) a adotarem uma bula comum, uma espécie de nova fórmula de desenvolvimento.

### **2.3 O RELATÓRIO BRUNDTLAND E A FORMULAÇÃO DE UMA IDÉIA CONSENSUAL**

O choque causado pela OPEP, e a consequente crise sem proporções causada pelo enfrentamento de países até outrora submissos, incluíram definitivamente o componente ecológico nas preocupações econômicas dos dirigentes dos países

centrais. A absorção dos lucros a partir da exploração da natureza necessitava, a partir de então, de acordos que contemplassem interesses por vezes dissonantes. Entre as mudanças de caráter técnico e político, haveria obrigatoriamente que se repensar o próprio modelo de desenvolvimento.

Uma nova fórmula de desenvolvimento das nações foi elaborada por Maurice Strong, diretor executivo do programa *O Homem e a Biosfera*, da UNESCO, no mesmo fatídico ano de 1973<sup>18</sup>. Sua idéia baseava-se no conceito de *Ecodesenvolvimento*, que ganhou maior dimensão devido ao seu surgimento no bojo da crise do petróleo (BREDARIOL; VIEIRA, 1998, p. 56), e alicerçava-se em um estilo de sociedade particularmente inscrito em áreas rurais dos países do chamado Terceiro Mundo, cujas intenções eram o combate da miséria e, principalmente, da contaminação ambiental<sup>19</sup>.

O Ecodesenvolvimento passou a conter contornos mais científicos a partir dos esforços de Ignacy Sachs – assessor direto de Maurice Strong – que ratificou a concepção e aprofundou suas bases teóricas. Este autor, imaginando construir um modelo alternativo de equilíbrio entre o crescimento econômico e proteção à natureza, define o Ecodesenvolvimento como:

um processo criativo de transformação do meio, com a ajuda de técnicas ecologicamente prudentes, concebidas em função das potencialidades deste meio, impedindo o desperdício inconsiderado

---

<sup>18</sup> Além disso, Maurice Strong era membro do Clube de Roma (como já relatamos), consultor da Rockefeller Foundation e também um importante empresário do ramo petrolífero no Canadá (REBÉLO, 2002, p. 139).

<sup>19</sup> Segundo C. Bredariol e L. Vieira, o Ecodesenvolvimento chegou a produzir experiências nos países mais pobres, com a criação de centros tecnológicos e programas sociais, e cita como exemplo o Pro-Álcool brasileiro, que mesmo sob ditadura militar e a partir da aliança entre usineiros e multinacionais do ramo automobilístico, pode ser considerada uma produção alternativa a partir da biomassa (BREDARIOL; VIEIRA, 1998, p. 59).

dos recursos, e cuidando para que estes sejam empregados na satisfação das necessidades reais de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais. Promover o Ecodesenvolvimento é, no essencial, ajudar as populações envolvidas a se organizar, a se educar, para que elas repensem seus problemas, identifiquem suas necessidades e os recursos potenciais para receber e realizar um futuro digno de ser vivido, conforme os postulados de justiça social e prudência ecológica (SACHS apud BREDARIOL; VIEIRA, 1998, p. 58-59).

Mesmo neste excerto já devidamente atualizado do pensamento do autor, que remete a uma interpretação posterior à propagação do conceito de Desenvolvimento Sustentável, fica patente um caráter utópico ausente de qualquer pragmatismo em sua essência. Se para certos estudiosos o Ecodesenvolvimento é um ancestral direto que evoluiu progressivamente para o Desenvolvimento Sustentável, torna-se então necessário apontarmos as diferenças marcantes que os envolvem.

É o próprio Sachs quem estimula a confusão entre as noções de *Ecodesenvolvimento* e *Desenvolvimento Sustentável*, quando apregoa que a sua concepção foi rebatizada (inadequadamente) de *sustainable development* por pesquisadores anglo-saxões (SACHS, 1994, p. 47). Esta idéia de Sachs estimula a recorrente interpretação de que o modelo atual denominado Desenvolvimento Sustentável nasceu no âmago de seu pensamento combativo<sup>20</sup> em relação aos entraves

---

<sup>20</sup> Parece haver uma contradição quando lemos que o Ecodesenvolvimento tem caráter combativo em relação à exploração industrial da natureza e lembramos que Maurice Strong e Ignacy Sachs são intelectuais organicamente vinculados aos interesses da ONU (PNUMA) e das próprias nações hegemônicas. O aparente caráter combativo pode ser considerado uma necessidade ideológica de legitimação e cooptação universal, mas o que objetivamos mostrar aqui é que houve uma primeira tentativa – frustrada – de adequar o meio ambiente aos cânones econômicos através da concepção de Ecodesenvolvimento. Mas o Ecodesenvolvimento possuía um insolucionável problema de concretização, pois dependeria de uma harmonia impossível de se imaginar no sistema capitalista, já que apontava uma perspectiva de atuação compactuada de todos em prol de um ideal comum. A noção de Desenvolvimento Sustentável, sem dúvida, mantém o caráter multidimensional (econômica, cultural, social, ecológica etc.) de sua concepção ancestral, mas reverte as incongruências entre meio ambiente e economia com a adoção do neoliberalismo, como veremos no decorrer da discussão.

do mercado e da própria sociedade industrial, e assim representaria um modelo alternativo ao então vigente.

A construção do Ecodesenvolvimento tem como dimensões necessárias as reestruturações econômica, social e cultural. A dimensão *econômica* tenta demonstrar a incompatibilidade do mercado sem restrições com a proteção do meio ambiente (SACHS, 2000, p. 55), valorizando-se os aspectos macrossociais nos investimentos públicos e privados (*Ibid.*, p. 52). A dimensão *social* aponta para a redução das injustiças, com maior eqüidade social entre os mais abastados e os mais carentes, e também a diminuição do abismo que separa o padrão social dos países do “Norte” e “Sul” econômico. Para se atingir o Ecodesenvolvimento, existe uma terceira dimensão, de cunho *cultural*, cuja preocupação insere-se prioritariamente no âmbito local em respeito às tradições endógenas (*Ibid.*, p. 85) e às necessidades do lugar<sup>21</sup>.

O Ecodesenvolvimento sofreu duras críticas destacadamente por suas experiências estarem sempre envolvidas em soluções locais muito específicas. Mas, fundamentalmente, a grande questão é que esta concepção não parece adequar-se nem ao modelo de uma sociedade revolucionária nem ao pragmático sistema capitalista que necessita de urgentes soluções para seus problemas imediatos. As proposições do Ecodesenvolvimento, nos apontamentos do geógrafo alemão W. D. Sahr, têm fundamentos poéticos, românticos e religiosos cuja realização material é impossível (SAHR, 1988, p. 73). A fé e a esperança em busca da harmonia entre homem e natureza que atravessam os textos de Sachs (BINSTOK, 2002, p. 208), apesar do respeito acadêmico, parecem inserir o Ecodesenvolvimento dentro de um certo imaginário

---

<sup>21</sup> Atualmente, o autor prefere falar em dimensões da sustentabilidade, e incorporou mais duas: a *espacial*, que aponta uma maior distribuição territorial da riqueza e da justiça social, e a *ecológica*, que envolve a necessidade de proteção do meio ambiente e seus recursos (SACHS, 1994, p. 52).

extremamente otimista e de difícil execução. Por isso, segundo outro crítico, o horizonte da realização do Ecodesenvolvimento coloca-se décadas ou mesmo séculos adiante (LAYRARGUES, 1997, p. 07).

Além de distantes, P. Layrargues escreve que, para que as propostas de Sachs se tornassem operacionalizáveis, seria necessário um longo aprendizado com as comunidades que convivem diretamente com a natureza, e para isso, a tecnologia (pluralista) não deveria ser impositiva mas sim adequada ao local. Os investimentos e auxílios externos não são prioritários, pois as soluções são locais e circunstancialmente criativas, mas, evidentemente, o mercado é insensível aos problemas ambientais e incapaz de solucioná-los, quando não há movimentação de lucros (Ibid., p. 07).

Independente das limitações teóricas e materiais do Ecodesenvolvimento, é patente que a concepção de Desenvolvimento Sustentável utiliza-se de alguns de seus pressupostos. Mas isto, que fique claro, não obedece a linha mestra de um processo de simples evolução qualitativa de um idéia em fase de formulação, mas ocorre através de uma apropriação indébita, cujas intenções maliciosas incorporam o conjunto de fundamentos ecológicos e sociais, mesmo como impossibilidades concretas ao pensamento econômico hegemônico. O Desenvolvimento Sustentável é adaptação *livre* do Ecodesenvolvimento às demandas do mercado, de acordo com as necessidades do capital.

Ao contrário do sombrio “*Limites do Crescimento*”, o resultado final da Comissão Brundtland tinha caráter otimista, mesmo com as catástrofes que ocorreram (e foram relatadas no documento) durante a reunião: seca prolongada na África, o acidentes nuclear de Tchernobyl, um vazamento em uma fábrica de pesticidas na Índia e de produtos tóxicos no Rio Reno, todos de gigantescas proporções e vários óbitos. Tal

caráter otimista do Relatório Brundtland, para Barbieri (2001, p. 22), baseia-se no entendimento de que a Humanidade seria capaz de aprimorar suas atividades de acordo com os limites do planeta. Acreditamos que este tom do trabalho final é a consecução, enfim, de uma concepção capaz de tornar-se ideal conjunto e de preconizar um futuro comum para todos, através de uma estratégia de desenvolvimento dentro do sistema capitalista: o Desenvolvimento Sustentável.

A publicação do extenso Relatório Brundtland, que adquiriu o sugestivo título de “*Nosso Futuro Comum*” (“*Our Common Future*”), na década de 1980, é o corolário de todo este processo de construção, pois somente neste período ocorreu a verdadeira adequação entre economia e ecologia através da combinação entre a idéia do Desenvolvimento Sustentável e o neoliberalismo econômico enquanto proposta hegemônica na nova ordem. Enquanto as diretrizes econômicas e ecológicas mundiais encontravam-se em desalinho, a efetivação da noção de Desenvolvimento Sustentável não era plausível, e por isso mesmo apresentava-se utópica e metafórica.

Logo, a formulação do Desenvolvimento Sustentável somente pode ser compreendida quando analisamos a emergência do neoliberalismo, que praticamente surge no pós-guerra (aleatoriamente à questão ambiental), e, aos poucos, foi tornando-se a matriz econômica dominante em todo o mundo, e uma face atual da ordem da globalização.

A obra seminal do neoliberalismo chama-se “O Caminho da Servidão”, publicada em 1944, de autoria do pensador austríaco (posteriormente naturalizado inglês) Friedrich August von Hayek. Este trabalho buscava auferir a anteposição teórica entre liberdade e planejamento, ou seja, vislumbrar uma crítica contundente ao keynesianismo em voga (PEREZ, 1999, p. 81). Isto mesmo lembrando que Hayek não

era um defensor extremamente ortodoxo do *laissez-faire*, pois apontava uma necessidade da preservação da segurança para a população pelo Estado, permanecendo este obrigado a promover uma renda mínima para garantir o sustento de todos (AVENA, 1999, p. 49).

O mais importante, neste momento, é percebermos que o neoliberalismo econômico vai, aos poucos, estabelecendo-se como teoria principal do capitalismo mundial. À medida que as firmas multinacionais crescam em poder e importância, a liberdade de mercado passava a ser priorizada como mecanismo de consecução de lucros. Libertos de amarras, estes mega-empresários passaram a comandar a economia mundial, e o Estado, enquanto gestor dos negócios comuns da classe dominante (MARX; ENGELS, 1975, p. 62) foi eclipsando-se em prol dos objetivos de acumulação de capital multinacional.

O Prêmio Nobel recebido por Friedrich August von Hayek, em 1974, e a chegada ao poder de personalidades diretamente ligadas a esta escola econômica, como a primeira-ministra britânica Margareth Thatcher (eleita em 1979, quando adotou um catálogo de duras reformas liberais no Reino Unido) e o presidente norte-americano Ronald Reagan (que assumiu em 1980 o governo dos Estados Unidos com um programa de liberalismo extremado) são exemplos significativos da construção de uma nova ordem econômica mundial.

Por isso, a aprovação pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1983 – ou seja, após a chegada ao poder de Margareth Thatcher e Ronald Reagan no Reino Unido e nos Estados Unidos, respectivamente – da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), constituiu-se como uma referência salutar para a gênese do processo que culminou com a formulação dos pressupostos, em tons

consensuais, da noção de Desenvolvimento Sustentável, agora adequados ao neoliberalismo econômico. Por este motivo, apesar de, especificamente, a terminologia Desenvolvimento Sustentável surgir em um trabalho conjunto anterior intitulado “*Estratégia de Conservação Mundial*”, resultado dos esforços da UICN<sup>22</sup> e WWF<sup>23</sup>, em solicitação do PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no ano de 1980 (BAYLISS-SMITH, 1996, p.130; BARBIERI, 2001, p. 23; VIEIRA, 2002, p. 46), efetivamente, é a partir da formação da CMMAD que o Desenvolvimento Sustentável ganha contornos mais incisivos.

Durante os quatro anos de trabalho desta equipe presidida pela primeira ministra norueguesa (e líder do partido trabalhista) Gro Harlem Brundtland foram apreciadas as possíveis “soluções” para os grandes problemas ambientais (e sociais), visando paulatinamente indicar a implementação de mudanças práticas e apontar os principais entraves para a execução das reformas propostas. Estas constituíam, antes de mais, um ajuste, sob forma de acordo, para intercâmbio de tecnologias, informações e investimentos, que consolidasse a ajuda mútua internacional como chave para a construção de um novo padrão de desenvolvimento menos agressivo com a natureza. Neste caso, vale destacar que, na pauta desta equipe da ONU, a natureza global cada vez mais acaba incorporada como uma mercadoria de valor crescente, e por isso, incomensurável a médio e longo prazo.

---

<sup>22</sup> Sigla da União Internacional para a Conservação da Natureza, organização não-governamental que agrupa Estados e instituições científicas e de interesse geral, com o propósito de elaborar estratégias para a conservação da natureza.

<sup>23</sup> Sigla da *World Wide Fund for Nature* (Fundo Mundial para a Natureza), organização não-governamental sediada na Suíça. Foi fundada em 1961, e na época sua sigla significava *World Wildlife Fund* (Fundo Mundial para a Vida Selvagem). O objetivo desta ONG consiste em financiar atividades ou organizações de combate aos problemas ambientais.

Os resultados dos trabalhos da CMMAD, somente publicados em 1987, elegem, de forma inequívoca, a consecução do Desenvolvimento Sustentável como base para uma utilização mais adequada da natureza para satisfação das necessidades humanas. Além das necessidades básicas – alimentos, roupas, habitação, emprego – outras aspirações se tornam legítimas neste documento, que resume este propósito inscrevendo a melhoria da “qualidade de vida” da população mundial enquanto meta central a ser alcançada (BRUNDTLAND, 1988, p. 46).

Nesta seara, o Relatório Brundtland afirma ser prioridade global a satisfação das necessidades dos pobres do mundo (Ibid., p. 46), mesmo quando sabemos que o sistema capitalista, em sua essência, não pode eleger como preocupação maior a satisfação de interesses gerais – pois obedece aos interesses da classe dominante – nem tampouco é capaz de perfazer uma programação de divisão igualitária dos recursos econômicos e naturais perante à sociedade. A necessidade de obtenção de lucros é a única verdadeiramente possível para este sistema econômico vigente. Lemos no Relatório Brundtland (1988, p. 47) que

a satisfação das necessidades essenciais depende em parte que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas. Onde já são atendidas, ele é compatível com o crescimento econômico, desde que esse crescimento reflita os princípios amplos das sustentabilidade e da não-exploração dos outros.

Este excerto evidencia os interesses econômicos contidos na bula do Desenvolvimento Sustentável. O crescimento econômico e efetivação do capitalismo em escala planetária não são pressupostos de promoção de eqüidade social nem

significam a satisfação das necessidades. Já asseveramos em ocasiões anteriores (OLIVEIRA, 2001, 2003b e 2005), que o Desenvolvimento Sustentável não se preocupa com as necessidades presentes e tampouco futuras da sociedade, pois não é objetivo do sistema capitalista a satisfação dos interesses coletivos, mas sim os desejos da classe dominante. O Desenvolvimento Sustentável significa, então, um ajuste técnico na ordem vigente, a partir da implementação de cuidados para com a natureza, mas de forma alguma altera a essência do sistema capitalista.

Através da expoente análise dos escritos de H. Acselrad, entendemos que o Desenvolvimento Sustentável é a fórmula encontrada para responder aos impactos negativos da concepção industrialista de progresso (ACSELRAD, 2000, p. 99), incorporando o capital ambiental e abandonando a visão de que a natureza é um bem livre e dando à mesma um preço justo (Id., 1993, p. 06). O fato de que o Desenvolvimento Sustentável seja oriundo dos trabalhos da tecnocracia burguesa expõe a necessidade da remodelação do próprio desenvolvimento econômico.

O otimismo supracitado do Relatório Brundtland corresponde à certeza de que os esforços da comissão para a formulação de um novo modelo foram bastante frutíferos. Ao contrário do Ecodesenvolvimento, romântico e poético, o Desenvolvimento Sustentável é um modelo pragmático baseado no contexto político-econômico vigente, que atende às demandas ambientais do mercado global. Enquanto mecanismo de regulação para aproveitamento máximo dos recursos, o Desenvolvimento Sustentável apresenta um importante caráter geopolítico, através de uma nova logística de ordenamento do território baseada em um planejamento de maior eficácia na gestão do capital natural. Assim, aprendemos com os ensinamentos contidos nas palavras de B.

Becker (1995, p. 296) que o Desenvolvimento Sustentável atende três princípios básicos:

primeiro, o princípio da *eficácia* no uso de recursos através da utilização da informação e de novas tecnologias em atividades e produtos capazes de consumir menos matérias-primas, energia em menos tempo e que são passíveis de reutilização. Segundo, o princípio da *diferença* professa a necessária inovação contínua pela diversidade de mercados e recursos, bem como por condições sociais e políticas que potencializam, de modo diverso, os recursos locais, gerando a valorização máxima e seletiva das potencialidades autóctones em recursos naturais econômicos. Terceiro, o princípio da *descentralização*, implicando não apenas a distribuição territorial da decisão, mas sobretudo, em uma nova forma de planejamento e governo. A gestão do território está baseada na parceria entre todos os atores do desenvolvimento e, através da discussão direta, as normas e ações são estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas.

Por detrás de todas as premissas do Relatório Brundtland, é objetivamente exclusiva a propaganda – agora com gabarito técnico – da utilização racional (conservação / preservação / proteção) dos recursos naturais. O Desenvolvimento Sustentável transforma a natureza definitivamente em recurso / combustível para o sistema capitalista, que há muito vem sendo apontada como uma mercadoria valiosa, que necessita maiores cuidados por parte de seus detentores. Como afirma a própria autora, que entende o Estado como um processo (BECKER, 1995, p. 298) adaptável às necessidades da classe dominante, todo o discurso da sustentabilidade está inserido na ordem econômica do Neoliberalismo, de grande fluência do capital empresarial e eclipse do Estado como epicentro do mercado global. A Conferência do Rio de Janeiro, mais conhecida como ECO – 92, é o grande palco da celebração do Desenvolvimento Sustentável, inserido na ordem político-econômica vigente.

## 2.4 A CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO SOB A ÉGIDE DO NEOLIBERALISMO

A trajetória da construção de uma idéia consensual que aproxime desenvolvimento e meio ambiente só atingiu seu objetivo quando o debate de uma melhor utilização da natureza insere-se dentro da ordem do neoliberalismo econômico. Esta afirmativa ganha maior vigor quando analisamos o contexto político-econômico mundial no período da ECO – 92, pois trata-se de uma colocação especialmente polêmica devido ao grande número de entusiastas que apontam este novo modelo oriundo da Agenda 21 como transformador, libertário ou revolucionário (Cf.: ASSIS, 2000, p. 25; GOMES, 2000, p. 224; LEFF, 1999, p. 128; PENTEADO, 2000, p. 44; VIEIRA, 2002, p. 50; entre outros), e que acreditam que a bula contida neste documento se configura na realização de uma nova sociedade mais justa e harmônica com a natureza.

A Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO – 92), que envolveu o incrível número recorde de delegações de 178 países (VIEIRA, 2002, p. 51), foi programada durante convocação da ONU em 22 de dezembro de 1989, onde foi acertado que o Brasil sediaria o gigantesco encontro. A cidade do Rio de Janeiro, sede da ECO – 92, seria o palco perfeito para a transformação estratégica do desenvolvimento capitalista. O ano de 1989, em que ocorreu a determinação do ano de realização de uma nova conferência sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, e o hiato que corresponde aos três anos subsequentes (1989-1992), perfazem momentos fundamentais para compreendermos como a formulação de Desenvolvimento Sustentável extravasou o *Relatório Brundtland*.

(1987) e acabou sendo acrescentada definitivamente na cartilha econômica da classe dominante. Neste período, um conjunto de fatores explicam a celebração do Desenvolvimento Sustentável na ECO – 92.

Em uma primeira análise, a ECO – 92 foi a grande responsável pelo acordo de celebração do modelo de Desenvolvimento Sustentável em caráter global, com a adoção da Agenda 21 como receituário dos países signatários. Mas o verdadeiro acerto ocorreu anteriormente, na conferência de cúpula da G7<sup>24</sup>, em 1989, antes da convocação da CNUMAD, quando os sete países mais poderosos economicamente do mundo fizeram um apelo no sentido da “adoção imediata, em âmbito mundial, de políticas baseadas no desenvolvimento sustentável” (SCHMIDHEINY, 1992, p. 07).

O empresariado, principalmente os representantes de maior estatura internacional, também adotou a cartilha do novo modelo, pactuado na Segunda Conferência Mundial da Indústria sobre Gerenciamento Ambiental, organizada pela Câmara Internacional do Comércio. Através da assinatura de um catálogo de diretrizes intitulado “Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável”, esta conferência, que ocorreu no ano de 1991, também estimulou a adoção de práticas administrativas que efetivem esta nova estratégia de progresso econômico (*Ibid.*, p. 07). Outros grupos empresariais, que enquadram Europa, Estados Unidos, Canadá, Japão, Índia e Malásia, também empreenderam mecanismos de regulamentação ambiental de acordo com os ensinamentos da sustentabilidade.

---

<sup>24</sup> “Grupo dos Sete”, que envolve as nações mais desenvolvidas do mundo: Estados Unidos, Canadá, Japão, França, Alemanha, Itália e Reino Unido. Atualmente, com a inserção da Rússia na cúpula, adotou a nomenclatura G8. As reuniões dos representantes são, geralmente, marcadas por protestos de movimentos populares, ONG’s e diversos ativistas, e não raro geram confrontamentos violentos entre as forças policiais e os manifestantes.

A adoção imediata dos pressupostos do Relatório Brundtland pelas nações mais poderosas e pelo empresariado internacional não ocorreu por cooptação ou mudança de prioridades. Como já foi dito, o Desenvolvimento Sustentável nasceu no âmago do pensamento da classe dominante, e utiliza os pressupostos do *conservacionismo* – uso racional dos recursos da valorosíssima natureza-combustível – juntamente com um ensinamento do universo econômico de gestão de negócios: o “*Princípio da Precaução*”.

Este princípio foi inicialmente acordado na Conferência Mundial da Indústria sobre Administração Ambiental, em 1984, e depois aceito na Reunião do G7 em 1989, citada anteriormente. O empresariado entende o “*Princípio da Precaução*” como uma oportunidade inigualável de superar o risco e a incerteza através de investimentos e estudos localizados. O consumo mais eficiente de energia, a redução de poluição nas escaras global e local e o uso racional de matéria-prima fornecem a chance da criação de novas técnicas mais lucrativas e estimulam transformações econômicas mais virtuosas, em lugar da aceitação sectária dos problemas existentes. A precaução quanto ao fim da natureza-combustível sofre uma mutação, deixando de representar temor e preocupação, e se transforma em aprofundamento de pesquisas científicas, desenvolvimento de novas tecnologias, atualizações administrativas, e por fim, lucros maiores e mais duráveis.

Segundo S. Schmidheiny (1992, p. 04), este princípio foi fortalecido na Declaração Ministerial da Reunião da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa, em Bergen, quando ficou decidido que:

para alcançar o desenvolvimento sustentável, as políticas têm de se basear no princípio da precaução. As medidas ambientais devem prever, evitar e atacar as causas da degradação ambiental. Onde houver ameaças de danos graves e irreversíveis, a inexistência de uma plena certeza científica não deve ser usada como pretexto para se adiarem medidas que visem a prevenir a degradação ambiental.

Além disso, o autor – um industrial suíço, presidente do BCSD (Business Council for Sustainable Development) e Consultor Principal de Comércio e Indústria junto à CNUMAD 92<sup>25</sup> – evidencia ainda mais a concepção de Desenvolvimento Sustentável para o mega-empresariado, quando afirma, de maneira contundente e direta, que:

A pedra angular do desenvolvimento sustentável é um sistema de mercados abertos e competitivos em que os preços são fixados de forma a refletir os custos dos recursos ambientais e outros.

(...) Os mercados abertos podem motivar as pessoas para o desenvolvimento sustentável. Quando se fixam apropriadamente os preços dos recursos, a busca da competitividade estimula os produtores a minimizarem o uso dos recursos. Na medida em que a poluição representa recursos que “evadiram” de um sistema de produção, a preocupação com os custos também estimulará os produtores a minimizarem a poluição, especialmente quando eles pagam para controlá-la ou são responsáveis por seus efeitos nocivos. A competição, inerente aos mercados abertos, é a força propulsora para a criação de uma nova tecnologia, necessária para se usar os recursos com mais eficiência e, consequentemente, reduzir a poluição. Da mesma forma que o desenvolvimento da tecnologia depende do crescimento econômico, também o desenvolvimento sustentável dependerá. (SCHMIDHEINY, 1992, p. 14-15)

---

<sup>25</sup> Esta obra consultada corresponde à publicação do resumo executivo de um conjunto de conferências, workshops e outras atividades que reuniram cinqüenta líderes de grandes empresas mundiais, como as gigantes Procter & Gamble, Shell, KioCera e Volkswagen. Aliás, o BCSD foi criado com o intuito de construir uma visão empresarial sobre o meio ambiente, a partir de um convite feito pelo próprio Maurice Strong (secretário geral na ECO – 92) ao Stephan Schmidheiny, e por isso, as formulações contidas nesta publicação clarificam as relações (lucrativas) do mercado com o meio ambiente sob a égide do Desenvolvimento Sustentável, através, inclusive, de exemplos práticos envolvendo ações empresariais da época.

Desta forma, o Desenvolvimento Sustentável configura-se como pensamento dominante de nossa época. Com os acordos tácitos entre as nações mais poderosas e a burguesia internacional, a Conferência do Rio de Janeiro deveria se constituir no “*locus*” para a aceitação do pensamento dominante. O ocultamento destes conclave anteriores e a apropriação de idéias comungadas com o pensamento ecológico em voga foram medidas necessárias para uma melhor aceitação das idéias hegemônicas. Além disso, o Desenvolvimento Sustentável possui caráter genérico e global, além de um conteúdo engenhoso e “incompleto”, que o diferenciava da proposta ineficiente de “*Crescimento Zero*”, discutida na Primeira Conferência, em Estocolmo. A escolha do país-sede do “espetáculo” da Conferência não poderia conter erros.

Ao contrário da Primeira Conferência, realizada na rica, desenvolvida e fria Suécia, a nova conferência foi realizada no Brasil, um país periférico, de industrialização tardia, que tão bem representa o gigantesco grupo de nações dependentes. Mas, apesar de seus severos problemas econômicos e sociais, este país apresenta uma cultura rica e diversificada, ilustrada por uma explosão de ritmos e festas proeminentes e um vasto calendário de espetáculos internacionais, como o próprio carnaval da cidade do Rio de Janeiro. Os “predicados” do Brasil o colocava como palco ideal da festa de celebração para o Desenvolvimento Sustentável.

Mas, além de periférico e festivo, o Brasil despertava a atenção mundial por uma outra grande especificidade: em seu território localizava-se a maior parte da Amazônia, vasta floresta equatorial, com imensa diversidade de espécies animais e vegetais e de imensurável valor econômico. Dentro desta geopolítica, onde o escopo primaz é a gestão da natureza enquanto mercadoria de extremo valor, as riquezas

amazonicas, atuais e futuras (com as pesquisas sobre o capital genético) colocavam o Brasil no epicentro de toda a discussão.

Também é sugestiva a transferência do local da Primeira Conferência, na Europa, para a ECO – 92 realizada na América, pois o debate em torno da questão ambiental se desenvolveu, em grande parte, em território europeu, mas o grande conclave de celebração de um modelo redentor de desenvolvimento ocorreu em solo americano. Enquanto os intelectuais europeus centralizaram a discussão em termos utópicos e transformadores, no exato momento que a economia neoliberal adentrou a questão ambiental os Estados Unidos passaram a ter comportamento estratégico mais atuante. Sem grande tradição nas discussões que envolvem o diálogo entre meio ambiente e desenvolvimento, o comportamento das empresas e do próprio governo norte-americano, ainda hoje, permanece com pouca expressão de mudança, o que pode ser muito bem simbolizado na recusa da participação nos princípios do Protocolo de Kyoto, que propunha a diminuição do percentual de poluição em cada nação signatária. Contudo, quando este debate confunde-se com programas neoliberais, que envolve abertura de mercados e maior liberdade econômica, os norte-americanos assumem seu papel de liderança<sup>26</sup>.

A escolha do Brasil como sede da ECO – 92 ocorreu imediatamente após a realização, em novembro de 1989, em Washington, do encontro convocado pelo Instituto de Economia Internacional, do qual participaram funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros ali sediados – FMI, Banco Mundial e

---

<sup>26</sup> A recusa norte-americana de assinar o Acordo Internacional da Biodiversidade, que beneficiaria os países periféricos com a patente de possíveis descobertas em seus territórios, clarifica perfeitamente a posição dos Estados Unidos em relação às questões ambientais: um jogo de poder, onde os interesses capitalistas imediatos se colocam acima de qualquer necessidade.

BID –, além de economistas latinos. A temática do evento era a avaliação das reformas econômicas dos países da América Latina e, apesar do revestimento acadêmico não-deliberativo, ganhou grande significação simbólica e acabou recebendo a denominação subsequente de “*Consenso de Washington*”.

Esta reunião, nas palavras de P. N. Batista (1994), teve como objetivo a ratificação da proposta neoliberal que o governo americano vinha insistentemente recomendando, através das entidades internacionais anteriormente relacionadas, para estabelecimento de políticas de cooperação financeira. Estas idéias obtiveram plena aceitação dos economistas latinos e foram adotadas em governos de países como México e Argentina e, no Brasil, durante o mandato presidencial de Fernando Collor de Mello.

O pensamento neoliberal, que preconizou um longo período de privatizações – como o caso da própria C.S.N., em Volta Redonda – questiona a competência do Estado em intervir em questões sociais, econômicas e até mesmo ambientais. O presidente Collor de Mello, inclusive, aceitou a solicitação do G7, em 1990, de estudo de co-gestão internacional da Amazônia, empreendido pelo Banco Mundial, acatando decisões como a demarcação de imensas reservas fronteiriças, muito além das necessidades de preservação das culturas indígenas (BATISTA, 1994).

O Brasil, seria, em junho de 1992, um local estratégico para a realização da ECO – 92. Nesta conferência, o objetivo explícito seria um debate amplo e democrático, entre todos os participantes de praticamente todas as nações do mundo, sobre as possíveis soluções para os grandes problemas ambientais de todo o mundo. Mas, ao contrário desta aparência dialógica, a ECO 92 foi verdadeiramente o palco escolhido para a aclamação do Desenvolvimento Sustentável enquanto mecanismo de

transformação dos problemas ambientais em lucros crescentes. Os eventos paralelos, que reuniram ONG's, movimentos sociais e ativistas políticos, foram tratados de maneira geral pela mídia como um prolongamento festivo do evento. A agenda internacional já estava planejada, e faltava a cooptação universal dos países periféricos e dos próprios movimentos de questionamento.

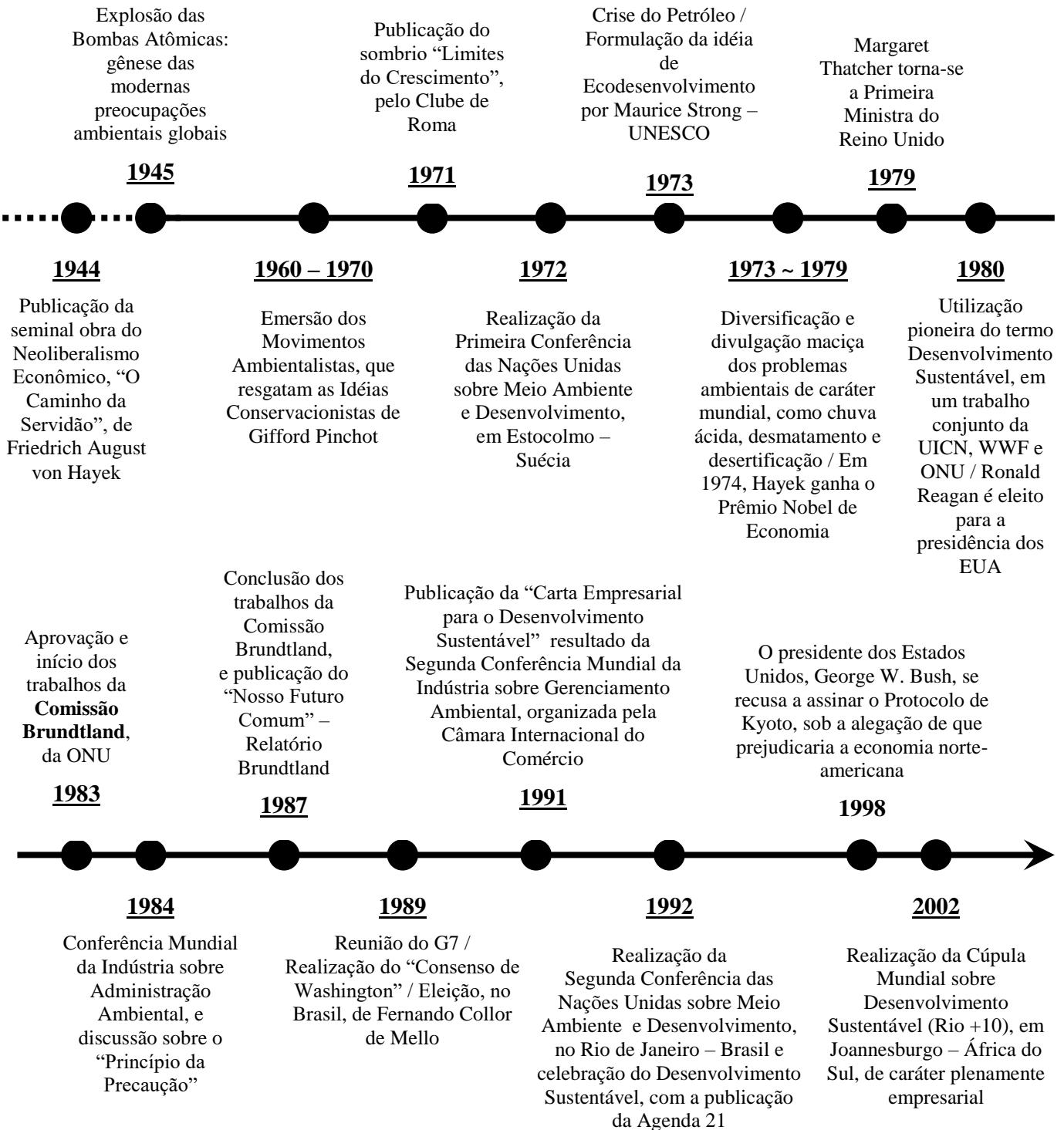
A ECO – 92 foi, indubitavelmente, uma atividade cênica, com movimentos e decisões coreografados, cujo objetivo era informar a platéia, de maneira célebre, acerca do Desenvolvimento Sustentável. A assinatura da Agenda 21 foi o ato simbólico, o marco crucial mais contundente da efetivação do Desenvolvimento Sustentável enquanto nova ordem.

A partir da ECO – 92, a Agenda 21 herdou a patente de receituário comum e universal, de países centrais ou periféricos, de industriários ou trabalhadores. A realização da Conferência Rio + 10, que ocorreu no ano de 2002 em Joannesburgo, na África do Sul, foi sintomática: com grande participação empresarial e menor cooptação de movimentos populares, serviu apenas para ratificar a Agenda 21, e consequentemente o Desenvolvimento Sustentável como um modelo global obrigatório de adequação sócio-ambiental.

Na próxima página, buscamos sintetizar os acontecimentos que marcaram a construção do Desenvolvimento Sustentável em âmbito global. O objetivo não é resumir os fatos marcantes dentro da perspectiva de uma história linear, mas sim propiciar o entendimento do processo histórico da emersão das questões ambientais, dos grandes estudos e conferências internacionais e da aproximação entre o pensamento ecológico e o neoliberalismo, para, por fim, deixar evidente que a gênese e evolução da noção de Desenvolvimento Sustentável ocorreu no interior do pensamento dominante.

## Síntese Cronológica da Construção do

### Desenvolvimento Sustentável em Âmbito Global



Esquema 1: Linha do tempo do processo de construção do Desenvolvimento Sustentável.  
Organizado por: OLIVEIRA, L. D., 2006.

Nesta seara, a assinatura (e permanência) da Agenda 21, da mesma maneira como aconteceu em específico na cidade de Volta Redonda, correspondeu à parte visível do grande *iceberg* de reuniões, estudos e coalizões em prol da nova estratégia. A gestão da natureza estava além das possibilidades da discussão empreendida, em escala global, na grande Conferência do Rio de Janeiro, e em escala local, no movimento “*Vamos Repensar Volta Redonda*”. Ao contrário do apregoado no Fórum da Agenda 21 Local de Volta Redonda, o Desenvolvimento Sustentável tem raízes históricas anteriores e bastante complexas.

## **2.5 O VERDADEIRO ALVORECER DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA CIDADE DE VOLTA REDONDA**

O período entre a publicação mundial do Relatório Brundtland (1987) e a realização da Conferência do Rio de Janeiro (1992) correspondeu ao momento de maior insegurança e conflito da história da cidade de Volta Redonda, devido às lutas sindicais que não conseguiram evitar a privatização da C.S.N. A privatização da empresa favoreceu a estruturação da luta contra a poluição (LOPES, 2000, p. 104) e marcou, simbolicamente, a chegada do desenvolvimento sustentável em Volta Redonda.

A dolorosa privatização da C.S.N., em 02 de abril de 1993 – todo o processo foi deveras conturbado, e efetuado com entrada nula de dinheiro aos cofres governamentais, através de parcelamentos e uso de dívidas em títulos (BIONDI, 2001, p. 12), com a empresa sendo palco da maior resistência operária à desestatização da siderurgia (SCHMIDT, 2000, p. 200) – foi decisiva para o investimento maciço em meio ambiente por parte da companhia. De acordo com especificidades contidas no

edital de privatização, a C.S.N. passou a aplicar reservas circunstanciais em políticas compensatórias, totalizando mais de 130 obras e ações para com o meio ambiente até 1992<sup>27</sup> (LOMIENTO, 2002, p. 23).

A administração estatal da empresa reconhecia seu vultuoso papel na poluição do Rio Paraíba do Sul, mas apontava como culpados as gestões anteriores e justificava-se através da grande produção, apontando sua capacidade de proporcionar muitos empregos (LOPES, 2004, p. 220)<sup>28</sup>. Na verdade, com a desestatização da C.S.N., a questão ambiental recebeu novo tratamento, como parte integrante de uma nova estratégia de gestão empresarial com interesses mercadológicos internacionais. O Desenvolvimento Sustentável assumiu caráter decisivo para estes planos de expansão comercial da empresa, que se afastou definitivamente da tradicional participação nas questões sociais locais. Este afastamento, que se fortaleceu após o fim da Ditadura Militar, fez com que desde 1989, no governo de Wanildo de Carvalho<sup>29</sup>, mas, especificamente, na administração municipal de Antônio Francisco Neto (1997-2004), fosse empreendida uma contundente reestruturação urbana, com impactante reformulação estética na cidade, sem interferência ou participação da direção da C.S.N. As administrações municipais de Volta Redonda repensavam obrigatoriamente a cidade, órfã da siderúrgica estatal. Aos poucos, o meio ambiente tornou-se importante referência na atuação dos governantes do município.

---

<sup>27</sup> Os gastos da C.S.N. com as obras de ajustamento ambiental alcançaram a quantia de aproximadamente R\$ 228 milhões até fevereiro de 2002, totalizando perto de 10 % do total de investimentos realizados pela empresa (LOMIENTO, 2002: 61).

<sup>28</sup> A poluição parecia naturalizada pela população da cidade, e por isso mesmo, a primeira ação civil contra a empresa no que se refere ao meio ambiente foi feita por uma ONG macaense, a AMDA – Associação Macaense de Defesa Ambiental, pela contaminação do Rio Paraíba do Sul (LOPES, 2004, p. 219).

<sup>29</sup> Wanildo de Carvalho era o vice na chapa de Juarez Antunes, e por isso assumiu o governo em seu lugar. Trata-se de um arquiteto que já estivera, no período da ditadura militar, envolvido em planos de reestruturação urbanística da cidade de Volta Redonda (LOPES, 1993, p. 165).

Assim, quando a Agenda 21 Local de Volta Redonda e os outros eventos congêneres foram realizados, tiveram o papel específico de arregimentar mais colaboradores para a construção de um novo padrão para a cidade. A cidade, nascida símbolo de desenvolvimento e experiência na construção de um novo homem, no governo de Getúlio Vargas, assistia a dilapidação de sua aventura industrial, com os problemas provenientes da poluição, da desvalorização do trabalho, das questões de ordem urbana e social. O despontar da estratégia baseada no Desenvolvimento Sustentável em Volta Redonda advém da crise do antigo modelo e da insustentabilidade econômica, social e ambiental de uma cidade construída no entorno de uma siderurgia. A decomposição do antigo projeto da cidade industrial – agora *insustentável* –, nascida enquanto estandarte do desenvolvimentismo e arruinada pelas próprias limitações atuais do industrialismo capitalista, é o alvo central do capítulo seguinte.

### **3 A “INSUSTENTABILIDADE” DA CIDADE INDUSTRIAL DE VOLTA REDONDA**

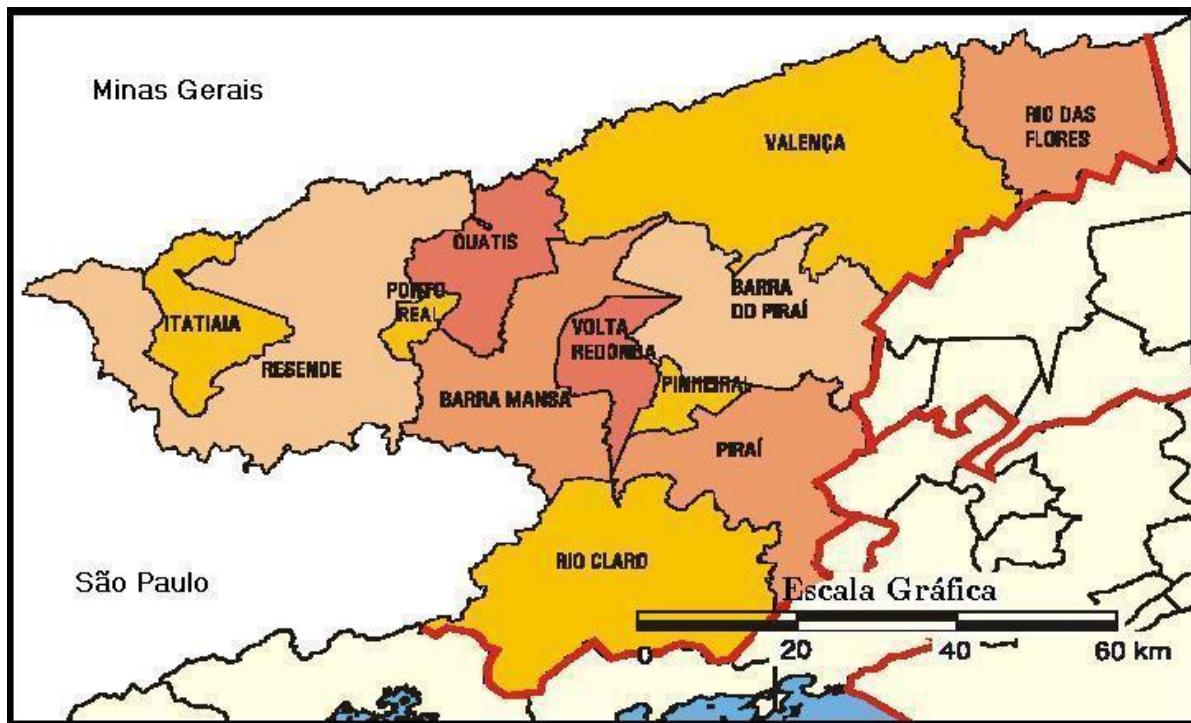
A cidade de Volta Redonda, localizada na Região do Médio Vale Paraíba Fluminense, emancipou-se de Barra Mansa apenas em 1954, mas mesmo assim possui destacada importância para a compreensão da história contemporânea brasileira. Foi nesta área, então agropastoril, onde existia apenas um pequeno vilarejo<sup>30</sup> próximo a uma curva sinuosa do Rio Paraíba do Sul (responsável pelo nome da cidade), que o presidente Getúlio Vargas em 1941 decidiu implementar a Companhia Siderúrgica Nacional (C.S.N.), maior empreendimento do país na primeira metade do Século XX e marco no desenvolvimento capitalista da nação (FONSECA, 1989, p. 259).

Deste pequeno vilarejo emergiu o estandarte-síntese (LOPES, 1993, p. 21) e símbolo (WIRTH, 1973, p. 95) da ideologia do desenvolvimento nacionalista do período, como marco da transição de um modelo econômico agrário-exportador para o desencadeamento da industrialização (LASK, 1991, p. 08). Volta Redonda foi planejada enquanto uma *cidade-modelo*, com grande padrão qualitativo das residências operárias. O interesse do Estado foi fazer de Volta Redonda um exemplo, um verdadeiro paradigma de gestão do território planejado pela burocracia tecnocrata. A C.S.N. nasceu para representar o progresso, e por isso Volta Redonda deveria ser a expressão de um nacionalismo de base ampla, estatista, trabalhista e populista (MOREIRA, 2003, p. 143), representando o surgimento de um Brasil novo, industrial e moderno (PIQUET, 1998, p. 73).

---

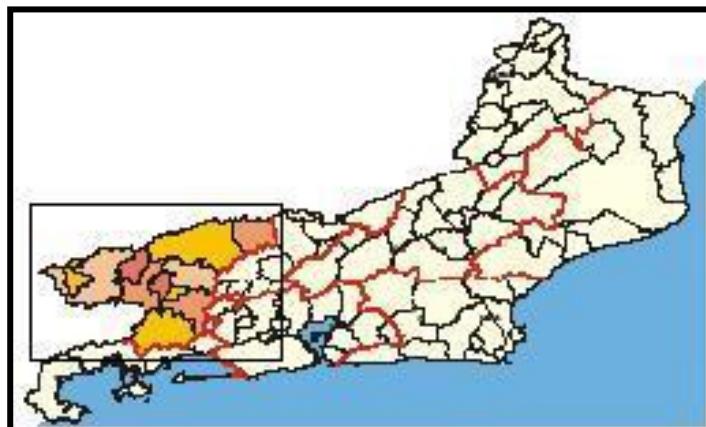
<sup>30</sup> Este vilarejo, o então oitavo distrito de Barra Mansa, ainda denominando Santo Antônio de Volta Redonda, era formado basicamente por fazendas decadentes de café.

### Região do Médio Vale Paraíba Fluminense



Mapa 1: A Região do Médio Vale Paraíba Fluminense.

Observamos acima a localização central de Volta Redonda na Região do Médio Vale Paraíba Fluminense, e, ao lado, esta região situada no mapa do estado do Rio de Janeiro.



Mapa 2: Estado do Rio de Janeiro, com destaque para a Região do Médio Vale Paraíba.

Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE. In: OLIVEIRA, F. J. G. de, 2003, p. 140.

Adaptado e organizado por: OLIVEIRA, L. D. de, 2006.

Com este intento de criar um padrão nacional, o planejamento de Volta Redonda foi inspirado a partir de um modelo de cidade industrial do arquiteto francês Tony Garnier – cuja obra era baseada no socialismo utópico (conservador) de Proudhon e Saint-Simon –, mas adaptado de forma farsesca pelo arquiteto Attílio Corrêa Lima ao autoritarismo populista de Getúlio Vargas. O plano de Volta Redonda deveria contribuir para exaltar o industrialismo, sublinhar a política social do governo e espacializar, através do desenho e do equipamento da cidade, o novo homem que estava sendo construído (LOPES, 1993, p. 78-79). Este novo homem, como propugnava o presidente, a partir de então seria educado para o trabalho disciplinarizado (MOREIRA, 2003, p. 140).

De maneira alguma surpreende-nos que uma cidade nascida para representar uma nova era de modernidade e desenvolvimento, com o concreto progresso das forças produtivas e baseada na potente ideologia do desenvolvimento nacionalista, tenha conhecido tão profundamente crises de natureza política, econômica, social, urbana e ecológica. Volta Redonda, assim como representou historicamente uma síntese do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, também funcionou perfeitamente como observatório do desmantelamento do modelo desenvolvimentista (adaptação periférica do fordismo) da ordem industrialista, bem como tem sido palco da reestruturação então em curso. A *insustentabilidade* de Volta Redonda perpassa pelo caráter insustentável do próprio modelo da sociedade capitalista industrial moderna.

O objetivo central deste capítulo, então, foi compreender como uma cidade detalhadamente planejada e nascida para representar o progresso e a modernidade tornou-se progressivamente “*insustentável*”, necessitando de uma nova gestão a partir das premissas do Desenvolvimento Sustentável. Assim, percorremos os graves

problemas que desencadearam a reestruturação que se apresenta, e que resultaram na falência da emblemática cidade industrial outrora implementada. Sob este prisma, contextualizamos historicamente a cidade de Volta Redonda, sublinhando os períodos de repressão, de conflito social e da privatização da C.S.N. para, de posse deste quadro, fazer um esforço de sintetizar as evidências cabais das mudanças de paradigma de desenvolvimento e ideologia que caracterizam o estudo em tela.

### **3.1 O NASCIMENTO DE UMA CIDADE-SÍMBOLO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL**

A ocupação da região onde se localiza a cidade de Volta Redonda ocorreu praticamente dois séculos após o povoamento das baixadas litorâneas do Rio de Janeiro. Somente com a emersão do ciclo do café no século XIX (BASTOS, 1999, p. 15) desenvolveram-se as primeiras vilas, como a de São Sebastião de Barra Mansa (1832), que destacou-se como importante centro ferroviário a partir de 1871<sup>31</sup>, cujo entroncamento circulavam mercadorias entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Mas o movimento abolicionista, que culminou com a promulgação da Lei Áurea, associado ao esgotamento dos solos cafeeiros, gerou a decadência da economia desta região emergente, com a depreciação das terras e as migrações dos antigos escravos, quer para São Paulo, em busca de trabalho nas plantações de café deste

---

<sup>31</sup> Ano que marca a inauguração da Estação da E. F. Dom Pedro II, em 16 de setembro de 1871, feita pela então Princesa Isabel, com a presença do seu esposo, Conde D'Eu (COSTA, 2004, p. 23).

estado, ou para o Rio de Janeiro, integrando o contingente do proletariado nascente (BASTOS, 1999, p. 18; FUSCO, 2003, p.67-68; MARAFON, 2005, p. 73).

A resposta econômica de Barra Mansa foi a expansão da pecuária, em um ciclo de convivência de “café com leite” (entre 1910 e 1930), e um pequeno desenvolvimento de produção fabril, com laticínios, moinhos e matadouros (BASTOS, op. cit., p. 15), que credenciavam a cidade a uma crescente industrialização<sup>32</sup>. Mas o oitavo distrito de Santo Antônio de Volta Redonda<sup>33</sup> correspondia a uma área ainda decadente por causa da estagnação da economia cafeeira, de população bastante reduzida e que vivia em função da agricultura de subsistência. Em 1940, segundo o censo oficial, o oitavo distrito de Barra Mansa registrava 2.782 habitantes, sendo 1.765 de áreas rurais e 1.017 habitantes urbanos<sup>34</sup>, no entorno do vilarejo chamado Niterói, onde ficava uma estação ferroviária, o distrito policial e de paz, os correios e duas escolas, que já possuíam iluminação elétrica e telefonia. Foi nas proximidades deste pequeno vilarejo, às margens do Rio Paraíba do Sul, que o então presidente da República Getúlio Vargas decidiu construir uma siderurgia de alto-forno no Brasil, como parte fundamental do plano de industrialização nacional.

---

<sup>32</sup> Esta industrialização inicial, com base nos capitais da cafeicultura, sofreu grave impacto após a decadência deste ciclo, mantendo-se apenas as bases siderúrgica e metalúrgica do município de Barra Mansa – anterior à instalação da C.S.N. Segundo Floriano Oliveira (2003, p. 62-63), a instalação da CSN (originalmente em Barra Mansa, antes da emancipação de Volta Redonda) “reinscreve a história da produção industrial na região do médio Paraíba, fazendo com que todo o processo anterior ficasse subjugado a uma nova ordem econômica, ditada pelos investimentos estatais”.

<sup>33</sup> As terras de Volta Redonda pertenceram, sucessivamente, aos termos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1565 - 1801), da Vila Resende (1801 - 1813), da Vila de São Príncipe (1813 - 1820), das Vilas de São Príncipe de Nossa Senhora da Glória de Valença (1820 - 1932) e da Vila de São Sebastião de Barra Mansa (1932 a 1954) (BASTOS, 1999, p. 11).

<sup>34</sup> Segundo as informações do Censo Demográfico de 2000 (IBGE), o município de Volta Redonda possui 99 % de população urbana (241.996 habitantes) e apenas 1 % de população rural (67 habitantes), enquanto Barra Mansa tem 97 % de população urbana (165.134 habitantes) e apenas 1 % de população rural (5.619 habitantes). Aliás, em toda a região do Médio Vale Paraíba Fluminense a população urbana corresponde a 96 % do total (FUSCO, 2003, p.73). Estes números demonstram claramente as transformações territoriais alicerçadas na instalação da C.S.N.

Vale ressaltar o quanto complexa é a “questão siderúrgica” nos primórdios do desenvolvimento industrial brasileiro. No início de século, as importações de gusa, de aço em barras e produtos manufaturados de ferro e aço ocupavam o segundo lugar no valor das importações brasileiras (PIQUET, 1998, p. 47). Para solucionar este problema na balança comercial, as soluções iniciais foram recorrer a grupos estrangeiros, como os ingleses que fundaram a Itabira Iron Ore Company, ou os belgas que criaram a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. Tanto a Itabira Iron Company, implementada em 1911 em Minas Gerais (cujas instalações serviriam de base para a posterior implantação da Companhia Vale do Rio Doce), quanto a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira não supriam as necessidades do mercado nacional, apesar do considerável volume produzido.

Foi mesmo no governo Vargas que a “questão siderúrgica” assumiu caráter emergencial, ganhando contornos incisivos a obstinação por uma resolução imediata. Influenciado pelas forças militares, Vargas buscou revogar as concessões estrangeiras de produção siderúrgica, apregoando que este setor estratégico para o desenvolvimento interno deveria ser controlado e planejado por gestores brasileiros, pois tratava-se de “assunto de segurança nacional” (*Ibid.*, p. 49).

Assim, logo após a Revolução de 1930, reapareceram antigas propostas de solução com capital nacional, como as intenções de Henrique Lage (1934), um magnata do carvão e da frota mercante que visava distribuir a produção em três siderurgias, localizadas em Santa Bárbara (MG), Niterói (RJ) e Antonina (PR), e de Alexandre Siciliano, cafeicultor paulista com interesses na indústria que pretendia construir uma usina estatal em Juiz de Fora, em Minas Gerais, através de um consórcio entre os seis maiores empresários brasileiros. Ambas as propostas ofereciam muito pouco e exigiam

que a totalidade do capital a ser investido fosse a partir das reservas do Estado. Além disto, as duas propostas apresentavam perspectivas de longo prazo para a auto-suficiência do aço, em detrimento ao interesse imediato de Vargas de auto-sustento nacional (WIRTH, 1973, p. 69).

Somente após o golpe de 1937 e a implementação do Estado Novo que ocorreu a formação de uma comissão especial, integrada por militares e quadros técnicos brasileiros, para uma política nacionalista de produção de aço, onde concluiu-se haver a necessidade de implementação de uma grande siderurgia com capacidade de produção suficiente para a satisfação do mercado interno. Porém, a construção deste empreendimento só tornou-se possível com o auxílio financeiro do presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, através do Eximbank, cujo empréstimo possibilitou a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, no Rio de Janeiro, com sociedade de economia mista<sup>35</sup> (PIQUET, 1998, p. 57).

Após a resolução dos acordos de natureza financeira, apareceu um novo problema no que se refere à localização da usina siderúrgica. Novamente, ocorreram acirradas disputas políticas, onde se especularam construir o novo empreendimento em Vitória (ES), Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ) e Antonina (PR). A Comissão Executiva do Plano Siderúrgico acabou decidindo pela implementação da siderurgia na região de Barra Mansa, no decadente Vale do Paraíba. A escolha deste local para a implantação

---

<sup>35</sup> O processo de captação de auxílio financeiro internacional foi bastante complexo, em um período de guerra mundial, com uma patente aproximação do governo de Getúlio Vargas com a Alemanha Nazista. Durante esta aproximação, ocorreram conversações com as empresas alemãs Krupp, Demag e Gutehoffnungshütte para realização de empréstimo e apoio logístico, gerando contatos e congratulações a Vargas por parte de líderes nazi-fascistas, em especial por parte de Mussolini. Mas com o intermédio de Oswaldo Aranha, Ministro do Exterior, junto ao presidente Franklin Roosevelt, foi selado o acordo definitivo de auxílio dos Estados Unidos à construção da C.S.N. (PIQUET, 1998; WIRTH, 1973), que envolveu o compromisso de instalação de bases militares aeronavais norte-americanas em Recife, Natal e Fernando de Noronha (BEDÊ, 2004, p. 34).

da C.S.N., como observamos no trabalho de John Wirth (1973, p. 101) – cuja análise baseia-se nos escritos do geógrafo norte-americano Langdon White sobre localização de siderurgias – apoiou-se em diversas premissas, que envolvem desde a proximidade de mercados, matéria-prima, transporte e mão-de-obra, a possibilidade de dispersão do contingente de trabalhadores das usinas por motivos de natureza militar, até a disponibilidade de capital inicial e grande abundância de água<sup>36</sup>.

Assim, na área designada, a grande disponibilidade de água doce proporcionada pelo Rio Paraíba do Sul, a facilidade da obtenção de mão-de-obra e a existência da estrada de ferro, que garantiria o transporte das matérias-primas e produtos (SOUZA, 1992, p. 09), viabilizada pela localização estratégica, pois estava situada bem próxima aos principais mercados consumidores do país, como Rio de Janeiro e São Paulo (FONTES e LAMARÃO, 1986), foram determinantes para a decisão da comissão especial. A área escolhida era distante da costa marítima (e por isso fora do alcance da artilharia naval) e localizada por detrás da Serra do Mar, tornando-se bastante propícia para a defesa naquele período de guerra mundial, com eminente perigo de ataques estrangeiros. Além destes fatores, como Volta Redonda nasceria para representar o progresso, nada mais adequado do que transformar uma área cafeeira decadente em um espaço demograficamente novo (MOREIRA, 2003, p. 140), a partir da industrialização.

A escolha de uma área de parca urbanização, com uma população bastante reduzida, para a construção de uma indústria de base e do desencadeamento do Capitalismo Industrial trazia em seu bojo uma reforma da sociedade brasileira, com

---

<sup>36</sup> Além destes fatores, Waldir Bedê (2004, p. 35) destaca categoricamente a importância da poderosa influência política do então Interventor do Estado do Rio de Janeiro, Comandante Ernâni do Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas, na instalação da C.S.N. na região, em detrimento de entraves técnicos como a considerável distância das matérias-primas e a ausência de um porto fluvial ou marítimo.

profundas mudanças sócio-culturais. Getúlio Vargas propugnava a formação de um novo homem: o *proletário*, uma espécie de “*homo volta-redondensis*” (BEDÊ, 2004, p. 21), obviamente anestesiado pelo paternalismo e, por isso, pouco ativo nas lutas sindicais. Este *homem* forjado a partir da aglomeração abrupta de trabalhadores de diferentes origens e culturas (os chamados *arigós*, migrantes que chegaram para a construção da usina, em um fenômeno só repetido na construção de Brasília<sup>37</sup>) viveria em uma sociedade urbano-industrial, moderna e de economia de mercado. Se a C.S.N. nasceu para representar o progresso (MOREIRA, 2003, p. 143), Volta Redonda refletiria a ruptura entre o atrasado e o moderno, portanto, tudo deveria ser construído cuidadosamente como um sinal dos novos tempos.

### **3.2 A ADAPTAÇÃO FARSESCA DE UM MODELO DE CIDADE INDUSTRIAL**

A aventura de erigir, em uma planície aluvial então desmatada que servia de pastagens para a uma incipiente pecuária extensiva (BASTOS, 2005, p. 94), uma usina siderúrgica foi minuciosamente detalhada por Alberto C. Lopes (1993), cuja obra demonstrou com grande clareza o rapto das idéias do arquiteto socialista francês Tony Garnier com o objetivo de adaptá-las ao paternalismo getulista.

Tony Garnier era admirador dos estudos de cunho socialista utópico de Fourier e de Saint-Simon – pensadores que Marx e Engels criticaram avidamente pelo fato de não acreditarem na capacidade revolucionária do proletariado (MARX;

---

<sup>37</sup> Como salienta Bedê (2004, p. 22), o contingente migratório estritamente urbano para a construção da C.S.N. era inédito na história nacional, ao contrário da implementação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a “Ferrovia da Morte”, que congregou mais de 20.000 pessoas em diversas frentes espalhadas na Floresta Amazônica.

ENGELS, 1975, p. 99) –, cujas obras influenciaram diretamente seu projeto *La Cité Industrielle*. O Conde de Saint-Simon, em particular, era um pensador bastante conservador que pregava um Estado paternalista, “*protetor dos operários*” (COELHO, 1981, p. 57 apud LOPES, 1993, p. 66), provedor de assistência social e educação, capaz de garantir o direito ao trabalho. Existia certa similaridade, como destaca Lopes (op. cit., p. 62), com o então momento atual da política brasileira, quando lembramos que o presidente da república ansiava tornar-se um “*protetor dos oprimidos*”, ou melhor, o “*Pai dos Pobres*”.

O modelo de cidade industrial de Tony Garnier, cuja indústria principal era uma siderúrgica-metalúrgica, alicerçava-se em progresso na ordem social, com higiene pública, terra socializada, grande número de salas sindicais e espaços para conselhos públicos democráticos. Não havia instituições para repressão, como unidades policiais ou presídios, mas em compensação existia uma atenção especial para o esporte e a cultura (Ibid., p.69-70). Em *La Cité Industrielle* não havia evidência alguma de segregação residencial<sup>38</sup>.

Ao contrário do modelo do arquiteto francês, as preocupações centrais de Attílio Corrêa Lima envolviam a exaltação do industrialismo nascente, com uma política social paternalista (Ibid., p. 78-79). O objetivo central era espacializar em seu modelo o novo homem emergente – o *proletário*, e desta forma tornaram-se

---

<sup>38</sup> De acordo com os argumentos de Alberto Lopes (1993, p.63-64), a primeira versão do projeto *La Cité Industrielle* foi concluído em 1901, quando Tony Garnier (1869-1948) estudava na tradicional Villa de Medici, em Roma, mas recebeu rejeição imediata da academia. Mesmo assim, em 1904, exibiu sua obra em Paris, pouco antes de ser nomeado como arquiteto-chefe de Lyon pelo seu prefeito socialista, E. Herriot. Em Lyon, que era sua cidade natal, Tony Garnier pôde desenvolver algumas de suas idéias de bairros residenciais e viver intensamente a emergência da industrialização local. A versão final da Cité só foi publicada em 1917, com a completa fundamentação e descrição de todo o projeto, totalizando dois volumes e 164 planchas de desenhos urbanísticos e arquitetônicos.

insuficientes as propostas de *Garden Cities*<sup>39</sup>, aplicada pelo mesmo arquiteto na concepção de Goiânia.

Após alguns anteprojetos, somente no plano final de Corrêa Lima identificamos a influência de Tony Garnier<sup>40</sup>, quando é possível observar a edificação de vilas operárias confortáveis (para o gigantesco número de trabalhadores necessários para a construção e operação da usina siderúrgica) dentro de um padrão higienista, com especial atenção para a saúde e educação e a criação de áreas verdes, porém sem qualquer instalação esportiva. Entretanto, a reprodução do modelo foi realizada para uma sociedade autoritária, ficando patente a segregação territorial, visível até mesmo na topografia, onde a elevação das curvas de nível indicaria a patente do empregado na empresa. A diferença entre os bairros também era acentuada: no bairro “Conforto”, por exemplo, os operários ficariam suscetíveis à poluição, enquanto no bairro Laranjal

---

<sup>39</sup> As *Garden Cities*, ou “Cidades-Jardim”, correspondem ao padrão urbanístico inglês (que se propagou no planejamento de muitas cidades norte-americanas) baseado em uma diferente perspectiva de cidade, principalmente no que se refere às áreas residenciais, envoltas em áreas verdes. Fazem parte do urbanismo culturalista, que invoca o passado e ressalta o bucolicismo, cujo maior expoente foi o militante socialista inglês Ebenezer Howard. Não são poucos os que escreveram ou mesmo visitaram Volta Redonda e identificaram semelhanças com estes modelos de cidades americanas, principalmente por causa da ausência de muros frontais nas residências e pelas divisões entre as casas feitas por jardins característicos. Novamente recorremos à obra de Alberto Lopes (1993, p. 77-78), que explica que “a associação recorrente do plano de Volta Redonda às *Garden Cities* (...) é compreensível, mesmo em trabalhos de conceituados estudiosos e teóricos do urbanismo no Brasil, como Carlos Nelson Ferreira dos Santos. De fato, a cidade industrial de Tony Garnier preconizava o mesmo cenário verde encontrado em Howard, mas diferia das *Garden Cities*, fundamentalmente, por ter sido concebida como uma cidade autônoma e completa e não como uma cidade satélite de uma grande metrópole. Isso, aliado aos propósitos do socialismo, implicou numa ênfase inédita do modelo de Tony Garnier nos equipamentos coletivos. As referências a Volta Redonda como ‘cidade americana’ explicam-se, por outro lado, pela retumbante ressonância que o modelo de Howard encontrou nos Estados Unidos e está relacionada mais ao padrão dos bairros residenciais. As estreitas ligações do projeto de Volta Redonda com os norte-americanos também nos dão uma pista para compreender essa associação”.

<sup>40</sup> O engenheiro-arquiteto Attílio Corrêa Lima, formado na Escola Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro), estudou na França entre 1927 e 1931, quando realizou o Curso de Urbanismo do Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris. Nesta época ocorreram os primeiros Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), onde se afirma o ideário do urbanismo progressista (LOPES, 1993, P. 76), do qual *La Cité Industrielle*, de Tony Garnier, representa o modelo inaugural (*Ibid.*, p. 62).

ficariam os técnicos e diretores da empresa<sup>41</sup>. Dito de outra forma, em Volta Redonda deveria ocorrer uma dominação muito bem explícita no território, com um planejamento residencial que evidenciasse a hegemonia dos mais graduados na empresa (LASK, 1991, p. 28-30). Esse espaço disciplinarizado implicou na segregação espacial (bairros proletários em detrimento de bairros dos quadros superiores, bem policiados e isolados), com diferenças descomunais entre si (MOREL, 1989, p. 137; LASK, 1991, p. 33)<sup>42</sup>.

Logo este planejamento começou a revelar lacunas e problemas. Uma cidade paralela, sem estruturação prévia, foi surgindo à margem da Cidade Operária de Attílio Corrêa Lima. Com a insuficiência da Vila Operária, na Cidade Nova, para responder por todas as necessidades habitacionais, surgiram outros bairros destinados aos trabalhadores, marcados pela escassez e pela precariedade (SOUZA, 1992, p. 28). Acentuou-se, de maneira bastante acelerada, as graves disparidades entre a Cidade Operária (onde se situava a C.S.N.) e a parte denominada Cidade Velha (núcleo urbano externo à Cidade Operária), que não era contemplada pelo planejamento vigoroso então empreendido. Em represália ao espaço disciplinar, “tem origem a ação do contra-espelho” (MOREIRA, 2002, p. 63), como resultado das manifestações espaciais daqueles que contestam a ordem instituída. Assim, com o crescimento da cidade ocorrendo de maneira veloz e desordenada, os problemas agravaram-se paulatinamente. Já na década

<sup>41</sup> Para uma visão geral dos bairros da cidade de Volta Redonda e os níveis de contaminação ambiental, observar o Mapa 4 (p. 117), que apresenta a estrutura urbana da cidade com uma lista subsequente contendo a toponímia dos bairros.

<sup>42</sup> Ainda hoje, este aspecto estrutural se mantém: bairros como Laranjal, Vila Santa Cecília e Bela Vista, que correspondiam à parte planejada para os técnicos, dirigentes e militares ocuparem, representam a parte mais ordenada e abastada da cidade. Os antigos bairros proletários, projetados como vilas operárias – que envolvem o bairro Conforto e adjacências – sofreram grande valorização e correspondem às áreas residenciais da classe média. Os bairros mais pobres, onde se destaca Retiro e Belmonte (áreas onde as atividades comerciais, formais e informais, têm se desenvolvido aceleradamente) são também, como veremos posteriormente, os mais afetados pela poluição ambiental. Situados à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, onde o projeto de Corrêa Lima inseria um “cinturão verde”, acabaram se transformando em refúgio para os trabalhadores não contemplados pelo planejamento da cidade.

de 1950 surgiu, então, a primeira favela, denominada “Morro dos Atrevidos”, devido à ousadia e ao pioneirismo dos operários que não encontraram outro expediente para estabelecer-se na cidade.

O controle de toda estrutura urbana, hierarquizada e estratificada espacialmente, era realizado pela direção da C.S.N. Mesmo com a emancipação política de Volta Redonda, em 1954<sup>43</sup>, este controle vigora até o início do regime militar no Brasil, com a cidade e a empresa funcionando como um só complexo, uma típica *company-town*<sup>44</sup> (PIQUET, 1998). Nestes primeiros anos forjou-se a constituição estratégica de uma grande “família siderúrgica” (MOREL, 2001, p. 65), através de dispositivos disciplinares de gestão da força de trabalho na C.S.N. Valorizava-se o bom comportamento e a cooperação universal, com a meticulosa investigação dos operários e suas famílias pelas autoridades e intervenção direta das assistentes sociais na orientação e ordenação das residências, em um expediente semelhante ao realizado por Henry Ford na disciplinarização dos operários de sua fábrica (Ver: HARVEY, 2004, p. 122). A pavimentação, arborização, qualidade e higiene das vilas operárias eram oferecidas mediante cerceamento da liberdade e ajustamento de conduta de um proletário obrigatoriamente obediente e disciplinado (SILVA, 1997, p. 45). Logicamente, este modelo disciplinador e segregador, baseado na ideologia do progresso deveras excludente, era perecível, e não tardou a mostrar suas graves imperfeições.

---

<sup>43</sup> O município de Volta Redonda foi criado pela lei nº 2.185, de 17 de julho de 1954, após organização do movimento pela autonomia político-administrativa e subsequente criação o Centro Cívico Pró-Emancipação (1952), que saiu vitorioso no plebiscito realizado em junho de 1954. No dia 13 de outubro do mesmo ano foram realizadas eleições, e em 6 de fevereiro de 1955, tomou posse o primeiro prefeito municipal, Sávio C. de A. Gama, que administrou a cidade entre 1955 e 1959 ([www.portalvr.com](http://www.portalvr.com)).

<sup>44</sup> *Company-towns*, ou cidades-empresa, são experiências da relação entre uma determinada empresa, geralmente de grande porte, e a sua influência direta na construção da cidade na qual localiza-se. Geralmente representava no início do século XX a exacerbão do domínio da burguesia sobre o proletariado, mas atualmente significa um ônus para as modernas administrações empresariais (PIQUET, 1998, p. 03).

**A adaptação farsesca da bela Cidade Industrial de Tony Garnier serviu para  
especializar a Ideologia Desenvolvimentista no Brasil de Getúlio Vargas**

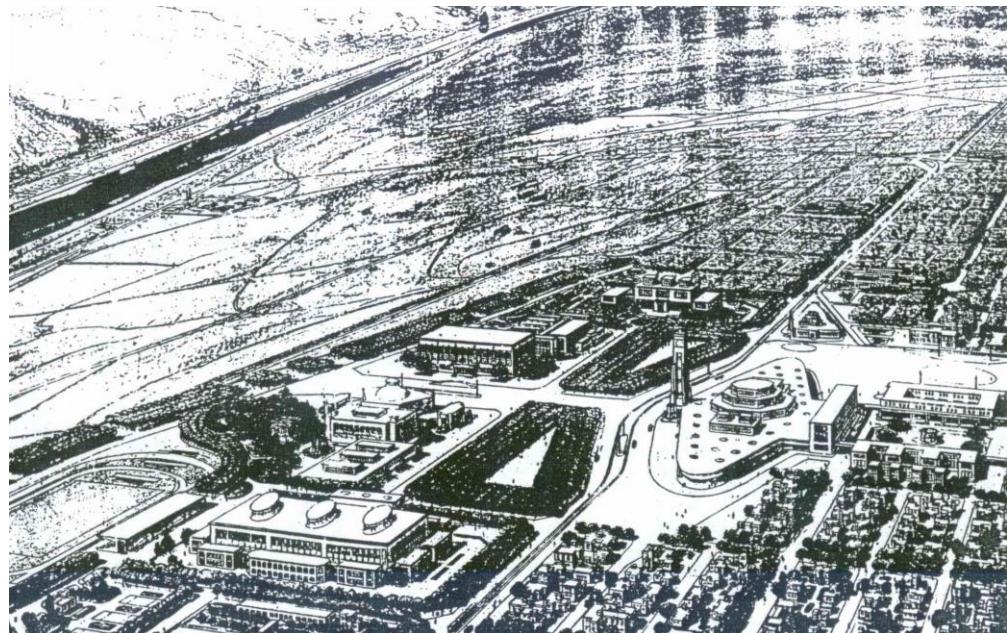


Figura 1: Perspectiva da Cidade Industrial de Tony Garnier  
Fonte: LOPES, 1993, p. 63.

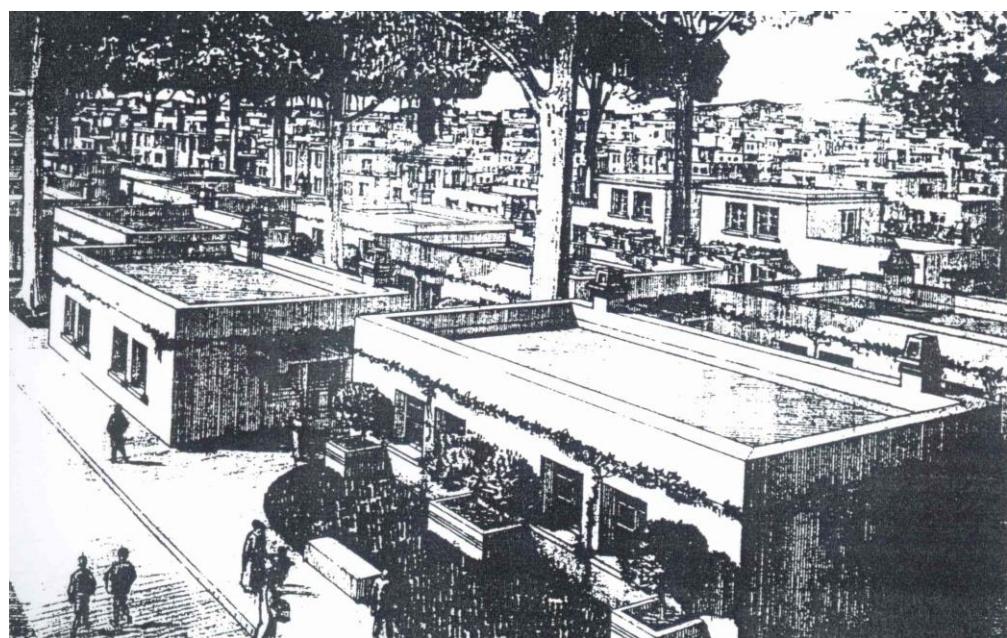
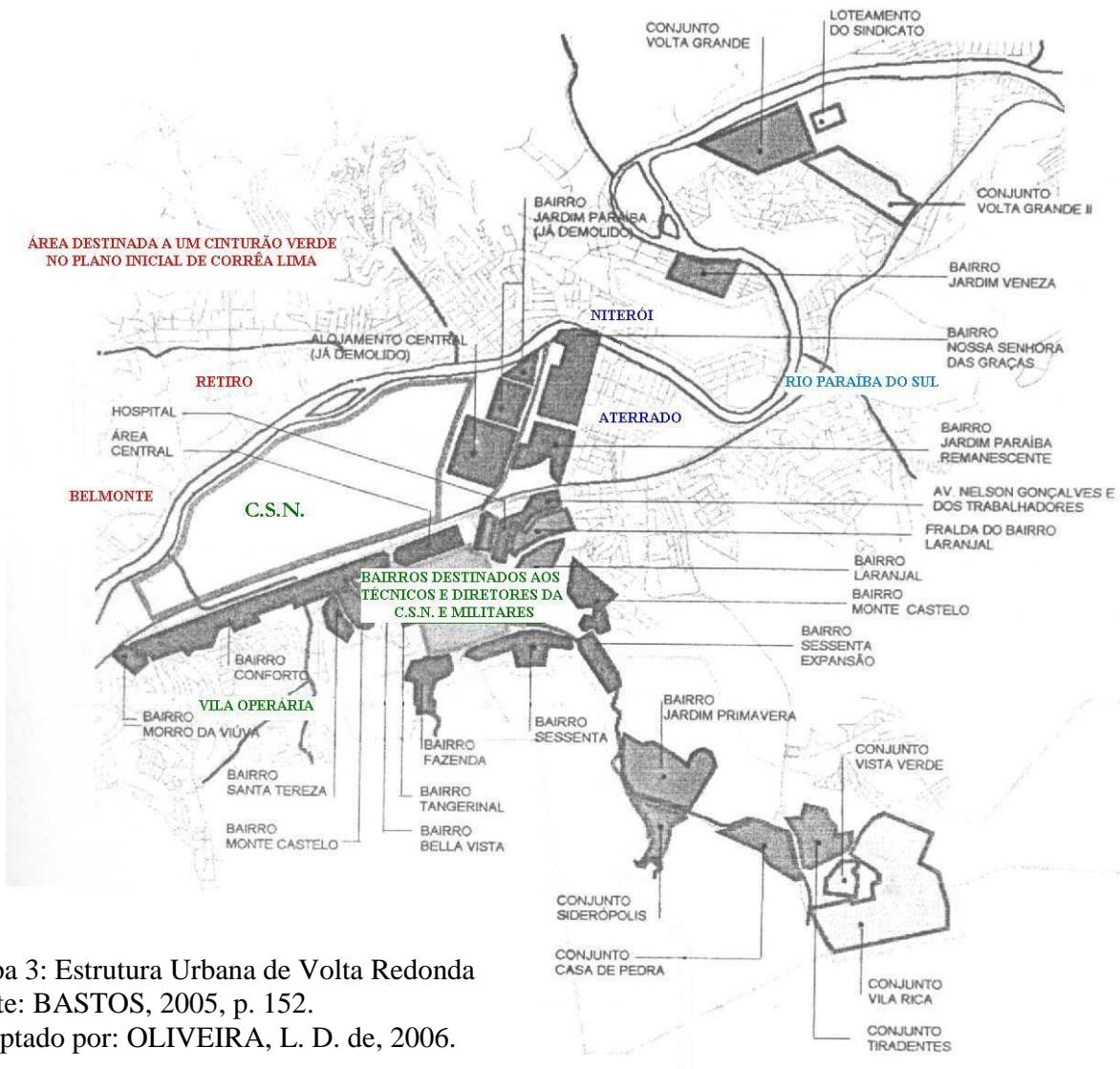


Figura 2: Bairro Residencial da Cidade Industrial de Tony Garnier  
Fonte: LOPES, 1993, p. 70.

### A Segregação Urbana da Cidade de Volta Redonda



Mapa 3: Estrutura Urbana de Volta Redonda

Fonte: BASTOS, 2005, p. 152.

Adaptado por: OLIVEIRA, L. D. de, 2006.

Observamos no plano de Corrêa Lima a estruturação da cidade, onde apenas a margem direita do Rio Paraíba do Sul foi contemplada pelo planejamento urbano da C.S.N. Na margem esquerda, onde deveria existir um “cinturão verde” capaz de filtrar os poluentes da usina, floresceram bairros pobres extremamente desfavorecidos pela urbanização e acometidos por grandes níveis de poluição, como Belmonte e Retiro. A “Cidade Velha” correspondia às áreas não absorvidas pela gestão da C.S.N., como Niterói (núcleo urbano inicial) e o atual bairro Aterrado (onde está sediada a Prefeitura Municipal). É possível ainda notar no mapa a sinuosidade do Rio Paraíba do Sul, responsável pelo nome da cidade, e também os bairros e conjuntos habitacionais surgidos durante a evolução urbana de Volta Redonda, entre 1941 e 1993.

### **3.3 A DESINTEGRAÇÃO DO MODELO E A EXPLOSÃO DO CONFLITO SOCIAL**

Ao período inicial de construção e consolidação da siderurgia, que envolveu a aventura da edificação da C.S.N. e o impacto do vigoroso planejamento que objetivou a criação de um grande símbolo nacional, se sucedeu um grande avanço econômico e produtivo no início da década de 1950, que significou a consolidação da força regional do Médio Vale do Paraíba. Este crescimento resultou na ampliação da estrutura técnica e da capacidade de produção (MOREIRA, 2003, p. 148), através de um plano de expansão integrante do programa político do período de governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), e chegou a gerar um novo plano diretor de urbanização, que previa a densificação da área central e a construção de áreas satélites para novas empresas ao sul da cidade (LOMIENTO, 2002, p. 15). Mas este novo plano urbano, que não alterava as relações entre usina e cidade, iniciou-se somente (e por pouco tempo) em 1962, de maneira aleatória ao processo de reestruturação técnica e produtiva.

Mas, já no final da década de 1950, a C.S.N. viveu um momento de estagnação, causado inicialmente pela queda na taxa de produtividade e envelhecimento da tecnologia da usina, mas principalmente por causa do impacto do surgimento de siderúrgicas concorrentes, como a Usiminas e a Cosipa (MOREIRA, 2003, p. 148), respectivamente em 1963 e 1964. Contudo, foi com o Golpe Militar de 1964 que resultou a implementação de um longo período de ditadura no país, que modificou profundamente a relação vigente entre cidade e usina.

A derrubada do Presidente da República João Goulart foi de grande impacto político e econômico na cidade de Volta Redonda. Em um primeiro momento, as severas mudanças econômicas empreendidas pelos governos militares subsequentes preconizaram um novo período nacional de crescimento econômico baseado na substituição-de-importações que, segundo Francisco de Oliveira (2003), ocorreu às custas do aumento de gastos governamentais combinados com grande concentração de renda. A repressão salarial e o consequente empobrecimento da classe trabalhadora refletem-se diretamente em Volta Redonda, com um afastamento progressivo da C.S.N. do seu histórico papel de co-gestão da cidade de maneira concomitante ao fim do “pacto” paternalista entre proletariado e Estado, iniciado com o varguismo. Neste panorama, o nascente movimento operário local sentiu o grande peso das censuras e perseguições políticas, com as prisões de líderes e de quaisquer possíveis colaboradores na cidade.

O grande marco desta nova etapa é a ruptura da gestão associada entre a C.S.N. e a Prefeitura da cidade de Volta Redonda, que pode ser simbolizada com a entrega do patrimônio urbano de uso coletivo pertencente a empresa (ruas, praças e serviços) à administração municipal. Além disso, foram efetuadas profundas mudanças no fornecimento de moradias para os trabalhadores da usina, que envolveu a criação de uma subsidiária – a Imobiliária Santa Cecília (CECISA)<sup>45</sup> – agora responsável pela negociação dos imóveis residenciais e pela política habitacional da empresa (PIQUET, 1998, p. 74). O resultado desta medida foi a elitização de antigos bairros operários de

---

<sup>45</sup> Ao mesmo tempo em que foi fundada a CECISA, também foi criada a COHAB-VR (Companhia de Habitação de Volta Redonda), na forma de economia mista com poder majoritário da administração pública municipal. Ao contrário da CECISA, que respondia pela Cidade Operária, a área de atuação COHAB-VR era referente aos setores populares externos à C.S.N. (SOUZA, 1992 apud LOMIENTO, 2002, p. 16).

alto padrão, devido à impossibilidade financeira dos trabalhadores adquirirem suas residências, outrora financiadas em valores coerentes com os seus ganhos salariais. Ao mesmo tempo, a empresa adotou um novo estilo de conjuntos habitacionais, de baixa qualidade e distante da usina. Com estas medidas, a prefeitura municipal tornou-se inepta para a gestão de seu agora multiplicado patrimônio urbano<sup>46</sup> (PIQUET, 1998, p. 75).

Esta recomposição significou o fim do perfil paternalista da C.S.N. (RIBEIRO, 2001) e a clara promoção de um critério de regulação a partir de normas tayloristas (MOREIRA, 2003, p. 148), com alteração nos sistemas de cargos e salários. Esta racionalização administrativa, que significou o crepúsculo do modelo de “company-town” (LOMIENTO, 2002, p. 18), reforçou a exigência de instrução formal dos operários e, como resultado, a subcontratação de empregados não-qualificados por meio de empreiteiras. As insatisfações dos trabalhadores com este processo em curso implicaram em uma maior organização do sindicato de metalúrgicos, e a crescente necessidade de controle por parte dos dirigentes.

A primeira geração de operários da Usina Presidente Vargas havia conhecido um período de ufanismo, onde os trabalhadores compartilhavam do sentimento de grandiosidade da empresa (ALBERTI, 1999). A consecutiva geração de empregados, que viveu os anos de ditadura, “era certamente mais informada, mais crítica e menos atávica em relação à C.S.N.” (BEDÊ, 2004, p. 78), e, por este motivo, plenamente capaz de promover lutas contra as possíveis injustiças da direção da

---

<sup>46</sup> Entre 1969 e 1981, a CECISA construiu 810 unidades residenciais, e no ano de 1982 foram edificadas 1258 unidades. No plano inicial constava a proposta de edificação de 4000 casas, jamais cumprida, e o déficit habitacional agravou-se bastante neste período. No ano de 1984, a CECISA transformou-se em departamento da C.S.N. voltado para a administração patrimonial (SANTOS, 2004, p. 32-33 ).

empresa. Se durante o período getulista, o sindicalismo em Volta Redonda foi um apêndice do Ministério do Trabalho, durante a Ditadura Militar os interesses difusos, outrora ocultados pelo imbróglio de “família siderúrgica”, acirraram as dissonâncias existentes e propiciaram relações agora conflituosas.

O Sindicato de Metalúrgicos de Volta Redonda, fundado no ano de 1945, tinha em seus primeiros anos caráter extremamente conciliador<sup>47</sup>, jamais criando qualquer embaraço à Siderúrgica. Esse comportamento subserviente foi tolerado pela categoria devido às conquistas progressivas de direitos trabalhistas durante o período. Entretanto, o aumento do custo de vida, inflacionado artificialmente pelos empresários poderosos contrários ao governo de Getúlio Vargas, fez com que em 1955, pela primeira vez, vencesse as eleições sindicais uma chapa de oposição, formada por uma estranha associação entre um ex-integralista, José Cláudio Alves, paulatinamente isolado das decisões centrais, e dois socialistas, José Bonifácio de Castro e Nestor Lima (BEDÊ, 2004, p. 106). Entretanto, na eleição seguinte novamente uma direção populista assumiu o sindicato, entre 1957 e 1963.

Esta direção de caráter populista, cujos quadros eram filiados principalmente ao PTB, foi liderada por Othon Reis Fernandes, na então denominada “Chapa Independência”, e recebia grande apoio dos operários veteranos. Durante este período, de grande crescimento de influência regional e respeito político do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, fora criado um cargo de interlocução entre direção e trabalhadores, através da nomeação, por estes últimos, de um diretor-operário na C.S.N. Mas Othon Reis, desafeto do presidente da C.S.N., general Edmundo de Macedo

---

<sup>47</sup> Um dos seus primeiros dirigentes, Walter Millen da Silva, era *habituée* da residência do então presidente da C.S.N., o general Sylvio Raulino de Oliveira, na Fazenda Santa Cecília (BEDÊ, 2004, p. 106).

Soares, só assumiria esta função em 1961, depois da posse de seu correligionário político na presidência da República, João Goulart (BEDÊ, 2004, p. 112-114). No pleito de 1963, uma chapa de esquerda, alinhada ao CGT (Comando Geral dos Trabalhadores – vinculado ao PCB), venceu as eleições, e manteve por um breve período de tempo a liderança de João Alves dos Santos Lima Neto no sindicato (*Ibid.*, p. 120).

Porém, com a Ditadura Militar, consequentemente abre-se um ciclo de demissões, perseguições e prisões efetuadas pelo Exército Nacional, principalmente através da ação do 1.<sup>º</sup> BIB (Batalhão de Infantaria Blindada), de Barra Mansa e da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), situada em Resende. Elas registraram na história local um signo de repressão e medo, com o patrulhamento das vias públicas, a cassação das liberdades individuais e a desintegração do modelo de novo homem proletário representante do progresso. O sindicato, logicamente, sofreu duramente as consequências deste novo momento político.

É interessante perceber que o plano inicial de Volta Redonda projetou a criação de uma cidade elaborada para uma contínua dominação no *território*, onde a sua organização fosse executada para reproduzir a lógica política, econômica e social dominante. Através de uma segregação delineada *a priori*, efetuou-se uma separação dos diretores graduados da C.S.N. e militares de elevadas patentes da massa de proletários da vila operária. Inicialmente, a própria C.S.N., centralizada<sup>48</sup> e onipotente, funcionaria com o duplo papel de produção industrial e de co-gestora do aparelho urbano. Os trabalhadores, que entendiam que a sua posição como funcionários da empresa de salutar importância nacional era o respeito incondicional à ordem imposta e

---

<sup>48</sup> Vista de praticamente toda a cidade, Lopes (1993, p. 94) destaca o efeito panóptico da onipresença dos galpões da usina em todas as perspectivas da paisagem.

que também se encontravam amparados pelo componente paternalista e gestor da C.S.N., ainda permaneceriam, no plano inicial posto em prática, inebriados pela ideologia do desenvolvimentismo, e do papel desempenhado por cada um na consecução do progresso nacional.

Este plano, aparentemente tão sólido, desmanchou-se progressivamente. Em um primeiro momento, a própria C.S.N. tornou-se incapaz de fornecer um padrão qualitativo a todos os seus empregados, e não tardaram a surgir os graves problemas urbanos, com destaque imediato para a questão habitacional. Uma outra cidade era erigida em paralelo, com bairros pobres e deficientes, sujeitos à poluição e à falta de saneamento. Se os primeiros trabalhadores, os *arigós*, foram educados nos canteiros de obras da construção da usina (MOREIRA, 2003, p. 140) e viviam em simbiose com a empresa, os seus descendentes e substitutos estudaram na Escola Técnica Pandiá Calógeras<sup>49</sup> e tinham maior compreensão política da realidade. O *antigo proletário*, dos primeiros momentos da usina, era inerte e sectário, mas o *novo proletário* afastava-se da panacéia de “família siderúrgica”, não coadunava com a idéia de que era um artífice robótico do desenvolvimento e tinha uma compreensão de seu papel revolucionário. A ideologia do desenvolvimento nacional, outrora propagada, não mais era capaz de ocultar as diferenças de interesses entre as classes sociais.

Por este motivo, é no tortuoso período da Ditadura Militar, principalmente após transformação de Volta Redonda em Área de Segurança Nacional no ano de

---

<sup>49</sup> A Escola Técnica Pandiá Calógeras, inaugurada em 1944 e logo tornada referência no ensino técnico no Brasil, era mantida pela C.S.N. com verbas de contribuição social devida ao SENAI (BEDÊ, 2004, p. 109) e visava formar mão-de-obra qualificada para a empresa. Vale ressaltar que a própria criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), em 1942, ou seja, contemporânea da C.S.N. (LOPES, 1993, p. 18), demonstrava este interesse em formar proletários tecnicamente qualificados pelo então presidente Getúlio Vargas.

1973<sup>50</sup>, que eclodiram marcantes conflitos sociais, com a participação do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda enfrentando de maneira voraz a direção da C.S.N., da Cúria Diocesana (com destaque para a proeminente participação de Dom Waldyr Calheiros, então bispo das dioceses de Volta Redonda e Barra Mansa) e das Associações de Moradores dos bairros menos abastados, cujo quotidiano balizava a luta por melhorias nas condições de sobrevivência<sup>51</sup>.

O papel da Igreja Católica em Volta Redonda, por exemplo, voltada para a realização de práticas sociais baseadas na Teologia da Libertação, foi instituir uma pedagogia política contestadora aos seus fiéis, através do trabalho das pastorais na diocese local e da ação das CEB's – Comunidades Eclesiais de Base (SOUZA, 1992, p. 145). A partir de dezembro de 1966, quando o bispo Dom Waldyr Calheiros assumiu a diocese<sup>52</sup>, a cidade de Volta Redonda passou a conhecer profundamente o trabalho da Igreja Católica Progressista no Brasil<sup>53</sup>.

Assim como a ação de D. Cláudio Hummes, que participou ativamente das lutas sindicais na região do ABCD Paulista (ANTUNES, 1988, p. 48), D. Waldyr

<sup>50</sup> A partir de então, o prefeito da cidade de Volta Redonda seria diretamente indicado pelo presidente da República, o que ocorreu até o ano de 1985 (LOPES, 1993, p. 144).

<sup>51</sup> Estes três sujeitos sociais – o Sindicato de Metalúrgicos, as CEBs e as Associações de Bairros – como aponta Lopes (1993, p. 185), correspondem aos principais atores dos movimentos sociais locais, cuja paulatina ação articulada fomentou todo um processo de luta por mudanças na cidade.

<sup>52</sup> D. Waldyr Calheiro de Novaes, o 5º Bispo da Diocese, atuou de 08 de dezembro de 1966 a 20 de dezembro de 1999, tornando-se após essa data o 1º Bispo Emérito na Cidade do Aço. Seu substituto, Dom João Maria Messi, veio de Irecê, no sertão da Bahia, e tomou posse em 20 de fevereiro de 2000 (COSTA, 2004, p. 467-469).

<sup>53</sup> O nascimento da Teologia da Libertação é associado à II Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) (realizado em Medellín, na Colômbia, em 1968), que foi um cláve que aproximou as resoluções do II Concílio Vaticano (1962-1965) da realidade da América Latina. Tal reunião latino-americana, que contou com a presença do Papa D. Paulo VI, promulgou uma nova constituição católica (de acordo com o Concílio), com a maior presença popular na Igreja através de CEB's e de conselhos pastorais e presbiteriais, e contou com a presença marcante de bispos brasileiros, entre eles Dom Helder Câmara e Dom Eugênio Sales (COSTA, 2001, p. 11-12). Tratou-se, então, de uma corrente revolucionária da Igreja, criada nos interstícios dogmáticos do Vaticano, que propiciou a aproximação, em muitos países da América Latina, de dioceses lideradas por um clero crítico às questões sociais de movimentos sindicais e populares. Ou seja, o apoio da Igreja Católica, em uma escala local, às ações de sindicatos e associações de moradores contra à ordem hegemônica.

Calheiros foi um artífice na luta por melhorias da população, no enfrentamento às práticas da Ditadura Militar instituída e no incentivo de um episcopado combativo<sup>54</sup>. A Teologia da Libertação, corrente da Igreja Católica que pregava maior justiça e participação popular, tinha como tese central que a ação da Igreja deveria ser voltada para os pobres e desfavorecidos, onde a religiosidade e a fé são fundamentos para um movimento crítico voltado para a transformação social (BETTO, 1986, p. 51).

Com este intento de transformação, Dom Waldyr assumiu os trabalhos de campo e iniciou a organização de células de reflexão no bairro Retiro, onde, em 1973, ocorreu a primeira reunião das CEB's locais. Um ano depois, a proposta foi o encadeamento de ações que visassem a reflexão em torno de uma pastoral urbana, em uma clara mediação entre estudo teológico e prática efetiva no bairro (SOUZA, 1992, p. 149) muito bem recebida nas áreas periféricas. O resultado direto é a formação de comissões de bairro, formada por leigos cuja função era encaminhar as reivindicações da comunidade em relação aos problemas de ordem urbana e de condições de sobrevivência (*Ibid.*, p. 152)<sup>55</sup>.

A Igreja Católica local, através dos pressupostos da Teologia da Libertação, alicerçou ainda mais o caminho para a consolidação de uma luta por melhorias na ordem urbana, implicada pela segregação espacial vigente. Esta segregação espacial, observável nas áreas desfavorecidas pela administração municipal desde a construção da cidade, permitia que as relações de produção (e de exploração dos trabalhadores na

<sup>54</sup> A Igreja de Volta Redonda conheceu profundamente a repressão violenta da Ditadura Militar: como exemplos, em 1967, foram presos um diácono e jovens que distribuíam panfletos; em 1969, um operário católico foi preso e torturado nas instalações do BIB; em 1970, foram presos um padre da diocese e um grupo da Juventude Operária Católica (JOC) (GRANDE, 1999, p. 16).

<sup>55</sup> Um bom exemplo da força deste movimento de base católica foi a reunião de mais de 8.000 pessoas em um ginásio esportivo de Volta Redonda, na abertura da Campanha da Fraternidade, com o lema “Trabalho e Justiça para Todos”, em que parte da programação era a apresentação de esquetes teatrais com os problemas dos trabalhadores e moradores de Volta Redonda (SOUZA, 1992, p. 152).

indústria) se espacializem na constituição classista do urbano (LEFEBVRE, 1976, p. 70). Este enfrentamento pautado nas diferenças do espaço urbano foi o corolário da história de uma cidade espacialmente dividida entre os detentores do poder e os proletários, e confirmou o *urbano* como legitimação do conflito social local.

A relação entre as associações de bairros, estimuladas pela Igreja local, e os interventores, evoluiu rapidamente de proposições contra as carências mais evidentes de cada bairro para ações que envolviam instantes de pressão e hostilidade. Aos poucos, o movimento social com base nas associações de bairros ganhava as ruas, de maneira que passeatas e manifestações de moradores tornavam-se rotineiras na cidade (SOUZA, 1992, p. 160-165). Este conflito ficou ainda mais agudo quando as discussões atravessavam questões em torno da posse da terra. Neste panorama, o interesse maior de Cláudia Souza (1992, p. 186) foi justamente demonstrar a complementaridade entre a luta operária e o conflito urbano, devido à generalização dos mesmos anátemas e pela inter-relação entre indústria e cidade. Isto é, as lutas sindicais se confundiam com os conflitos urbanos, seja porque a economia local tinha como epicentro a C.S.N., seja pelo fato de que havia similaridades entre as causas dos trabalhadores da usina e dos moradores da cidade.

Desta forma, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda vivenciou, ao final do período da Ditadura Militar, um momento de explosão de lutas e reivindicações, e trouxe na sua atuação uma fórmula inédita em Volta Redonda: a *greve*, que estilhaçou, definitivamente, o falso caráter simbiótico entre os interesses da C.S.N. e os do proletariado. A tutela constante do Ministério do Trabalho retardou este processo de conflito, e mesmo na vitória da chapa da “nova esquerda” no sindicato, em 1968, a resposta veio rápida, fundamentada no Ato Institucional AI-5, com nova

intervenção, que promoveu prisões e demissões na diretoria e em todo o sindicato (GRANDE, 1999, p. 16).

Este movimento repressor associado aos constantes decréscimos no padrão de vida dos empregados da C.S.N e a descaracterização da antiga idéia de mutualismo entre proletariado e empresa, solidificou as bases para a penetração, em Volta Redonda, de um “novo sindicalismo” que já era forte em todo o país (MANGABEIRA, 1993, p. 89). O resultado foi o enfrentamento direto, de caráter inédito em Volta Redonda, entre os trabalhadores e a C.S.N. (MOREIRA, 2003, p. 149).

Não são poucos os trabalhos que abordam, com primazia, o advento do “Novo Sindicalismo” na cidade de Volta Redonda (GANDRA, 2000; GRACIOLLI, 1994 e 2000; LASSEROTI, 1999; MANGABEIRA, 1993; MOREIRA, 2003, entre outros), pela mudança significativa e definitiva na relação do operariado com a empresa. Afinal, além de transformar um sindicato outrora domesticado na estrutura do Estado, os novos dogmas fomentaram a explosão de greves com até mesmo a ocupação da Usina Presidente Vargas. Fazemos coro com Graciolli (1994, p. 44), quando revela que:

pelo recorte classista, pela luta contra a superexploração<sup>56</sup> da força de trabalho, pela oposição à ditadura militar e à Nova República, pelas tentativas de organização junto às bases nas fábricas e outros locais de trabalho, ao menos durante os primeiros anos da CUT, e pela retomada da greve como instrumento de luta, o novo sindicalismo trouxe rupturas com os projetos das classes dominantes relativamente ao âmbito sindical.

---

<sup>56</sup> O próprio autor cria uma nota explicativa para o termo, afirmando tratar de, para além exploração de sua força do trabalho, o trabalhador recebe salário extremamente desfasado e muito aquém de suas necessidades (GRACIOLLI, 1994, p. 44). Além desse arrocho salarial, a jornada de trabalho extenuante, a rigorosa vigilância das chefias e os riscos à integridade físico-mental dos trabalhadores caracterizavam um regime de superexploração (*Ibid.*, p. 61).

Esta participação dos trabalhadores, mobilizados contra o assistencialismo e a burocracia da estrutura sindical oficial, marcou um novo momento da luta proletária que nasceu “dentro da fábrica” (GRACIOLLI, 1994, p. 52), mas que extrapolou os limites da usina e logicamente atingiu de maneira direta toda a cidade. Assim, tem importante papel na busca de legitimidade da Oposição Sindical, em pleno Regime Militar, a liderança (com independência partidária inicial) de Juarez Antunes<sup>57</sup>, mestre de forno de aciaria, que possuía grande carisma e capacidade de mobilização da massa de proletários, e acabaria eleito posteriormente prefeito de Volta Redonda.

A questão central é que, em 1983, com a eleição da chapa da Oposição Sindical para a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, sob a liderança de Juarez Antunes e filiada posteriormente à CUT, aconteceu um rompimento violento com as amarras burocráticas e paternalistas da antiga direção, atraindo de maneira efetiva um grande contingente de operários. Carros de som, boletins e jornais informativos e sindicalização em massa passaram a fazer parte do cotidiano da fábrica. Não demorou a acontecer a primeira greve no mesmo ano, mas em Barra Mansa, na Siderúrgica Barbará<sup>58</sup>, onde algumas conquistas foram alcançadas pela mobilização dos trabalhadores a apenas dois quilômetros do Batalhão do Exército. Era o signo de novos tempos.

---

<sup>57</sup> Já na eleição sindical de 1982, Juarez Antunes, apesar de se proclamar independente, estava filiado ao PT. Mas, devido a dissonâncias na legenda (disputas políticas internas em relação às eleições municipais), Juarez Antunes descompatibilizou-se do PT em 1985 e filiou-se ao PDT, ajudando a eleger Mário Clinger prefeito da cidade na eleição extemporânea no mesmo ano, quando Volta Redonda deixou de ser Área de Segurança Nacional. O PDT, até então, não possuía tradição política no sindicato dos proletários nem tampouco na cidade (GRACIOLLI, 1994, p. 59).

<sup>58</sup> Vale esclarecer que a área de atuação do sindicato, na verdade denominando Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende e Barra do Piraí, estendia-se por toda a região do Médio Vale do Paraíba.

A primeira (e inevitável, dado o encaminhamento dos fatos) greve na C.S.N. ocorreu em 1984, e desde o momento inicial trouxe consigo características bastante peculiares: tratou-se, dialeticamente, de uma greve de “ocupação da usina” e também de uma “greve da cidade”. Moreira (2003, p. 149-150) explicou isso através do elo que representa a “família” dos proletários, que transporta para o cotidiano os problemas e as reivindicações do interior da fábrica. Ao todo, em apenas seis anos (1984-1990), doze greves aconteceram na C.S.N., mas com certeza nenhuma teve caráter tão trágico e tão simbólico quanto a greve de 1988.

Este fatídico evento, que durou dezessete dias (entre 07 e 23 de novembro), representou “a ponta do iceberg” (GRACIOLLI, 1994) de um gigantesco conjunto de contestações violentamente rechaçadas pelos mecanismos de controle na cidade. Esta greve, da mesma forma, herdou toda a experiência geográfica acumulada (MOREIRA, 2003, p. 150) de uma cidade que nasceu segregada espacialmente, onde o poder dominante buscou eminentemente a manutenção de um proletariado sectário, logrando a crença de que estes jamais se libertariam das amarras impostas.

A greve de 1988 representou o ápice do processo de enfrentamento de classe, que resultou em uma cicatriz histórica fruto de uma atrocidade militar dentro de um contexto político autoritário. Esta mácula é o assassinato de três operários, no dia 09 de novembro, no interior da Usina Presidente Vargas. A greve, que nasceu com objetivos claros de reposição salarial, como o pagamento de percentuais do Plano Bresser, associados à exigências de menor repressão, conheceu o lado sombrio e torpe das forças militares.

Esta greve iniciou-se na troca de turnos, onde o operários que chegavam e os que terminavam o expediente encaminharam-se para o pátio das SOM

(Superintendência das Oficinas Mecânicas), local em que ocorreu uma assembléia que reuniu cerca de 8 mil trabalhadores. Em um primeiro momento, houve uma distribuição estratégica pelos diversos setores da usina, mas o comunicado de intervenção do Exército fez com que a concentração principal fosse no gigantesco prédio da acaria<sup>59</sup>, onde se desenrolariam futuramente os fatos mais contundentes. Mas a intervenção truculenta do exército só aconteceria dois dias depois.

A justificativa para a invasão militar na Usina Presidente Vargas, que congregou soldados de vários quartéis do estado do Rio de Janeiro, como Petrópolis, Niterói, Paracambi, Valença e Barra Mansa (o BIB), foi a necessidade de preservação do patrimônio, das instalações e do funcionamento da C.S.N., a partir de uma ordem advinda do Palácio do Planalto. Interessante é notar que os operários mantinham em funcionamento os alto-fornos, e com exceção da iluminação da acaria (apagada pelos grevistas como forma de proteção), nada havia sido danificado ou modificado (GRACIOLLI, 1994, p. 99).

O insucesso na negociação no Escritório Central da C.S.N., com a participação do então deputado federal Juarez Antunes (mas que participava ativamente do sindicato), resultou na manutenção da greve decidida em assembléias no interior e na parte externa da usina. Com este veredito, começou a atuação das tropas militares, que invadiram rapidamente a usina e também atacaram os operários e seus familiares que se encontravam na parte de fora. As imagens colhidas da invasão não são suficientes para demonstrar todo o terror instalado na cidade: com gritos de “Matar ou Morrer (...)

---

<sup>59</sup> Aciaria é a unidade que converte ferro-gusa, produto do alto-forno dentro de um estágio intermediário (TORRES, s/d, p. 07), em aço. Durante a investigação de campo, concordamos plenamente com os autores que afirmam que tal unidade tem um aspecto infernal, correspondendo a uma das partes mais quentes de uma usina siderúrgica, extremamente barulhenta e insalubre, ainda nos dias atuais (GRACIOLLI, 1994; VEIGA e FONSECA, 1990 apud MOREIRA, 2003).

Matamos o inimigo e bebemos o seu sangue!” (VEIGA e FONSECA, 1990, p. 102 apud GRACIOLLI, 1994, p. 103), o Exército avançava contra os trabalhadores. A cidade que viu o grandiloquente surgimento do “novo homem proletário”, acabou também assistindo o assassinato, *com balas exclusivas do Exército Brasileiro*, de três jovens operários<sup>60</sup> no interior da usina que um dia serviu para desencadear o industrialismo no país. Era o homicídio *simbólico do proletário* na cidade de Volta Redonda<sup>61</sup>.

Para além das tristes perdas de três companheiros, os operários mantiveram a greve, mesmo com a ocupação total da usina pelas tropas militares. Juarez Antunes dirigiu o movimento, defendendo a saída dos operários do interior da usina, mas manteve a participação de quadros técnicos na operação e manutenção<sup>62</sup> dos alto-fornos, em parte pela consciência dos danos irreparáveis em caso de paralisação total da produção, mas também pela manutenção do apoio da população à greve.

<sup>60</sup> Willian, Walmir e Barroso tinham, respectivamente, 22, 27 e 19 anos, e eram operários qualificados. Apenas o primeiro, estudante de curso técnico de química, tinha participação militante no PT. O segundo, se esmerava na realização de horas extras para o sustento de sua família (esposa e dois filhos), e havia servido no 22.<sup>º</sup> Batalhão de Barra Mansa. Ele não iria trabalhar naquele dia, mas a Rádio Siderúrgica fazia uma convocação, e acabou ficando na usina para manter o funcionamento do Alto Forno N.<sup>º</sup> 2. Estes dois operários morreram baleados por tiros de fuzil. Carlos Barroso, filho de metalúrgico aposentado da C.S.N., foi para a usina retornar ao trabalho, pois também havia escutado no rádio que a greve terminara. Foi impedido de sair pelas tropas militares e acabou morto por espancamento com um fuzil FAL do Exército (VEIGA e FONSECA, 1990, p. 130 apud GRACIOLLI, 1994, p. 104).

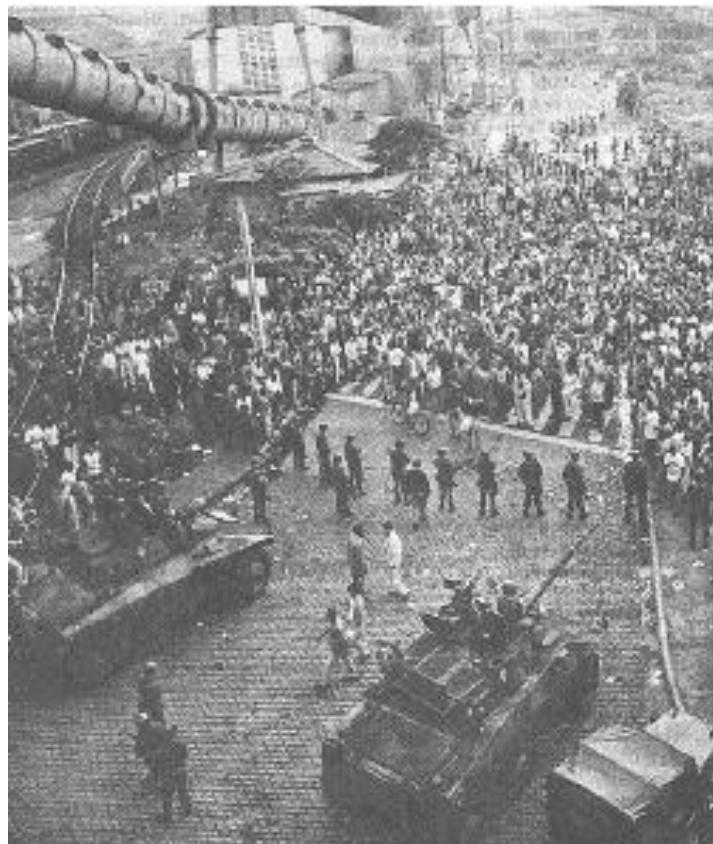
<sup>61</sup> Em relato por nós obtido de um então sargento do BIB (Barra Mansa), que participou da ocupação da C.S.N., existem fatores muitas vezes negligenciados quando se remonta a história deste triste dia. Primeiramente, ele ressaltou que as tropas militares provenientes da capital é que abusaram da truculência e atiraram contra os operários. Durante sua fala, ele afirmou, de maneira contundente, que a grande maioria dos soldados do Batalhão de Barra Mansa, que também eram moradores da cidade de Volta Redonda, encontraram pais, irmãos, familiares e amigos entre os grevistas, e por isso tinham uma relação de grande respeito para com os operários. Ele afirmou que seria inadmissível, para qualquer soldado de Barra Mansa, atirar contra os operários da usina. Este ex-sargento (e também ex-operário da C.S.N., atualmente professor de geografia) também ressaltou que estas tropas militares que invadiram com maior violência a usina foram recebidas com tiros de grupos armados contratados para a defesa dos operários. A primeira informação nos parece incontestável, já que o grande contingente de militares oriundos de outras regiões chegou com a missão claramente estabelecida de invadir e ocupar a usina sob quaisquer circunstâncias. Entretanto, esta alusão a uma possível guerrilha urbana, também veiculada na imprensa, nos parece possível somente na parte externa da Usina; em seu interior, a maioria absoluta dos relatos e registros analisados demonstra operários em luta pacífica, com a grande maioria preocupada na manutenção da ordem e funcionamento da produção da C.S.N.

<sup>62</sup> Durante a ação militar, dois alto-fornos foram danificados e necessitaram de reparos técnicos por trabalhadores da usina.

Edilson Graciolli (1994) destaca ainda dois fatos muito importantes inseridos neste episódio da greve de 1988 que acabam ressaltando a complementaridade entre a luta proletária e os movimentos populares da cidade: em primeiro lugar, a eleição durante a greve de Juarez Antunes, pelo PDT, para prefeito de Volta Redonda, com mais de 60 % dos votos, o que demonstra o apoio da população à causa do sindicato; além disso, um grande ato simbólico denominado “Abraço à Usina”, em 21 de novembro, que reuniu cerca de 60 mil pessoas, de mãos dadas e cantando o hino nacional nos 12 quilômetros do entorno da empresa, contra a eminente privatização, o governo de José Sarney e a violência militar.

O mesmo autor considera a greve vitoriosa, por cinco razões: [1] a ocupação dos operários evitou o completo congelamento dos serviços essenciais; [2] a ampliação dos interesses aproximou toda cidade no âmbito das reivindicações, que extrapolaram os interesses imediatos dos operários; [3] a vitória nas eleições municipais de um líder sindical mostrou a força política conseguida pelo movimento; [4] os trabalhadores receberam os ganhos imediatos, o que significou a recomposição das perdas salariais pretendidas e ainda um abono negociado; além de tudo isso, [5] o episódio serviu para denunciar veementemente o caráter autoritário da Nova República, que mantinha os militares em posição de destaque e ainda coadunava com a violência para a manutenção da ordem. Porém, estas vitórias sofreram graves revéses, com a privatização subsequente da C.S.N. e o suspeito acidente – fatal – de automóvel do recém empossado prefeito Juarez Antunes.

A sólida cidade-símbolo do desenvolvimento nacional desmanchando-se no ar...



Fotografia 1: Ação do Exército no interior da Usina Presidente Vargas (1988).  
Fonte: Revista Veja, 20.12.1988. In: COSTA, 2004, p. 80.



Fotografia 2: Soldados do Exército em posição de guerra no interior da usina (1988).  
Fonte: Revista Veja, 20.12.1988. In: COSTA, 2004, p. 81.

Os trágicos acontecimentos que ocorreram nesta greve significaram a destruição do paradigma disciplinar do complexo C.S.N., e a queda de todos os símbolos até então existentes (MOREIRA, 2003). Foi o fato mais significativo e facilmente identificável da falência do modelo, onde a “ideologia do desenvolvimento” mostrou-se esgotada, na medida em que para manter a ordem foi necessário o uso da violência<sup>63</sup>.

O limite máximo da cidade industrial de Volta Redonda fora atingido. Esta greve, de gigantescas proporções e de inescrutáveis consequências políticas, funcionou como o símbolo perfeito de que o modelo planejado não mais era sustentável. O conjunto formado pela sangrenta luta campal, a insatisfação generalizada da população da cidade e o incontestável clima de destruição de um sentimento, outrora sólido, de privilégio de morar em uma cidade-modelo propulsora do progresso econômico do Brasil, significou o trágico fim de uma ideologia, fortemente edificada nos primeiros anos da construção da cidade, mas agora fragilizada nos momentos de explosão do conflito em Volta Redonda. A cidade-símbolo do desenvolvimento nacional tornara-se insustentável.

---

<sup>63</sup> Entendendo o Estado como gestor dos interesses da classe dominante, seu objetivo primordial é a manutenção da dominação de classe através da criação de dispositivos capazes de assegurar a conservação da propriedade privada, disfarçados com a aparência de interesse comum. Assim, o Direito funciona como o “estabelecimento de leis que regulam as relações sociais em proveito dos dominantes”, de maneira que, quando desobedecido pelas classes submissas, entre em ação o aparato de repressão para aqueles que não respeitam as determinações outorgadas. Mas a dominação só se completará através da reprodução de ideologias, que obscurecem o verdadeiro papel do Estado como instrumento de dominação e fazem parecer que o Direito é justo e bom para toda a sociedade (CHAUÍ, 1982, p. 90-91). As ideologias, ao ocultarem as diferenças classistas, dificultam a formação da consciência de classe e a luta por transformação social. Quando falamos em esgotamento de uma ideologia apontamos sua incapacidade real de impedir o enfrentamento de classes antagônicas.

### **3.4 O REAL SIGNIFICADO DE “INSUSTENTABILIDADE”**

A necessidade global de reflexão sobre o conceito de desenvolvimento colocada em prática a partir de grandes estudos e importantes conclave internacionais, conforme a investigação do capítulo anterior, teve como cerne a busca de uma solução para os problemas ambientais a partir de preceitos econômicos hegemônicos. Neste cenário, apontamos como a Conferência de Estocolmo, bastante influenciada pelo Clube de Roma, esteve marcada pelo dissenso entre países centrais e periféricos nas soluções para o veloz e destrutivo ritmo de produção do capitalismo mundial. Entretanto, somente na década seguinte, com um documento das Nações Unidas – o Relatório Brundtland – foi formulada uma idéia consensual, onde o Desenvolvimento Sustentável aparece como resolução – definitiva, indelével, incontestável – para as catástrofes sócio-ambientais emergentes e para a obliteração dos valiosos recursos da natureza. Neste panorama, sua consecutiva celebração na Conferência do Rio de Janeiro foi marcada pela assinatura do receituário *Agenda 21*, onde a partir de então, todos os países (centrais ou periféricos) passariam a adotar os seus pressupostos e implementar suas estratégias.

O Desenvolvimento Sustentável significa, antes de mais, a defesa do uso racional da natureza, agora entendida enquanto combustível primaz de real necessidade para a manutenção do perfeito funcionamento da máquina capitalista. Este processo exploratório da natureza pelo capital através da execução das riquezas naturais pela ação industrial deverá ser contornado, segundo a cartilha do pensamento dominante, de duas formas: [1] pela evolução técnica, através de mecanismos de filtragem da poluição; e [2] pelo uso metódico dos “recursos” cada vez mais escassos – guardando para um mercado

futuro em espaços específicos (RODRIGUES, 1992, p.80) – para que seja prolongada a existência da fonte natural da máquina capitalista, que não pode diminuir sua produção.

Mas repensar profundamente uma concepção enraizada em nossa sociedade, como a questão do *desenvolvimento*, é algo deveras complexo e por isso torna-se, indubitavelmente, impossível de contemplar todas as vicissitudes que atravessam este debate dentro dos limites de uma dissertação. O propósito, então, foi ancorar as idéias em pontos específicos que forneçam um enlace entre a realidade global, marcada pelas limitações do sistema capitalista, e as sutilezas e complexidades da ordem local, na cidade de Volta Redonda.

Assim, destacamos que no atual curso de transformação do paradigma<sup>64</sup> newtoniano-cartesiano, onde toda a natureza faz parte da engrenagem física da produção fabril (MOREIRA, 2004, p. 141), o Desenvolvimento Sustentável efetiva-se como mediação neste processo de ruptura. Segundo a argumentação de Ruy Moreira (2004, p. 142), a presente “civilização geológica”, cuja referência é o processo repetitivo e mecanicista da revolução industrial baseada no uso de “recursos” naturais esgotáveis, como os metais básicos, o carvão e petróleo, encontra-se em pleno declínio. Alicerçada na utilização inconseqüente de combustíveis fósseis e sujeitando todo o trabalho produtivo à repetição constante, o modelo em tela consolidou a hegemonia burguesa e reproduziu a realidade com a primazia de seus interesses de classe.

Mas esta racionalidade vem sendo progressivamente substituída por uma nova relação sociedade-natureza, pois este momento de crise do mundo moderno advém justamente das limitações de um modelo cuja lógica é aprisionar ou exterminar os ciclos

---

<sup>64</sup> Podemos definir *paradigma* (do grego “paradeigma”, “padrão”. Cf.: CAPRA, 1999, p. 28) como a instituição “de conceitos soberanos e sua lógica (disjunção, conjunção, implicação), que governam, ocultamente, as concepções e as teorias científicas, realizadas sob seu império” (MORIN, 2001, p. 114).

naturais, suprimir ao máximo as iniciativas dissonantes das classes submissas e mecanizar todo o espaço como uma grande fábrica multi-setorial. Assim, a urgência causada pelo rareamento da matriz fóssil, que funciona como nutriz energética da sociedade industrial, colocou este axioma em xeque, o que possibilitou a tentativa de construção de um novo paradigma<sup>65</sup> – complexo, holístico, sistêmico, biológico, *sustentável*<sup>66</sup> – fruto de uma necessidade de mutação do sistema capitalista.

---

<sup>65</sup> A construção de um paradigma ocorre, concomitantemente, sob os auspícios da ciência (com formulações e debates acadêmicos, renovações conceituais e epistemológicas, novos métodos e apropriações do objeto e do recorte empírico, mudança nas relações entre as diferentes disciplinas e saberes etc.) e a partir das relações de luta e dominação contidas na sociedade. Ou seja, não trata-se de um projeto unicamente científico, mas de uma proposição emergente das necessidades produtivas do sistema hegemônico, que envolve desde uma superação da civilização baseada no usufruto dos combustíveis fósseis (CAPRA, 1999, p. 27; FLAVIN, 2000, P. 47; MOREIRA, 1993, p. 142; SACHS, 2000, p. 34), a reformulação das tarefas fabris tão repetitivas do trabalho humano, a adequação de saberes tradicionais enquanto suporte das novas práticas e ações (GONÇAVES, 2002, p. 274) até mesmo mudanças culturais e na própria apropriação da religiosidade. Esta análise, que ressalta a interligação entre ciência e realidade econômica, coaduna com o pensamento de Milton Santos (2002, p. 238), que argumenta que vivemos em um “meio técnico-científico-informacional”, cuja característica é a interação e inseparabilidade da técnica e da ciência sob a égide do mercado, cujos objetos constituídos já surgem como informação.

<sup>66</sup> As bases conceituais deste novo paradigma em gestação são difusas e muitas vezes anacrônicas. Edgar Morin aponta a necessidade de um paradigma baseado na *complexidade* alicerçado em uma transdisciplinaridade, onde as matrizes científicas ora separam-se, ora associem-se de acordo com a emergência da realidade (MORIN, 1996, p. 138) e superem a divisão em ciências naturais e sociais (SANTOS, 1996, p. 41). Além de transdisciplinar, Ilya Prigogine e Isabelle Stengers afirmam que “a ciência de hoje não pode mais dar-se o direito de negar a pertinência e o interesse de outros pontos de vista e, em particular, de recusar compreender os das ciências humanas, da filosofia e da arte” (PRIGOGINE; STENGERS, 1991, p. 41). Esta constante necessidade de consenso / dissenso e associação / ruptura deve-se ao fato de que o entendimento deve ser *holístico* e *sistêmico*, “capaz de perceber as inter-relações entre os diferentes processos que incidem e caracterizam seu campo problemático” (LEFF, 2002, p. 115). Em outras palavras, o estudo científico deve ser holístico (do grego, “holos”, “totalidade”), promovendo “a compreensão da realidade em função de totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas a unidades menores” (CAPRA, 1999, p. 13). Da mesma forma o conhecimento deve ser sistêmico, em uma alusão à “ecologização das disciplinas” (MORIN, 2001, p. 115), capaz de compreender harmonicamente a vida, em suas mudanças culturais e religiosas, transições econômicas e sociais e em seus pontos de ruptura e mutação como em um grande sistema. A importância da *vida* é priorizada pela Biologia, que se mostra atualmente a ciência capaz de ultrapassar os cânones da física e da matemática do antigo paradigma e ainda oferecer o método de superação da crise ecológica: a utilização econômica da “natureza viva”, combinável geneticamente e reproduzível em laboratório, e não mais uma base energética em materiais fossilizados de antigas eras geológicas. Este novo paradigma nasce calcado nas mesmas propostas da *sustentabilidade*, obedecendo a uma racionalidade ambiental (LEFF, 2002) como fundamento para a reconstrução do mundo. O retorno a uma concepção de natureza enquanto “*physis*” (pré-socrática) – dinâmica, inteligente, não-caótica (GONÇALVES, 2000, p. 29) – parece balizar um falso entendimento de maior harmonia entre sociedade e meio ambiente. A grande questão que colocamos é que este novo paradigma, em fase de gestação, está sendo construído sob os auspícios do pensamento dominante com o interesse de contornar as grandes crises da atualidade sem atingir a origem do problema: o caráter destrutivo e exploratório do sistema capitalista, em relação às classes submissas e à própria natureza utilizada enquanto combustível. Está aberto o caminho para um novo paradigma com interesses hegemônicos, cuja epistemologia complexa e multifacetada esconde seus reais interesses.

A gestação de um *corpus epistêmico* para este paradigma, com base em tecnologias flexíveis, novas fórmulas de apropriação da força de trabalho e utilização de combustíveis a partir de fontes biológicas, passa, indubitavelmente pela edificação de um re-ordenamento global. Com a supressão da monolítica ordem ambiental baseada nos recursos findáveis, a biodiversidade e a biotecnologia mostram-se imprescindíveis para a execução um renovado modelo (MOREIRA, 2004, p. 145). E o Desenvolvimento Sustentável surge como o elo entre o novo e o antigo, entre o obsoleto e a nova teia de significações, representando um lento, mas irreversível caminho de mudança na relação entre sociedade e natureza travada no interior do capitalismo<sup>67</sup>, ancorada na conscientização global da importância dos recursos naturais para a saúde econômica vigente.

A crise desta industrialização vigorosa, apoiada em um paradigma em processo de refluxo, torna plenamente compreensível o que Robert Kurz (1992) identificou como o “colapso da modernização”, com o intento de prescrever o esfacelamento das bases da sociedade industrial capitalista. Este autor, que criticou

---

<sup>67</sup> O Modo de Produção Capitalista, como sabemos, baseia-se na produção de mercadorias, onde a transformação do dinheiro (medida para troca) em capital ocorre mediante a fórmula geral  $D - M - D'$ , que acaba sendo a gênese da ocorrência do capital, pois se torna o mecanismo (um processo permanente) de acumulação. O objetivo é a extração da mais-valia, que se configura como a riqueza retirada, de forma alienada, sobre o trabalho humano – que também se transforma em mercadoria – e passa a ser considerado trabalho abstrato (sem consciência de seu valor real). Entendemos que a absorção da mais-valia sobre o trabalho humano reflete-se também sobre a natureza, com a expansão global de sua apropriação em prol do valor-de-troca (que não contempla as necessidades da coletividade, mas sim do lucro). O trabalho, enquanto produção de coisas úteis para preenchimento das necessidades humanas (SMITH, 1988, p. 78) e também o aprofundamento dos laços entre os membros da sociedade através da cooperação (ENGELS, 1978, p. 175), torna-se alienado sob os auspícios do capitalismo, pois os trabalhadores não se reconhecem em seu trabalho, e este não mais serve para satisfação de suas necessidades. Além disso, o trabalho deixa de ser interação metabólica (SMITH, op. cit., p.71) entre homem e natureza, e passa a ser mercadoria. No Capitalismo, o trabalho é uma mercadoria (MARX, 2001a, p. 77), bem como a natureza, que é entendida como algo externo aos homens, e assim toda a produção fica voltada eminentemente para o lucro. Logicamente, não acreditamos ser possível modificar profundamente esta relação exploratória, onde é aplicado um valor-de-troca nos homens, na natureza e no trabalho. A mudança que apontamos é em relação ao *território*, com um maior cuidado em relação aos estoques de natureza-combustível necessários para a produção de mercadorias.

asperamente as nações que adotaram o “socialismo de caserna”, entre outros motivos, por ressaltar a grande influência do modelo industrial capitalista nas mesmas, comprehende que a própria derrocada do socialismo real fez parte de um processo de crise ainda maior, de todo o sistema mundial. Kurz vislumbra uma provável catástrofe econômica próxima, pois entende que vivemos um momento de profunda diminuição global da capacidade de poder aquisitivo, que atinge todos os países, mas principalmente as nações mais poderosas (KURZ, 1992, p.196). Isto ocorrerá por causa de uma grande *crise do mundo do trabalho*, manifestada pela subserviência do trabalhador às necessidades do capital, através da agonia do trabalho abstrato – aquele que Marx entende como criador de valor de troca, onde o trabalhador apaga sua individualidade (MARX, 1977, p. 45)<sup>68</sup>.

Outro autor que enxerga um horizonte sombrio para a ordem industrialista é Anthony Giddens<sup>69</sup>, que em conjunto com Ulrich Beck e Scotch Lash, escreve sobre a urgência de uma “modernização reflexiva”. Giddens vem constantemente apontando seus receios quanto aos descaminhos do industrialismo<sup>70</sup> e da era moderna, destacando o fato de que vivemos em uma “sociedade de risco” (GIDDENS, 1991, 1997 e 2000), onde mesmo a aceleração de descobertas técnicas e científicas não causa mais segurança e certeza de melhorias na vida cotidiana. Este risco, ou melhor, conjunto de riscos característicos da modernidade pode ser sintetizado na depressão extrema dos

<sup>68</sup> Encontramos um maior aprofundamento desta argumentação sobre o “trabalho abstrato” nos escritos de Robert Kurz através da leitura da obra de Gaudêncio Frigotto (2000, p. 104-107).

<sup>69</sup> Na verdade, o autor entende que sua visão de risco “atravessa as fronteiras entre otimismo e pessimismo, (...) pois [o risco] reenergiza nossas vidas e está no centro dos dilemas que enfrentamos” (GIDDENS, 2000, p. 138). Ou seja, o risco não apresentaria caráter sombrio, mas sim uma perspectiva positiva de no seu enfrentamento.

<sup>70</sup> O autor não nega a inter-relação entre Industrialismo e Capitalismo, mas considera que devemos enxergá-los como “feixes organizacionais” ou “dimensões diferentes” (Id., 1991, p. 61), onde o capitalismo apresenta-se como um subtipo específico das sociedades modernas em geral (Ibid., p. 62).

mecanismos de crescimento econômico, nos conflitos de grandes escala (ou mesmo nucleares), no aumento de sistemas totalitários e na deterioração ou, em maior grau, nos desastres ecológicos<sup>71</sup> (GIDDENS, 1991, p. 170) cada vez mais eminentes.

Apesar das diferenças entre suas filiações teóricas, Kurz e Giddens evidenciam o quanto esta transição entre o antigo e o novo paradigma, apontada anteriormente, é lenta, extremamente complexa e muito longe de ser idílica. A supressão de uma grave crise, de fato, não é simples, ainda mais quando confrontamos o mal-estar de um período rígido que suplantou o tempo da natureza e criou uma violência contra a própria atividade biológica. Vivemos um “stress da modernidade” (CHESNEAUX, 1996), onde a tecnologia onipresente afeta de forma direta o ritmo de nosso tempo.

O colapso da *modernização* possui uma relação incestuosa com o limite da concepção de *desenvolvimento*, e funciona, em nosso entendimento, como termômetro da crise da sociedade industrial. Ressaltamos esta simbiose entre desenvolvimento e modernização pois analisamos a performance econômica, social e (por que não) epistêmico-teórica do capitalismo atual. A obsolescência aparente dessa equação (*desenvolvimento = modernização*) não conforma a formulação de alternativas, de maneira que o debate sobre a superação dos anátemas ecológicos do industrialismo restrinja-se a aplicação de cuidados ambientais, sem que se supere as verdadeiras contradições da concepção de desenvolvimento conjugada com modernização. Como ensina Marcelo L. de Souza, nesta época de “fadiga teórica”, mesmo com todos os anacronismos do sistema capitalista, ocorre uma reabilitação da idéia de

---

<sup>71</sup> Neste aspecto, a humanização da tecnologia e um sistema de cuidado ambiental global são as possíveis soluções na opinião do autor (GIDDENS, 1991, p.169), isto é, uma nova relação técnica sistematizada mundialmente é o caminho para se evitar possíveis desastres ambientais.

desenvolvimento / modernização como solução dos problemas centrais (SOUZA, 1996, p. 13).

Logo, compreendemos que o advento de uma realidade que exceda os limites da lógica mecânica do industrialismo não trará consigo mutações profundas nas entradas do sistema capitalista. Ao contrário, o que ocorre é um suntuoso processo de reestruturação, destacadamente no processo produtivo e no sistema financeiro, onde novas adjetivações do desenvolvimento, como sustentável ou local, não acertam o âmago da questão, que seria uma transformação profunda nos próprios valores outorgados. Estas reconfigurações teóricas possuem grande poder de persuasão, mas também apresentam limites intrínsecos às suas próprias formulações.

O desenvolvimento local, por exemplo, é considerado, antes de tudo, inconsistente em sua teoria, e configura-se em mito que escamoteia a lógica capitalista e não representa sequer outro modelo (VAINER, 1998, p. 41 apud RUA, 2003, p. 10). Como já alertamos na introdução deste trabalho, o lugar representa um multifacetado choque de rationalidades entre o local e global, e nesta articulação multi-escalar torna-se impossível pensar num desenvolvimento com base exclusiva em uma cidade. Apesar da visibilidade atual da escala local (propalada constantemente em anúncios políticos das prefeituras), concordamos categoricamente com Floriano Oliveira (2003, p. 170-171), quando este nos mostra a incapacidade das administrações municipais de promoverem seu desenvolvimento sem incorporar uma dinâmica regional. Isto é, como o desenvolvimento local funciona como ilusão para os governos municipais, que insistem em aludi-lo e propagandeá-lo, mas aparece como realidade se pensarmos na economia regional, ou seja, se imaginarmos um recorte geoeconômico a partir da região.

Quando debatemos a construção do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda, não apostamos na capacidade de promoção de um desenvolvimento baseado na escala do município, de maneira isolada e independente. O objetivo é justamente o oposto: em princípio, a adoção de tais práticas faz parte de um processo de reestruturação territorial em curso, que advém de uma reformulação produtiva cuja escala extrapola os limites da cidade, mas que atinge profundamente as bases tecnológicas da C.S.N. e as políticas públicas da prefeitura municipal.

A reestruturação territorial fundamenta-se em uma correlação que envolve a utilização de novas tecnologias no processo produtivo e também as novas relações sociais, que funcionam como matriz e consequência do processo. Isto porque, para Floriano Oliveira (2003, p. 86), que investiga o significado de reestruturação territorial, a

identificação dos principais traços das atuais estruturas produtivas das partes do território analisado se faz a partir do entendimento de que tais estruturas são decorrentes tanto da incorporação de recursos tecnológicos, quanto de alterações na organização da produção, quanto, ainda, de ações institucionais e de empresas, para as quais, em geral, convergem, historicamente, tensões e interesses conflitantes.

Este autor, que estudou com rigor as mutações na estrutura produtiva do território fluminense como pressuposto de uma nova dinâmica na regionalização econômica, mostrou o quanto as relações sociais, econômicas, políticas e técnicas se entrelaçam na investigação de um recorte empírico e como todo este processo tem a intenção de criar um novo ordenamento.

O ordenamento territorial pode ser enxergado como um mecanismo de regulação (BECKER, 1995, p. 295) e estruturação (JUNG, 1972, p. 15) do uso do

território, outorgado (VEIGA, 1999, p. 1308), um direcionamento explícito do domínio hegemônico (MOREIRA, 2002, p. 53), e também como uma função pública (NARANJO, 1998, p. 20), dentro de territórios legais, mas de escassa aplicação e implantação. A criação de uma ordem hegemônica implica a constante vigilância para com o *território*, onde o processo de reestruturação é cabal para a manutenção do domínio, mas fica explícito que seu estudo não deve descartar a compreensão das forças resistentes e conflitantes ao processo<sup>72</sup>.

Como o próprio significado de território possui concomitantemente a dimensão de natureza enquanto força produtiva e também de poder e organização (QUAINI, 2002, p. 97), entendemos que a reestruturação tem origem multidimensional e alcance multi-escalar, envolvendo as questões políticas, econômicas e técnicas. Além disso, há uma evidente revalorização da dimensão espacial na economia, onde a face territorial do desenvolvimento adquire nova relevância, entre outros motivos, pela potencialização dos recursos naturais da área, a adequação do conhecimento local aos interesses do capital e maior capacidade de planejamento e gestão através de ações territoriais (VEIGA, 1999).

Na cidade de Volta Redonda, observamos a ocorrência de um processo de re-ordenamento territorial, onde a consecução do Desenvolvimento Sustentável desponta como superação de problemas ulteriores de um outro modelo de desenvolvimento. Este processo em curso significa que um conjunto de fatores tornou a cidade insustentável. Neste panorama, o significado de *insustentabilidade* implica em

---

<sup>72</sup> Fazemos coro com R. Moreira (2002, p. 65), quando este afirma que “o espaço não pode assim ser visto como um ato dos dominantes, de vez que os dominados têm também sua intervenção. Esta é a característica maior da dinâmica espacial das sociedades: são os conflitos da sociedade civil – uma totalidade diferenciada e contraditória – a força que responde pela modelagem do espaço”.

nossa compreensão, de maneira geral e introdutória, os seguintes motivos sintetizados a seguir:

- [1] Primeiramente, esta noção está associada ao colapso da modernização enquanto método inconsequente para a obtenção de lucros. O atual modelo de desenvolvimento capitalista vem paulatinamente destruindo as reservas naturais, de maneira que gerou o perigo próximo de escassez irreversível de determinadas matérias-primas (BRITO; RIBEIRO, 2003; RATTNER, 1992; entre outros). Isto é, o modelo de industrialização fundamentado na lógica mecanicista e repetitiva, onde a natureza é um combustível utilizado em velocidade de reprodução fabril, está próximo de encontrar seu limite físico de manutenção;
- [2] Este mesmo padrão industrialista adotado pelo modo de produção capitalista é também responsável pelos rejeitos e resíduos poluentes, que colocam em risco a atmosfera, o solo, as águas marinhas e fluviais e toda forma de vida. A poluição, em suas diversas formas, propiciou uma quantidade incomum de novas doenças e distúrbios, parecendo caminhar para a destruição completa de certos ecossistemas e, num futuro incerto, para o próprio esgotamento do modo atual de vida urbano-industrial;
- [3] O modelo de cidade formulada a partir do industrialismo capitalista enquanto *locus* produtivo e administrativo deste sistema político-econômico tem seu meio ambiente convertido em fator de crise (SANTOS, 1996, p. 96), de maneira que o

conjunto formado pelos graves problemas de habitação, saneamento básico, qualidade do ar, água e do solo urbanos, a extrema segregação e exclusão social, e também as dificuldades que perpassam a saúde e educação dos moradores tornaram o espaço urbano essencialmente insustentável;

- [4] Logicamente, também é insustentável a desigualdade social vigente, com o agravamento da pobreza em todas as escalas. As mudanças em curso no mundo do trabalho, inclusas na transição do fordismo para o regime flexível, geraram uma população crescente de desempregados e subempregados, em um universo cada vez mais comum de instabilidade do mercado de trabalho. Esta reestruturação do capitalismo vem expulsando os trabalhadores do processo produtivo através da adoção da robótica atrelada à conseqüente substituição da mão-de-obra humana. A centralidade do trabalho permanece (ANTUNES, 2001) pois não existe produção sem trabalho, mas encontra-se vilipendiada nesta era de globalização, onde a técnica mostra sua mais avançada face: a exclusão / desemprego;
- [5] Por fim, em rápido processo evolutivo, torna-se insustentável a capacidade de crença, em uníssono e de maneira acrítica, na ideologia do progresso. Ela é um elemento essencial para a hegemonia burguesa, de onde foi gestado o fundamento teórico-metodológico da atual sociedade industrial (FURTADO, 1998, p. 08), funcionando também como a fórmula encontrada para a efetivação de um aumento total do controle sobre a natureza e a sociedade através da

técnica e da ciência (CHAUÍ, 1982, p. 84-85). Contudo, os constantes reversos da evolução técnica criaram um aumento real das preocupações para com suas consequências. Desta forma, a ideologia do progresso, referência epistemológica da ideologia do desenvolvimento, necessita de adequação a uma nova realidade.

É a partir destas considerações que compreendemos a cidade de Volta Redonda. Esta cidade, anteriormente vista enquanto referência nacional, vivenciou de maneira ímpar as crises decorrentes do capitalismo, onde o colapso da modernização assumiu posição privilegiada na história recente. Este elenco de reações adversas está refletido na estrutura urbana, caótica, com problemas que envolvem as condições básicas de sobrevivência. Porém, nada é tão emblemático quanto o sentimento de inépcia de superar estas questões, de uma cidade desgastada com o abandono da C.S.N. e cuja aparelhagem urbana encontrava-se sucateada. A população de Volta Redonda sentia os martirizantes reflexos de um orgulho ferido.

O desemprego, associado ao desinteresse social da C.S.N., relegou ao trabalhador um papel de coadjuvante no processo produtivo. As lutas sindicais não evitaram a privatização da C.S.N., o que gerou desemprego e insegurança. Um certo descrédito no futuro do trabalho auxiliou na aceitação das desanimadoras ações por parte da empresa privatizada.

Enquanto cidade constituída a partir de uma siderurgia integrada, ou seja, que realiza todo o processo de produção do aço na própria usina, utilizando alto-fornos, sinterizadores e coquerias, que preparam o minério de ferro e o carvão (ao contrário das semi-integradas, que realizam apenas parte do processo, a partir de sucata de ferro),

identificamos em Volta Redonda o severo impacto ambiental de um dos empreendimentos mais poluidores, que causa fortes e irreversíveis danos ao meio ambiente.

Logicamente, a *insustentabilidade* da cidade de Volta Redonda é primordialmente a *insustentabilidade* do modo de produção que se instalou em sua plenitude. Os levantes populares colocaram em risco o domínio hegemônico, em um momento em que a C.S.N. era discutida, nos principais círculos da política nacional, como alvo certo da privatização. Em uma época de comércio de paisagens (GONÇALVES, 2002, p. 282), não era mais tão simples vender uma cidade poluída e assolada por graves problemas urbanos. Conhecida emblematicamente como “Cidade do Aço”, uma cidade proletária não deveria mais perdurar: uma outra cidade, capaz de atualizar os interesses do capital, deveria substituir a antiga. Haveria de se repensar Volta Redonda sem transformar a segregação territorial há tanto implementada. Também era necessário tentar conter a explosão da luta de classes e diminuir a resistência das classes submissas. O ocaso do antigo padrão de desenvolvimento deveria servir de fundamento para o fausto de um novo modelo, lucrativo e conciliador de interesses difusos.

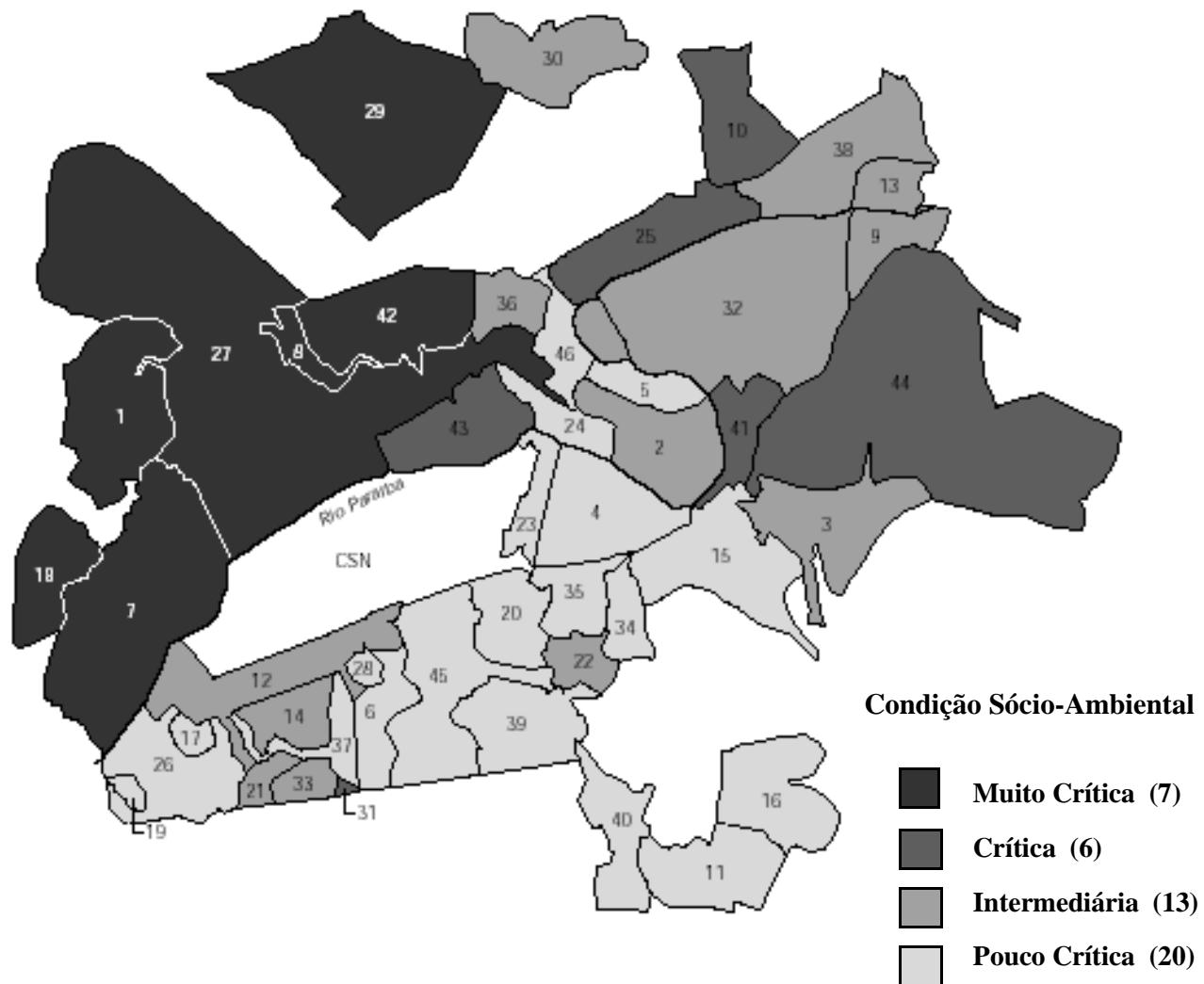
Assim, o meio ambiente, “ofendido” pela industrialização local, despontou como um caminho plausível para iniciar o processo de reestruturação. Uma ideologia alicerça-se em bases materiais, e os problemas ambientais forneceram concretude à construção do Desenvolvimento Sustentável em Volta Redonda.

### 3.5 OS PROBLEMAS AMBIENTAIS DE VOLTA REDONDA

Os problemas ambientais atingem de forma bastante desigual a cidade de Volta Redonda, gerando áreas muito críticas, com maior intensidade de exposição aos malefícios da poluição (PEITER, 1998, p. 474). Estas áreas mais afetadas correspondem justamente aos bairros mais pobres sempre negligenciados na administração da cidade (pela localização externa à cidade operária), como os casos específicos de Belmonte, Retiro, Vila Mury e Vila Brasília, que ocupam o local que corresponderia, no projeto inicial de Atílio Corrêa Lima, a um *cinturão verde*, mas que acabou transformando-se em moradia daqueles não contemplados pelas habitações operárias. Estes bairros, mais expostos às intempéries ambientais, demonstram que a segregação territorial de Volta Redonda, outrora disciplinarizada, extravasou os aspectos sociais e econômicos da cidade.

O mapa a seguir confirma que os bairros voltados para as classes dirigentes no antigo planejamento, em especial Vila Santa Cecília e Laranjal, possuem uma condição sócio-ambiental mais razoável que os antigos bairros da Vila Operária, como o caso do bairro Conforto, em situação mais crítica. Mas encontramos a situação mais preocupante nos bairros localizados para além da cidade planejada, como Belmonte e Retiro (na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul), que correspondem a áreas voltadas, no plano inicial, para a criação de um cinturão verde, mas que com a crise habitacional e urbana da cidade tornaram-se áreas de habitação das camadas mais pobres da população.

### Volta Redonda: uma cidade também segregada ambientalmente



#### Código dos bairros

1) Açude	13) Dom Bosco	24) Niterói	36) São João Batista
2) Aeroclube	14) Eucaliptal	25) Pinto da Serra	37) São Lucas
3) Água Limpa	15) Jardim Amália	26) Ponte Alta	38) São Lurs
4) Aterrado	16) Jardim Belvedere	27) Retiro	39) Sessenta
5) Barreira Cravo	17) Jardim Europa	28) Rustico	40) Siderópolis
6) Bela Vista	18) Jardim Padre	29) Santa Rita do Zarur	41) Vila Americana
7) Belmonte	Jozímo Tavares	30) Santa Cruz	42) Vila Brasília
8) Belo Horizonte	19) Jardim Suíça	31) Santa Inês	43) Vila Murý
9) Brasilandia	20) Laranjal	32) Santo Agostinho	44) Vila Rica/Tres Poços
10) Candelaria	21) Minerolandia	33) São Cristovão	45) Vila Santa Cecília
11) Casa de Pedra	22) Monte Castelo	34) São Geraldo	46) Voldac
12) Conforto	23) N. S. das Graças	35) São João	

Mapa 4: Condição sócio-ambiental dos Bairros de Volta Redonda.  
Fonte: PEITER, 1998, p. 481.

Mas toda a cidade sofre com a poluição atmosférica, pois o sítio urbano de Volta Redonda está inserido em um vale, onde não ocorre a dispersão da poluição de maneira satisfatória, e tampouco um multi-direcionamento do ar contaminado. A C.S.N. que, como já apontamos, é uma indústria extremamente poluidora, foi construída em uma área completamente contra-indicada para a edificação deste tipo de empreendimento, e por isso os altos níveis de poluição do ar causam sérios problemas respiratórios, sangüíneos e alérgicos.

Além da gigantesca poluição atmosférica, que vem recebendo atualmente um grande controle por parte da C.S.N. (com a utilização dos mecanismos de filtragem implementados na usina), existem outros graves problemas ambientais que atingem profundamente a cidade de Volta Redonda. Podemos assim sintetizar os principais problemas ambientais da cidade: [1] a poluição do ar por gases e partículas emitidas no processo de produção do aço e outras atividades industriais, em níveis alarmantes, causada por gases nocivos à saúde, que atinge destacadamente os trabalhadores da usina, de maneira que esta exposição gerou, na década de 1980, um surto de uma grave doença que atinge o sistema imunológico, chamada *leucopenia*; [2] a poluição das águas causada principalmente pelos efluentes não tratados da usina siderúrgica, bem como aquela proveniente dos esgotos domiciliares, despejados no rio Paraíba do Sul, que corta a cidade e atravessa o estado do Rio de Janeiro; [3] a contaminação do solo pela disposição inadequada de resíduos sólidos (lixo industrial, em gigantesca quantidade, e domiciliar), e em particular, os depósitos de escória, que corresponde ao principal resíduo gerado no processo de fabricação do aço, pode contaminar o subsolo e o lençol freático (TIEZZI, 2005, p. 59) das áreas utilizadas.

Estes graves problemas, em conjunto, formam um quadro de graves consequências cotidianas para a população da cidade. Durante as investigações de campo, percebemos como o convívio dos habitantes com a fuligem da usina (pequenas partículas negras que se depositam pelas construções da cidade), com fenômenos poluentes particulares (como a “chuva de prata”, onde resíduos desta cor precipitam das chaminés da usina, em geral, no final da tarde, por causa do tratamento da escória) e com as doenças da contaminação do ar, como problemas respiratórios e alérgicos, tornou-se banal. Basta uma breve caminhada no entorno da Usina Presidente Vargas para percebermos a consolidação de uma nova perspectiva de negócios econômicos, com a visualização de inúmeras clínicas especializadas em medicina do trabalho, em patologias alérgicas e respiratórias e em distúrbios psicossociais.

As doenças ocasionadas pela poluição correspondem a provas cabais de que a segregação territorial se reflete diretamente no meio ambiente, seja pela proximidade das áreas menos abastadas das direções do ar contaminado expelido nas chaminés da usina, seja pelo fato de que os trabalhadores são os principais alvos da contaminação dos gases poluentes. Um caso emblemático é o surto da leucopenia (ou benzenismo), um mal causado pela exposição dos operários aos altos índices de benzeno no ar (TIEZZI, 2005, p. 55) através da queima de carvão nas coquerias. Esta doença caracteriza-se pela radical redução dos glóbulos vermelhos no sangue, provocando debilidade imunológica, e pode evoluir, em casos extremos, para a leucemia (LOPES, 2000, p. 111). O aumento do número de casos de vítimas desta enfermidade, que atingiu

não só os operários mas também moradores das proximidades, ocasionou a fundação da Associação de Leucopênicos de Volta Redonda, no ano de 1984<sup>73</sup>.

A doença do trabalho, tal como exposta acima, é uma grande referência para demonstrarmos como os problemas de natureza ambiental acometem diretamente os trabalhadores que, além de envolvidos na produção e em contato constante com os produtos nocivos, são também, em alguns casos, moradores de áreas suscetíveis à poluição. Os males ambientais, como podemos observar neste caso específico, também podem ser combatidos por lutas inseridas no mundo do trabalho.

Mas, obviamente, a C.S.N. tem se esmerado em reverter este quadro tão adverso de poluição, com investimentos maciços no tratamento das diversas formas de poluição atmosférica, das águas fluviais e do solo. A instalação de mais de 200 sistemas de controle de poluição do ar, entre "filtros" e outros mecanismos tecnológicos<sup>74</sup>, e o monitoramento da qualidade na observação de doze diferentes poluentes (Monóxidos e Dióxidos de Gás Carbônico, Óxidos de Enxofre e Nitrogênio, Material Particulado Total, Partículas Inaláveis, Hidrocarbonetos Totais, Metano, Benzeno, Tolueno, Xileno e Ozônio) têm enquadrado a empresa dentro das normas técnicas e da legislação ambiental. Da mesma maneira, a instalação de quinze estações de tratamento de despejos industriais, que removem sólidos, metais pesados, amônia, cianeto e

<sup>73</sup> Na verdade foi fundada como uma Comissão, mas tornou-se Associação em 1994 e participa, de maneira ainda incipiente, do Conselho Municipal de Saúde (LOPES, 2000, p. 111).

<sup>74</sup> Na página eletrônica da empresa, encontramos uma relação de procedimentos de filtragem: há filtros convencionais (como os filtros de manga e de envelope) e filtros (ou precipitadores) eletrostáticos, que utilizam eletricidade estática para capturar a poeira. Entre outros procedimentos, há os sistemas de selamento de bocas de fornos, de janelas de visitas, de tanques e dos esquemas de carregamento de caminhões, que evitam a fuga de vapores e gases para a atmosfera. Além desses, há sistemas a úmido, onde jatos de água ou outro líquido removem pó e gases, diminuindo sua dispersão no ar, como o caso dos canhões de aspersão das pilhas de carvão, os sistemas de sprays instalados nos viradores de vagões, em correias transportadoras, torres de transferência, peneiras, etc., bem como os lavadores de gases de vários tipos, instalados em vários setores da Usina.

substâncias orgânicas dos efluentes do processo (além de estações de tratamento convencionais), tem diminuído a quantidade de despejos que contaminem o Rio Paraíba do Sul. Os resíduos sólidos, com esta nova postura da empresa, agora percorrem um processo de reciclagem, sendo reutilizados como matéria-prima (resíduos ferrosos) ou fonte de energia (resíduos carbonosos e gases residuais – combustíveis para geração de energia termelétrica). As escórias de alto forno e de aciaria são convertidas em produtos como brita siderúrgica e areia siderúrgica, nas indústrias de cimento.

Da mesma maneira, a Prefeitura Municipal tem adotado medidas que conferem uma nova relação com o meio ambiente. Entre as medidas, destacamos: a criação de Áreas de Preservação Ambiental, como a Fazenda Santa Cecília do Ingá (atualmente como horto para plantação de mudas usadas na urbanização e reflorestamento da cidade); a construção da Fábrica de Tijolos Ecológicos para a construção de casas populares, localizada no bairro Volta Grande; a implementação, em curso, de coleta seletiva do lixo nas escolas e nos bairros da cidade, para posterior aproveitamento de materiais recicláveis e menor geração de resíduos descartáveis; e, para complementar, a prática de educação ambiental nas escolas municipais, estaduais e particulares, onde o propósito é a consolidação de uma consciência ecológica entre o público discente.

A poluição, em suas diversas formas, é uma grande deformidade na imagem de Volta Redonda. As intenções que envolvem o meio ambiente têm a capacidade de aproximar o Executivo Municipal e a C.S.N. em um só interesse comum, integrando a população em seus diferentes grupos e movimentos locais na construção de um novo modelo de desenvolvimento, agora sustentável, menos agressor e ecologicamente saudável. Como a construção do Desenvolvimento Sustentável conseguiu articular os

interesses dissonantes dos principais atores sociais de Volta Redonda – C.S.N., Poder Municipal e Sociedade Civil –, e a investigação das causas e as consequências deste processo em curso são as preocupações do próximo capítulo.

#### **4 A TRANSFORMAÇÃO DE VOLTA REDONDA EM “CIDADE SUSTENTÁVEL”**

O Desenvolvimento Sustentável, concepção advinda de conclave internacionais e estudos diagnósticos de organismos mundiais, tem importante papel na reestruturação territorial da cidade de Volta Redonda, que sofreu de maneira contundente o progressivo esfacelamento do então modelo de *cidade industrial* e tornou-se “insustentável” em suas esferas política, econômica, social, ambiental e ideológica.

Logo, após compreendermos a gênese da concepção de Desenvolvimento Sustentável com a análise da geopolítica tracejada por documentos e concílios internacionais, e posteriormente entendermos os anátemas que tornaram Volta Redonda uma cidade insustentável (particularmente para os interesses dominantes), o nosso propósito neste último capítulo foi a investigação do processo de construção desta nova estratégia de desenvolvimento na cidade de Volta Redonda.

O objetivo deste momento da pesquisa foi estudar a utilização dos pressupostos do Desenvolvimento Sustentável pelos diferentes atores sociais da cidade, apreendendo o papel deste novo padrão na dinâmica produtiva e mercadológica da C.S.N, no processo de reestruturação urbana em curso e na sua apropriação ideológica pelas associações e sindicatos, como representantes de relevo na sociedade local. Foi com esta preocupação que nos ocupamos, então, em estudar a *paisagem* urbana que se manifesta como em um discurso semiológico a serviço da classe dominante (MOREIRA, 1993) e traduz, através de seus signos, as características da nova ordem implementada.

Destacamos nossa inquietação em analisar, durante todo o processo, o distanciamento entre a retórica e a prática da aplicação dos dogmas do Desenvolvimento Sustentável no território, pois sabemos de antemão que esta concepção funciona, indubitavelmente, como mecanismo de propaganda empresarial e estratégia de *marketing* da administração pública, e por isso muitas vezes desponta como proposta sem concretizar-se de fato. Contudo, ressaltamos que mesmo quando a implantação de determinada prática esteja em curso lento ou ocorra em escala inferior ao nível alentado, o Desenvolvimento Sustentável se mostra pertinente como estratégia e ideologia, ratificando nossa tese central sobre o componente ideológico desta nova proposta de desenvolvimento.

A grande questão que apontamos é a capacidade do Desenvolvimento Sustentável em conciliar interesses claramente difusos e estanques em prol de sua consecução. A C.S.N., após a desestatização, passou a aplicar grandes investimentos relacionados à gestão ambiental, através da realização metodológica de um ajuste monitorado por organismos públicos. A Prefeitura Municipal, por sua vez, aprofundou um novo planejamento para a cidade, afastando-se paulatinamente da imagem da usina enquanto símbolo de Volta Redonda e investindo em melhorias na forma e na paisagem urbana, baseadas nos princípios da “sustentabilidade” e “qualidade de vida”. Aleatoriamente, os sindicatos, as associações de moradores, a outrora combativa cúria diocesana, entre outros grupos, passaram a participar ativamente dos fóruns ambientais locais, e a coadunar com a idéia de uma Agenda 21 redentora dos males da cidade.

Para entendermos este poder sedutor do Desenvolvimento Sustentável, capaz de cooptar tantos sujeitos da cidade a proclamar em uníssono este novo estatuto para solução para seus problemas, recorremos aos ensinamentos de K. Marx e F. Engels

(2001), amparados pela eloquente interpretação de Marilena Chauí (1980, 1982, 1982a e 2001), sobre o conceito de Ideologia, que permanece mesclando uma deturpação classista baseada em verdades particulares com um alicerce concreto e factível. A Ideologia, para além de um conjunto de idéias a serviço da classe dominante, tem como fundamento um conjunto de práticas reais no território, ocultada pelo seu caráter simbólico e discursivo de interesse universal.

#### **4.1 A IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO CONJUNTO DE OBJETOS E PRÁTICAS NO TERRITÓRIO**

A cidade de Volta Redonda, conhecida como “Cidade do Aço”, é profundamente estigmatizada pela onipresença da C.S.N. em sua estrutura econômica, urbana e social. Basta lembrarmos que o acesso principal ao município ocorre pela “Rodovia dos Metalúrgicos” (a partir do entroncamento na Rodovia Presidente Dutra), da mesma maneira que um dos principais logradouros da cidade chama-se “Avenida dos Trabalhadores”, onde está situada, por exemplo, a entrada principal da Usina Presidente Vargas. Se os antigos bairros foram fundados dentro da lógica de ‘interior’ ou ‘exterior’ à Cidade Operária, e nomeados dentro desta racionalidade como “Conforto” ou “Retiro”, os bairros que em seguida foram surgindo receberam nomes como “Minerlândia” ou “Siderópolis”, em clara alusão à influência da siderúrgica sobre toda a cidade. O principal *shopping* da cidade, com as tradicionais lojas de departamentos, cinemas e outros estabelecimentos comerciais, chama-se, dentro desta mesma lógica, “Sider Shopping”. O ensino técnico e especializado ainda permanece marcante, com a

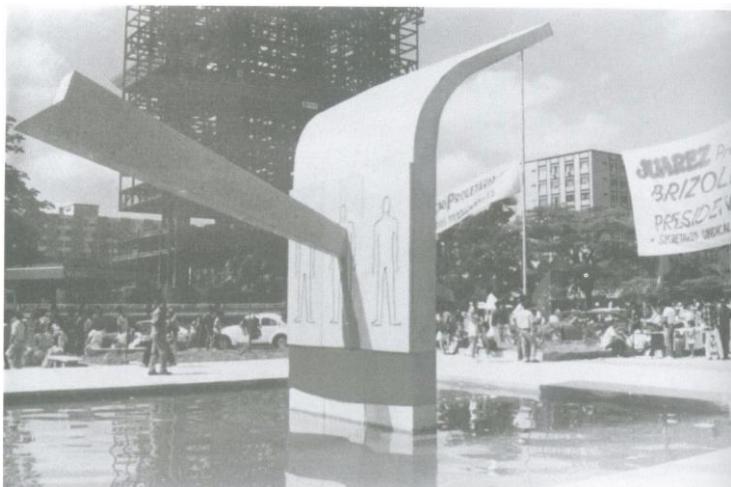
presença do SENAI, a ETPC (Escola Técnica Pandiá Calógeras, pertencente a C.S.N.) e a UFF, em seu campus local dedicado à engenharia de produção. A mais importante praça da cidade, a Praça Brasil, onde ocorreram gigantescas missas campais e outras manifestações populares organizadas pelo Sindicato de Metalúrgicos, ainda permanece destacando o Monumento à Getúlio Vargas<sup>75</sup>, idealizador maior de Volta Redonda enquanto modelo para o Brasil, apesar de acrescido da vizinhança de outras obras de arte ali edificadas no governo municipal de Wanildo de Carvalho (1989-1992).

Porém, tratando-se de monumento, nada é tão emblemático quanto o Memorial Nove de Novembro, localizado na Praça Juarez Antunes, em frente à entrada principal para a Companhia Siderúrgica Nacional, na Vila Santa Cecília. Este monumento, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi erigido no ano de 1989 em homenagem aos três proletários mortos no interior da usina, mas, na madrugada seguinte à inauguração (01º.05.1989), foi destruído por uma bomba (na verdade seriam duas, mas uma não foi detonada) de uso exclusivo do Exército Nacional. O próprio Niemeyer projetou, sobre os destroços do memorial, um novo monumento que agora carregaria as marcas do atentado, simbolizando as chagas de um governo ainda autoritário e reacionário. Este monumento, em destaque na página seguinte, representa simbolicamente o ápice de um tempo de combates e lutas, de uma cidade segregada espacialmente e tornada insustentável.

---

<sup>75</sup> O nome de Getúlio Vargas foi homenageado de diversas maneiras em Volta Redonda – toponímia de rua, colégio, ginásio, área de lazer (o “Recreio do Trabalhador”) –, o que inclui o próprio nome da usina siderúrgica da cidade (assim batizada em 1961) até mesmo um Memorial em sua homenagem, na Vila Santa Cecília, onde atualmente funciona a biblioteca municipal. Houve em 1963, como já alentamos, o desencadeamento de um movimento para colocar o nome de Vargas no município, mas recebeu veto na área militar, que já articulava o golpe de 1964, simbolizando perfeitamente a derrocada do trabalhismo e da tutela de um Estado paternalista (LOPES, 1993, p. 133).

### O Símbolo de uma Cidade em Conflito transformado em Rugosidade



Fotografia 3: Inauguração, em 1.º de maio de 1989, do Monumento “09 de novembro”, em homenagem aos operários assassinados durante a greve de 1988.

FONTE: COSTA [et. al.], 2001, p. 112.



Fotografia 4: Monumento aos operários destruído na madrugada seguinte ao dia da inauguração (02.05.1989).

FONTE: COSTA [et. al.], 2001, p. 112.



Fotografia 5: O Monumento foi reconstruído com as marcas do atentado, de acordo com o esboço do próprio Oscar Niemeyer, e reinaugurado em 12 de agosto de 1989. Atualmente, permanece como rugosidade em Volta Redonda.

FONTE: Foto do autor, em 11 de setembro de 2005.

## A Importância da C.S.N. na Construção da Paisagem Urbana de Volta Redonda



Fotografia 6: Sider Shopping, no Bairro Vila Santa Cecília, localizado de frente para a C.S.N. Construído na década de 1980 pela Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional, visualiza-se de sua praça de alimentação a própria Usina Presidente Vargas.

FONTE: Foto do autor, em 30 de maio de 2006.



Fotografia 7: Escola Técnica Pandiá Calógeras, localizada na praça de mesmo nome, e administrada pela C.S.N.

FONTE: Foto do autor, em 1º. de maio de 2006.



Fotografia 8: Sede da Fundação C.S.N., situada no Bairro Laranjal, responsável pelo braço social da Siderúrgica e adequação ao pressuposto de “Empresa Cidadã”.

Fonte: Foto do autor, em 2 de maio de 2006.

Enquanto rugosidades (SANTOS, 2002), ou mesmo “paisagens relíquias” (COSGROVE, 1998, p. 117), estas marcas no território convivem com os novos objetos de uma cidade em processo de reconstrução. Abandonada pela C.S.N. no que se refere à co-gestão urbana, observamos em Volta Redonda uma potente transformação em seu papel econômico regional, além de uma procura constante de emancipação ao antigo mutualismo com a usina. Esta busca de dissimular a presença da siderúrgica anteriormente simbólica ganha vulto com a necessidade da administração municipal de recriar a própria imagem da cidade, tão massacrada pelos acontecimentos recentes (LOPES, 1993, p. 205).

Esta recriação da imagem da cidade ocorreu, peremptoriamente, pelas mudanças qualitativas na forma urbana. A forma urbana traz em seu bojo a capacidade de conferir uma nova identidade para uma cidade (CARVALHO, 2002). Como nos alerta Marcos C. Carvalho (2002, p. 73), que investigou a construção da imagem de “Cidade da Qualidade de Vida” em Niterói, as intervenções no espaço urbano são processadas para representar uma aparência de progresso, de assepsia e disciplina em seu ordenamento, que em conjunto formulam a chamada “qualidade de vida” a partir dos interesses dominantes.

Neste panorama, a construção de objetos magnânicos e monumentais, a reestruturação urbana em uma cidade outrora vilipendiada e a renovada mistificação da cidade a partir das hostes dominantes fornecem no presente os fundamentos das mutações que vêm ocorrendo na cidade de Volta Redonda. A construção do Ginásio Municipal do Skate, no Jardim Tiradentes<sup>76</sup> (entre outros ginásios poliesportivos e do

---

<sup>76</sup> O Ginásio Municipal do Skate fica localizado no acesso principal à cidade, pela Rodovia dos Metalúrgicos.

Parque Aquático), do Mercado Popular, na Vila Santa Cecília, a duplicação de ruas e avenidas, a edificação e melhoria de viadutos e elevados, e reestilização das áreas centrais, com uma nova pintura colorida em fortes matizes (todas estas obras principalmente concluídas na administração municipal de Antônio Francisco Neto, entre 1997 e 2004) acompanharam a própria evolução da cidade, que passou a responder por um importante centro comercial e de serviços para toda a região do Médio Vale Paraíba Fluminense, destacando-se a centralidade de suas faculdades (como a FERP, a UFF e a UNIFOA, por exemplo, que atraem estudantes dos mais diversos municípios vizinhos) e das áreas comerciais renovadas do Retiro e dos próprios bairros centrais.

A realização mais emblemática, indubitavelmente, foi a reformulação do Estádio Municipal General Sylvio Raulino de Oliveira, localizado no bairro Nossa Senhora das Graças, agora convertido no moderno “Estádio da Cidadania”<sup>77</sup>, numa obra que consumiu cerca de 16 (dezesseis) milhões de reais<sup>78</sup>. A edificação do Estádio da Cidadania clarifica o nítido esforço de afastar a Usina Siderúrgica de símbolo central da cidade (ele é sede de importantes jogos noticiados na mídia), já que compreende um

<sup>77</sup> Inaugurado em 2004, o Estádio da Cidadania comprehende: um pólo de ensino público superior à distância equipado com auditório e laboratórios e dispondo de cinco mil vagas com ensino gratuito (suas salas são construídas sob as arquibancadas), uma academia de ginástica para a terceira idade e para deficientes físicos, um centro de recuperação para cardíacos, uma escola para portadores de necessidades especiais (deficientes físicos e mentais) e salas para terceira idade, com aulas de informática, artes e informações sobre o mundo contemporâneo.

<sup>78</sup> O Estádio da Cidadania tem capacidade para 21 mil torcedores sentados e 1000 em pé, monitorados, dentro e fora do complexo, por trinta câmeras com *zoom* de alto alcance, pela localização estratégica do posto policial. Como regras de conforto, neste estádio, por exemplo: os vestiários são equipados com salas médicas e Raios X, sendo dois para o jogo preliminar e dois para o principal, com sanitários, duchas e banheiras de hidromassagem, aquecimento a gás, armários, áreas de descanso e piso drenante; Há nove camarotes, 24 banheiros públicos, bares e lanchonetes; também há sala para antidoping e oito cabines para rádio e três cabines para televisão com Internet de alta velocidade, revestimento acústico e ar-condicionado; foram também construídos dois elevadores panorâmicos, com capacidade para 15 pessoas; para terminar, o painel eletrônico, de 6 x 4 metros, é totalmente *full color*, que permite uma visualização de grande qualidade dos efeitos e das imagens transmitidas antes e no decorrer dos jogos e a iluminação é feita por 128 projetores circulares importados, com lâmpadas multivapores metálicas. É um modelo aprisionante de estádio, que vem se difundindo pelo mundo, a partir das normas severas impostas pela FIFA onde os torcedores, outrora em movimento e com participação efetiva no espetáculo, tornaram-se consumidores passivos dos produtos dentro do estádio (GAFFNEY; MASCARENHAS, 2004).

dos mais modernos estádios de futebol do Brasil (MASCARENHAS; OLIVEIRA, 2006) – onde requisitos de conforto e segurança, de ordem internacional, foram atendidos plenamente –, simbolizando o projeto de modernidade e a capacidade empreendedora local (GAFFNEY; MASCARENHAS, 2004). Houve, logicamente, uma mudança qualitativa no projeto urbano, já que no plano inicial de Corrêa Lima não havia nenhuma instalação esportiva e atualmente o símbolo máximo de empreendimento da cidade é um grande e moderno estádio de futebol.

A falência do antigo modelo acarretou a execução de um grande conjunto de práticas em relação ao meio ambiente. A reestruturação arquitetônica, a remodelação da estética urbana e a progressiva mudança no próprio papel local desempenhado na economia regional devem ser associados a uma severa intervenção para a superação dos graves problemas ambientais da cidade. Sob os auspícios da sustentabilidade, uma reformulação na relação com o meio ambiente tem sido realizada. E a construção do Desenvolvimento Sustentável vem alcançando resultados incisivos neste processo, com a implementação de seus dogmas em estratégias concatenadas na cidade, que se apresentam como um novo conjunto de objetos e ações (SANTOS, 2002) no território.

Entre as marcantes mudanças, podemos iniciar pelo relato da adoção, por parte da C.S.N., de um plano de gestão ambiental, com investimentos milionários, que vem alcançando sucessos na diminuição da potência de seus impactos ambientais. “A C.S.N. é azul, mas pensa verde!”, como podemos ler na página eletrônica da empresa ([www.csn.com.br](http://www.csn.com.br)), destaca com clareza o forte interesse por parte da Siderúrgica nas questões sobre o meio ambiente, que podem ser sintetizados pelo combate à gigantesca poluição, pelo manejo racional dos recursos utilizados e pela própria preservação da natureza, como ocorre com a Floresta da Cicuta administrada pela Fundação C.S.N.

O combate à poluição das águas, principalmente da bacia do Rio Paraíba do Sul, tem recebido vigoroso planejamento, com o desenvolvimento de projetos nas escalas local e regional visando a recuperação ambiental. A atuação do CEIVAP (Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul), que congrega um grande número de municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, além de representantes estaduais, da união, de empresas e de organizações civis, e da AMPAS (Associação dos Usuários das Águas do Médio Paraíba do Sul, cuja criação foi estimulada pela Agenda 21 Local – Volta Redonda), que arregimenta os municípios e as grandes empresas da região do Médio Vale Paraíba Fluminense, tem surtido efeitos diretos na gestão dos recursos hídricos, e juntamente com o plano ambiental da C.S.N. (com estações de tratamento de esgoto em Volta Redonda) diminuído o depósito de carga poluente no Rio Paraíba do Sul.

O enfrentamento da poluição atmosférica (principalmente por parte da C.S.N.) e da contaminação hídrica é completada pela criação de um plano de saneamento ambiental, que desencadeou uma maior otimização da utilização do lixo, através de monitoramento e reciclagem por parte do poder público, associado a programas de conscientização da população para a redução do material inutilizado. A implantação – inicialmente nas escolas, mas em processo de expansão pela cidade – de coleta seletiva dos resíduos sólidos (com maiores cuidados com baterias e pilhas) tem se mostrado capaz de suavizar o impacto ambiental destes produtos descartados.

A recuperação de áreas degradadas, aquelas muito suscetíveis à poluição, associada à criação de áreas de preservação, como a APA da Fazenda Santa Cecília do Ingá e a ARIE da Floresta da Cicuta, e todo o processo de plantio de árvores em ruas e avenidas, como o projeto “Ruas Verdes” (colocado em prática com sucesso, por

exemplo, na Vila Mury, em trabalho unificado da Associação de Moradores local e a Prefeitura Municipal), demonstram uma preocupação com a manutenção da natureza existente associada a uma reestruturação urbana que privilegie a arborização da cidade. Como outra referência neste sentido, citamos a construção da Fábrica de Tijolos Ecológicos, no bairro Volta Grande, cujos blocos fabricados a partir do lixo industrial possuem, segundo informações da administração municipal, quase o dobro de resistência que os tijolos comuns e são utilizados prioritariamente na construção de casas populares.

Todo este elenco de práticas é promovido, concomitantemente, com a realização de estudos sistemáticos sobre o perfil sócio-econômico dos habitantes de Volta Redonda, paralelamente à “capacitação” de mão-de-obra e ao estímulo ao artesanato e produções de baixa tecnologia. A Agenda 21 Local, com a participação de seus diversos parceiros, tem se esmerado na confecção de relatórios sociais e na promoção de cursos de artesanato para jovens e idosos, além de cursos técnicos (como o “Jovem Jardineiro”, na foto que mostraremos a seguir) e palestras de cunho ambiental.

O interesse na divulgação maciça da Agenda 21 – Volta Redonda é constante, seja na mídia, através de jornais locais (Diário do Vale, A Voz da Cidade, Aqui, além de outros semanários) e boletins institucionais (como o “Agente”, da própria Agenda 21, “Aliança”, da ACIAP – Volta Redonda, jornais de bairros e de igrejas, entre outros), e também da promoção de eventos temáticos, como o anual Seminário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Volta Redonda / RJ. Além disso, tem sido estimulada a promoção de educação ambiental para as redes municipais de ensino, e também para toda a comunidade, com o treinamento e capacitação de professores e diretores das escolas para tal empreendimento.

**Um novo conjunto de ações e objetos na cidade de Volta Redonda**

Fotografia 9: Antiga Casa da Agenda 21 de Volta Redonda.

Fonte: <http://sites.uol.com.br/mesquita.re>. Acesso: 17 de setembro de 2003.



Fotografia 10: “Jovem Jardineiro” – Curso profissionalizante de jardinagem para o público de adolescentes de 13 a 17 anos, ministrado por técnicos da COORDEMA, visando formar mão-de-obra qualificada para a “preservação dos recursos naturais”.

Fonte: <http://www.portalvr.com>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2006.



Fotografia 11: Entrada principal do moderno Estádio da Cidadania, um novo símbolo de Volta Redonda, cidade cujo planejamento inicial não possuía equipamentos esportivos.  
Fonte: Foto do autor, em 11 de setembro de 2005.



Fotografias 12 e 13: Coleta Seletiva de Lixo nos Bairros (12), para aproveitamento de materiais recicláveis, e Coleta de Resíduos Perigosos (pilhas e baterias) (13), para evitar o lançamento desses produtos altamente tóxicos no Aterro Municipal.  
Fonte: <http://www.portalvr.com>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2006.



Fotografia 14: Ginásio Municipal do Skate, inaugurado pelo Governo de Antônio Francisco Neto em 2003, situado no bairro Jardim Tiradentes no acesso principal à cidade pela Rodovia dos Metalúrgicos.

FONTE: Foto do autor, em 1.<sup>º</sup> de maio de 2006.



Fotografia 15: E.T.E. Vila Rica (Estação de Tratamento de Esgoto), localizada na Rodovia dos Metalúrgicos, acesso principal da cidade.

FONTE: Foto do autor, em 1.<sup>º</sup> de maio de 2006.



Fotografia 16: Fábrica de Tijolos Ecológicos, localizada no Bairro Volta Grande, cujos produtos são usados na construção de casas populares, em projeto desenvolvido pelo Banco da Cidadania. Os tijolos ecológicos são fabricados a partir do lixo industrial, e garantem, segundo a Administração Municipal, 50% na redução do custo das casas.

FONTE: Foto do autor, em 2 de maio de 2006.



Fotografia 17: Floresta da Cicuta, representante da Mata Atlântica, tornou-se uma Área de Interesse Ecológico (ARIE) mantida pela C.S.N., tombada pelo Governo Federal como área de preservação permanente e patrimônio ecológico nacional.

FONTE: Foto do autor, em 1.<sup>º</sup> de maio de 2006.

A exposição destas ilustrações tem como alvo demonstrar como um novo ordenamento urbano vem sendo produzido na cidade de Volta Redonda, onde a concepção de Desenvolvimento Sustentável tem importância incomensurável, ao promover uma relação conciliatória entre interesses da C.S.N., da Administração Municipal e de sujeitos da Sociedade Civil local. Nossa investigação, então, volta-se para a análise dos reais interesses destes diferentes atores sociais, que acabam sendo eclipsados pelo propalado ideal comum de melhoria ambiental.

#### **4.2 A MUDANÇA NA RELAÇÃO ENTRE A C.S.N. E O MEIO AMBIENTE**

As indústrias siderúrgicas, em companhia da petroquímica e da agropecuária, correspondem às atividades econômicas mais poluidoras, causando os mais violentos impactos ambientais, desde as contaminações atmosféricas, hídricas e do solo, como também ao próprio consumo (insustentável) de minérios e de energia em grande escala (SCHLESINGER, 2001, p. 43). Segundo S. Schlesinger (2001, p. 43), as usinas siderúrgicas brasileiras, por exemplo, consomem cerca de 12% de toda a energia produzida para a indústria nacional e utilizam 1,6 toneladas de minério de ferro para cada tonelada de aço produzida no país.

Como já apontamos anteriormente, a C.S.N. é uma siderurgia integrada e, portanto, realiza todo o processo de produção de aço<sup>79</sup>. O fabrico do aço, que é uma liga de ferro e carbono, neste tipo de usina, inicia-se com a preparação do minério de ferro

---

<sup>79</sup> A usinas semi-integradas não possuem coqueria, e por isso suas atividades têm muito menor repercussão ambiental.

(sinterização) e do carvão (coqueria) e é concluído com a geração dos produtos finais do aço, como placas, chapas e bobinas diversas<sup>80</sup> (como a de folha-de-flandres<sup>81</sup>, produto com grande valor agregado), e como consequência suas atividades possuem efeitos ainda mais nocivos ao meio ambiente, causando uma degradação ecológica ainda mais potente.

Mas, apesar desta problemática em tela, e com a grande quantidade de problemas ambientais causados diretamente pela C.S.N., esta permaneceu imune às questões desta natureza, e a poluição que atingia toda a cidade parecia “naturalizada” (LOPES, 2000 e 2004) para a população de Volta Redonda. Isto explica o fato de que a primeira ação de cunho ambiental movida contra a empresa foi instaurada por uma entidade distante da cidade, a AMDA (Associação Macaense de Defesa Ambiental), em 19 de agosto de 1988, com o objetivo de obter uma indenização pela poluição da bacia do rio Paraíba do Sul para que fosse reparado ecologicamente em seus atributos anteriores à degradação. José S. L. Lopes (2004, p. 220) analisa com grande detalhe este

<sup>80</sup> Este complexo processo de produção envolve diversas etapas, conforme esclarecido em pesquisa de campo e também em vídeos e folhetos da empresa. Mas encontramos na obra de K. Lomiento (2002, p. 48), que utiliza as informações do endereço eletrônico do IBS – Instituto Brasileiro de Siderurgia (<http://www.ibs.org.br>), uma explicação bastante sintética da produção de aço nas usinas siderúrgicas do mesmo modelo que a C.S.N.: “Nas usinas integradas, antes de serem levados ao alto-forno, o minério de ferro e o carvão são preparados. O minério é transformado em pelotas e o carvão é destilado, para obtenção de coque, dele se obtendo ainda subprodutos carboquímicos. No processo de redução, o ferro se liquefaz e é chamado de ferro-gusa ou ferro. Impurezas como calcário, sílica etc. formam a escória, que é matéria-prima para a fabricação de cimento. A etapa seguinte do processo é o refino, o ferro é levado para a aciaria, ainda em estado líquido, para ser transformado em aço, mediante queima de impurezas e adições. O refino do aço se faz em fornos a oxigênio ou elétricos. A terceira é a laminação. O aço, em processo de solidificação, é deformado mecanicamente e transformado em produtos siderúrgicos utilizados pela indústria de transformação, como chapas grossas e finas, bobinas, vergalhões, arames, perfilados, barras, entre outros”.

<sup>81</sup> Segundo o informativo “Conheça a C.S.N.”, a folha-de-flandres é destinada à produção de embalagens para tintas, vernizes, produtos alimentícios em geral, tampas de garrafas e latas de cervejas e refrigerantes, sendo a C.S.N. a única produtora desse material no Brasil e maior fabricante mundial em uma só usina (U.P.V.), com 1,1 milhão de toneladas produzidas anualmente. A importância deste produto foi destacada pelo Analista de Comunicação, Sr. Júnior, durante nossa visita a Usina, ressaltando o intenso comércio mantido com a Nestlé (maior consumidora nacional do produto), cuja fábrica nacional está situada em Caçapava (SP) e recebe as mercadorias da C.S.N. através da linha ferroviária.

episódio, associando a primazia das lutas sindicais locais no período que afastavam a população das questões ecológicas com a nova legislação ambiental de 1985, que permitia que uma ONG ou outra associação, ainda que distante geograficamente, acionasse uma fonte poluidora na justiça em nome dos interesses da coletividade.

Porém, com a proximidade e eminência do processo de privatização da C.S.N., a FEEMA, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e até mesmo o BNDES traçaram uma avaliação do valor das multas não pagas por danos ao meio ambiente, e trabalharam para obter uma garantia de que fossem feitos, após a desestatização, investimentos para diminuir a poluição. Às vésperas do leilão de privatização, a Prefeitura Municipal de Volta Redonda conseguiu impetrar um mandado de segurança conclamando a obrigatoriedade de programas ambientais compensatórios por parte da nova administração particular da empresa, e como resultado vitorioso ocorreu a inclusão no edital de venda da exigência de compensações ambientais por parte da C.S.N. (LOPES, 2004, p. 222-223). Afinal, a empresa privatizada estaria liberta dos antigos deveres formais para com a cidade, e por sua vez a Prefeitura Municipal emancipava-se em definitivo da gestão combinada da cidade. Porém, a passagem para o capital privado foi decisiva para o investimento maciço em meio ambiente por parte da empresa.

A C.S.N. foi privatizada em 02 de abril de 1993<sup>82</sup>, não sem antes ocorrer um potente processo de enxugamento do quadro de funcionários da empresa. Como lembra Floriano Oliveira (2003, p. 143-144), a CSN chegou possuir 30.000 trabalhadores, em

---

<sup>82</sup> Já apontamos anteriormente o prejuízo econômico da privatização, com o valor total correspondente a 1,49 bilhão de dólares, e pagamento feito em títulos de dívidas vencidas e renegociações com a União. Mas, só para esclarecer o exato impacto deste valor, houve um imediato empréstimo, pelo BNDES, de 1,1 bilhão de reais para um plano de expansão, com juros privilegiados (BIONDI, 2001, p. 12). Além disso, para efeito de comparação, para construir um complexo do porte da U.P.V. seriam necessários, naquele momento, recursos da ordem de mais de 10 bilhões de dólares (COTRIM, 1993, p.150).

1982 (durante as obras do primeiro estágio de ampliação da Usina), mas no período pré-privatização – quando a determinação governamental foi a de reduzir ainda mais drasticamente o número de pessoal ocupado – a usina passou a雇用 cerca de 18.000 trabalhadores, em 1990. No ano da privatização o efetivo de trabalhadores diretos na empresa era de somente 12.000 funcionários (hoje este número é de cerca de 8.000), num claro processo de modernização do sistema produtivo, com a substituição da força de trabalho, e também de um intenso processo de terceirização, fazendo com que mais de 8.000 trabalhadores passassem a trabalhar como contratados.

A nova direção da empresa<sup>83</sup> adotou uma postura agressiva em relação à expansão dos negócios, com aplicação maciça de capital nos consórcios das construções de hidrelétricas (Igarapava, em Minas Gerais, e Itá, na divisa do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e da central termelétrica no interior da Usina Presidente Vargas, na participação do controle da Light e da Vale do Rio Doce, além de investimentos internacionais na Lusosider, em Portugal, onde controla 50 % das ações, e na LCC, em Terra Haute, no estado de Indiana – Estados Unidos, relaminadora da C.S.N. que possibilita um braço econômico na América do Norte.

Antes de mais, uma empresa do porte da C.S.N. nesta ordem mundial da globalização, não poderia permanecer como grande antagonista do meio ambiente. A gestão ambiental, como observamos, é uma necessidade do próprio sistema capitalista mundial, dentro de uma perspectiva de adaptação aos novos tempos. A reformulação desta questão é uma exigência dos mercados mundiais.

---

<sup>83</sup> Com a privatização, os principais controladores da empresa eram o Docenave, o Grupo Vicunha (atualmente o maior acionário), o Bamerindus e o Bradesco. Assumiu o cargo de Diretor-Presidente Maria Silva Bastos Marques, onde permaneceu até 2002, quando deu lugar a Benjamim Steinbruch, atual Presidente do Conselho de Administração da C.S.N.

Então, a C.S.N. assumiu um plano de gestão ambiental, incorporando o meio ambiente nas decisões centrais da empresa. Ainda que lentamente, a siderúrgica começou a realizar ações nesta direção, como a liberação de recursos para a proteção da Floresta da Cicuta, e importantes obras de natureza tecnológica para aumentar o controle e diminuir a poluição da usina. Em janeiro de 2000, a C.S.N. assinou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental) que previa a realização de 130 obras, com custo de cerca de 180 milhões de reais em três anos, além da duplicação da estação de tratamento de água de Volta Redonda, a construção de um aterro sanitário e de uma estação de tratamento de esgotos como medidas compensatórias (LOMIENTO, 2002, p. 52). Este acordo, que previa investimentos de natureza técnica, foi ajustado e monitorado pela FEEMA, juntamente com uma comissão popular de 19 integrantes não remunerados, e obteve sucesso em sua realização.

Este sucesso pode ser evidenciado com as certificações ambientais adquiridas, como o ISO 14 001<sup>84</sup> da Usina Presidente Vargas e da Casa de Pedra (área de mineração, que garante a auto-suficiência em minério de ferro pela C.S.N., localizada em Congonhas, Minas Gerais) e o próprio prêmio de empresa destaque em meio ambiente, no ano de 2002, pelo Instituto Ethos. Além disso, ocorreu a criação da Fundação C.S.N., em 1998<sup>85</sup> (que administra a ARIE Floresta da Cicuta), que ficou

---

<sup>84</sup> ISO (International Organization for Standardization) é uma organização (não-governamental) fundada em 1946, com 25 países membros, que busca uma padronização das empresas segundo uma fiscalização de qualidades específicas. A norma ISO 14 001 é uma certificação ambiental, onde a empresa se compromete a investir na melhoria de sua relação com o meio ambiente, com a efetivação de educação ambiental e projetos ambientais. Mas, segundo A. Lacerda e L. Simões (2003, p.98) ,“o recebimento do certificado 14 000 traduz-se somente em um compromisso de desenvolvimento de técnicas para que gradativamente se diminua o nível de poluição. Portanto, desastres ambientais podem ocorrer sem que necessariamente o certificado lhe seja tomado”. Ou seja, a empresa cumpre normas específicas de acordo com as diretrizes da organização, e assim recebe o selo, que funciona como uma estratégia de caráter comercial sujeita, somente, a fiscalizações periódicas pela manutenção dos investimentos.

<sup>85</sup> Neste ano, a FUGEMSS – Fundação General Edmundo de Macedo Soares e Silva, fundada em 1961, passou a se chamar Fundação CSN, numa tentativa de aproximar a imagem da empresa dos créditos de seus investimentos sociais (CORRÊA, 2004).

responsável pelo elo social da empresa, no oferecimento de educação ambiental, recursos, apoio e doações a projetos sociais da comunidade<sup>86</sup>.

Os reais objetivos da C.S.N. em efetivar uma nova relação da produção siderúrgica com o meio ambiente já foram estudados por Keitt Lomiento (2002), que destacou o claro interesse de adequação da empresa à nova ordem mundial, devido à atual imposição dos mercados para com a necessidade da certificação ambiental de uma produção mais limpa. Para empresas multinacionais, uma nova fórmula baseada em cuidados ambientais representa fontes de novas oportunidades de negócios (HARVEY, 1996, p. 54) e ganhos na competitividade internacional para a empresa (LOMIENTO, 2002, p. 91).

A gestão ambiental, segundo o “Princípio da Precaução” (discutido no capítulo inicial), possibilita uma oportunidade de aumento da produtividade e da rentabilidade. Além disso, evita o prejuízo das multas ambientais por parte dos organismos públicos. Para complementar, é bastante funcional o *marketing* empresarial em torno da adequação ao meio ambiente: permite uma propaganda no mercado global de instituição ecologicamente sadia e cidadã, e ainda proporciona um efeito na esfera local de participação efetiva contra as mazelas sócio-ambientais.

---

<sup>86</sup> A preocupação com o meio ambiente é a tônica do *marketing* empresarial da C.S.N. Durante nossa visita às instalações da U.P.V., foram incontáveis as citações sobre os cuidados ambientais, investimentos, certificações, prêmios, compra de novas tecnologias e monitoramento da poluição. Logo na entrada, nos deparamos com a mensagem de que a C.S.N. procura defender S.E.M.P.R.E. o Meio Ambiente: Suporte ao Negócio: Incorporar o fator ambiental como parte integrante de toda decisão de negócios; Empresa Transparente: Manter canais de comunicação permanentemente abertos com o governo, os empregados e a comunidade, no que concerne às questões ambientais da empresa; Melhoria Contínua: Melhorar continuamente o desempenho ambiental de seus processos; Prevenção da Poluição: Desenvolver e incentivar programas visando à prevenção da poluição nas suas fontes geradoras; Respeito à Legislação Ambiental: Atender à legislação ambiental vigente e demais requisitos, buscando, sempre que possível, alcançar resultados melhores do que os exigidos; Equacionamento das Não Conformidades: Reconhecer e atuar no equacionamento das não conformidades ambientais de sua responsabilidade. Este acrônimo está presente também no endereço eletrônico da empresa (<http://www.csn.com.br>).

A concepção de Desenvolvimento Sustentável, para a Companhia Siderúrgica Nacional, proporciona uma fonte de lucros *presentes e futuros*, através da constante atualização técnica e possibilidade de ganhos comerciais advindos do *marketing* ambiental. As indubitáveis melhorias de natureza ecológica são executadas segundo padrões específicos baseados no avanço do domínio tecnológico. A Siderúrgica, cada vez mais distante da promoção de ações sociais contundentes em Volta Redonda, utiliza compulsoriamente a propaganda dos efeitos diretos destas medidas ambientais na reconstrução de sua desgastada imagem na cidade.

#### **4.3 O PODER MUNICIPAL E A CRIAÇÃO DE UMA NOVA IMAGEM PARA VOLTA REDONDA**

Se a imagem da C.S.N. sofreu intenso desgaste com a diminuição da mão-de-obra empregada em suas instalações, a poluição em níveis alarmantes e o afastamento das causas urbanas e sociais, a cidade de Volta Redonda, abandonada progressivamente pela empresa, também vivenciou uma crise em sua imagem devido à derrocada do antigo modelo simbólico de cidade industrial. A “Cidade do Aço” deveria então superar o estigma de subserviência aos interesses da usina e criar sua própria identidade. O afastamento definitivo da C.S.N. do fomento de políticas sociais e de investimentos em melhorias urbanas criou a necessidade, agora basilar, de uma gestão independente da Prefeitura Municipal, gerando inclusive desavenças com a própria direção da Siderúrgica. Tornara-se evidente a urgência de um profundo processo de reestruturação.

O marco inicial do processo de reestruturação pode ser situado a partir do primeiro governo municipal, exercido por Wanildo de Carvalho (1989-1992), que assumiu a prefeitura após o terrível falecimento de Juarez Antunes<sup>87</sup>. Este prefeito, que já participara em outra ocasião como técnico em um plano de desenvolvimento urbano não efetivado<sup>88</sup>, inicia um processo improfícuo, intitulado *Plano 2000*, que vislumbrava recuperar o orgulho dos moradores da cidade (LOPES, 1993, p. 205). Através de implementação de novos equipamentos urbanos, investimento em turismo, lazer, esportes e cultura, este plano buscou na mídia e promoção de eventos a transfiguração do referencial de cidade industrial. Porém, o período do governo deste prefeito representou um momento de intranqüilidade na cidade, com episódios violentos no interior da C.S.N., ataque ao monumento dos trabalhadores, greves problemáticas e um clima constante de medo de possíveis atentados. Mesmo com as dificuldades políticas no governo de Wanildo de Carvalho foram inauguradas diversas obras em Volta Redonda, como o Memorial Zumbi, o novo Zoológico, o Museu dos Ex-Combatentes e o Memorial Getúlio Vargas, assim como viadutos, pontes e passarelas por toda a cidade.

A partir de 1993, as chapas que representavam governos de esquerda, com representantes do PSB e do PT, foram vitoriosas nos pleitos municipais. Então, assumiram a prefeitura e adotaram, definitivamente, planos de reconstrução da cidade independente dos interesses da Siderúrgica. Nesta seara, tomou posse o prefeito Paulo

<sup>87</sup> A posse foi deveras conturbada, com vereadores propondo uma consulta popular sobre a legitimidade de seu mandato. Dos nove secretários do governo de Juarez Antunes, oito renunciaram antes de Wanildo de Carvalho assumir o Palácio 17 de Julho, sede da Prefeitura Municipal (COSTA, 2004, p. 294).

<sup>88</sup> Wanildo de Carvalho, enquanto arquiteto, participou da elaboração de um plano de desenvolvimento urbano para Volta Redonda, feito pela ADESC (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), no ano de 1975, durante um curso na C.S.N. Este plano, que caracterizava-se pela adequação ainda maior da cidade ao metabolismo da usina (previa, por exemplo, a retificação do curva do rio homenageada na denominação para possibilitar a expansão da usina), não tinha interesse oficial de realização.

César Baltazar de Nóbrega, em cujo mandato foi concluído um projeto de planejamento econômico estratégico da cidade, com independência dos interesses da C.S.N. e valorização de atividades do setor de comércio e serviços. Também durante seu governo ocorreu um grande incentivo para a criação de fórum regional de secretários municipais de planejamento e instituições como SEBRAE, FIRJAN, sindicatos, ONG's locais e órgãos da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado. Este fórum, que recebeu a denominação de MERCOVALE, teve um importante papel no período em que estavam em gestação as mudanças que hoje marcam o médio Paraíba (OLIVEIRA, 2003, p. 176), em grande parte pela incerteza e instabilidade nas relações com a “nova” CSN, com destaque para o desemprego (*Ibid.*, p. 199). O MERCOVALE desempenhou papel significativo na reestruturação territorial de toda a região.

Mas é durante a administração de Antônio Francisco Neto, entre 1997 e 2004, que um grande programa de obras é iniciado em Volta Redonda. Primeiro prefeito nascido na cidade, Antônio Francisco Neto empreendeu uma potente reformulação estética em Volta Redonda, com um grande investimento no embelezamento de praças, viadutos e avenidas, e aplicou recursos na saúde, educação, esportes e lazer.

A construção do Desenvolvimento Sustentável durante a administração de Antônio Francisco Neto foi um escopo da Prefeitura, como parte de um plano de trabalho que buscou deslocar o epicentro da “cidade-usina” para uma cidade baseada na cidadania, qualidade de vida e sustentabilidade. O mutualismo entre “Qualidade de Vida” e “Sustentabilidade”, presente no Relatório Brundtland e na Agenda 21, foi efetivado no melhoramento da estética urbana, através de formas modernas da paisagem agora renovada. Afinal, a *forma urbana* – que tem grande significado para a população de uma cidade – é fator determinante de sustentabilidade (ACSELRAD, 1999, p. 85).

**Um Novo Discurso Ideológico contido na Paisagem Urbana:**  
 A Antiga Cidade Industrial Monocromática se transforma em uma  
 Cidade Sustentável Multicolorida



Fotografia 18: Monumento aos Ex-Combatentes, localizado no Bairro Sessenta. Inaugurado em 21 de setembro de 1991, pelo então Prefeito Wanildo de Carvalho, foi alterado pelo Governo de Antônio Francisco Neto, ganhando nova fachada, rampas de acesso e uma fonte. Fonte: COSTA, 2004, p. 493.



Fotografia 19: Memorial Getúlio Vargas, localizado na Praça Rotary, na Vila Santa Cecília, onde está instalada a Biblioteca Pública Municipal, Raul de Leoni.

Fonte: COSTA, 2004, p. 407.



Fotografia 20: A recuperação da imagem de Volta Redonda ocorre através de uma propaganda governamental ostensiva por toda a cidade, como podemos observar, em detalhe, na Praça Brasil. Fonte: Foto do autor, em 11 de setembro de 2005.

Durante a administração de Antônio Francisco Neto as áreas centrais como Vila Santa Cecília e Aterrado, principalmente, receberam grande cuidado na valorização estética, com a aplicação de um grande multicolorido característico na reforma de praças, ruas, monumentos e objetos urbanos em geral. A paisagem foi vigorosamente remodelada, multiplicada em cores e ornamentos, de maneira a legitimar as políticas urbanas de renovação visual. Enquanto manifestação formal do processo de produção do espaço urbano (CARLOS, 1994, p. 44) a paisagem, como nos ensina R. Moreira (1993, p. 51),

tem a conhecida relação com os símbolos do discurso ideológico. Já alguém nos advertira para a intencionalidade da estética urbana. Por trás das fachadas simples ou monumentais da paisagem urbana nos espreita a ideologia que os construtores da ordem nos querem incutir.

E o discurso dominante, para a Prefeitura Municipal, baseava-se na cidadania, ancorada na promoção da qualidade de vida e na consecução do desenvolvimento sustentável. É através desta combinação que a cidade de Volta Redonda tem sua imagem reconstruída, com base em um novo modelo urbano de *cidade sustentável*.

Uma cidade média sustentável, para a Agenda 21 (2001, p. 91-92), é aquela que, entre outros procedimentos: [1] institucionaliza uma abordagem participativa, dentro de um diálogo permanente, sobre o desenvolvimento urbano sustentável; [2] melhora o ambiente urbano e estabelece programas de “obras verdes”; [3] promove o turismo sustentável; [4] fortalece a participação em redes internacionais de cidades sustentáveis, e adota a cooperação de organizações não-governamentais internacionais, como o IULA (Internacional Union of Local Authorities), a World Federacion of Twin

Cities e o ICLEI (Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais). Além disso, a Agenda 21 esclarece como parâmetros da sustentabilidade urbana a disponibilidade de suprimento de água, a qualidade do ar e a existência de uma infraestrutura ambiental de saneamento e manejo dos resíduos (AGENDA 21, 2001, p. 96).

Entendendo a Agenda 21 como receituário, a gênese da iniciativa local de Volta Redonda para institucionalização do Desenvolvimento Sustentável como um dos parâmetros da reestruturação da cidade ocorreu de maneira bastante semelhante: como resultado de reuniões envolvendo representantes da sociedade local para debate sobre os mais severos problemas da cidade surgiu a necessidade de institucionalizar o processo com a criação do Fórum da Agenda 21 Local de Volta Redonda, organizada pelo ICLEI (citado na Agenda 21 Global), cuja presidência ficou sob responsabilidade do prefeito do município no período, Antônio Francisco Neto. Com o entendimento do Desenvolvimento Sustentável como estatuto coletivo, as medidas subsequentes da administração municipal dividiram-se em dois alvos principais: [1] a reestilização urbana, com a aplicação da nova estética na cidade e a construção de modernos objetos, como o emblemático Estádio da Cidadania, capazes de atrair turistas para a cidade, dinamizando o “*City Marketing*”<sup>89</sup>; e [2] a implantação de “obras verdes”, que envolvem desde arborização e criação de Áreas de Proteção Ambiental até o manejo racional (sustentável) da água e dos resíduos descartados. Em conjunto com estes procedimentos foram incorporados na propaganda oficial da cidade slogans como “Eu acredito em Volta Redonda”, “Eu amo Volta Redonda”, “Volta Redonda Sustentável” e

---

<sup>89</sup> O *City Marketing* corresponde à estratégia onde a própria cidade é a mercadoria exposta, de acordo com a execução de um ordenamento territorial voltado para os interesses do capital (GARCIA, 1997 apud CARVALHO, 2002, p. 69).

“Volta Redonda Cidadã”, destacando com primazia as impressões de melhorias sociais da cidade baseadas nestes investimentos na *qualidade de vida*.

Esta relação entre a noção de qualidade de vida e a construção do Desenvolvimento Sustentável é esclarecida por Enrique Leff (2002, p. 146-148), quando afirma que:

a noção da qualidade de vida constituiu-se num ‘conceito’ central dos objetivos perseguidos pela gestão ambiental do desenvolvimento. (...)

A qualidade de vida está necessariamente conectada com a qualidade do ambiente e a satisfação das necessidades básicas, com a incorporação de um conjunto de normas ambientais para alcançar um desenvolvimento equilibrado e sustentado (a conservação do potencial produtivo dos ecossistemas, a prevenção diante de desastres naturais, a valorização e preservação da base de recursos naturais, sustentabilidade ecológica do habitat), mas também de formas inéditas de identidade, de cooperação, de solidariedade, de participação e de realização, bem como de satisfação de necessidades e aspirações por meio de novos processos de trabalho.

A conjugação destes fatores – Cidadania, Qualidade de Vida e Desenvolvimento Sustentável – proporciona a adequação da cidade aos interesses dos gestores municipais, de maneira que a reestruturação em curso obedece à lógica de reprodução do capital. O Desenvolvimento Sustentável, para a Prefeitura Municipal de Volta Redonda, é parte integrante deste processo de reestruturação territorial, com o propósito de substituição do antigo e insuficiente modelo de cidade operária. Também comprehende um conjunto de políticas públicas de saneamento das necessidades básicas, onde a Administração Municipal assume definitivamente a responsabilidade de gestão da estrutura urbana. As novas políticas urbanas adequadas ao Desenvolvimento Sustentável, calcadas em implicações sanitárias e representações coletivas de cidadania (ACSELRAD, 1999, p. 84), têm embutidas a nova estratégia local de *City Marketing*,

pois, com grande valor agregado de marketing urbano (LIMONAD, 2003) e capaz de atrair novos investimentos (ACSELRAD, 1999, p. 81), este padrão de desenvolvimento torna-se um potente discurso político ideológico de legitimação e fator de cooptação das classes trabalhadoras órfãs do paternalismo outrora presente na cidade.

Aliás, entendemos que vem acontecendo uma nova adaptação farsesca em Volta Redonda. Um novo plano territorial incorpora os diferentes matizes da ideologia dominante e espacializa a dominação de classe. Nesta perspectiva, a Cidade Sustentável parece reeditar *La Cité Industrielle*, de Tony Garnier, onde a ideologia constrói sua concretude e materialidade no território.

No ajuste de Attílio Corrêa Lima do projeto *La Cité Industrielle*, o objetivo foi espacializar o paternalismo e autoritarismo de Vargas. Volta Redonda deveria representar ideologicamente o *progresso*, pois o projeto hegemônico era a emersão do capitalismo industrial nacionalista, e isto significava a necessidade de transformação dos trabalhadores em novos homens – *proletários* – de acordo com as necessidades dominantes. A C.S.N. era uma espécie de portal para um futuro moderno e promissor.

Atualmente, a cidade de Volta Redonda conhece profundamente as limitações do “desenvolvimento” agora tornado insustentável. A industrialização capitalista mostrou sua dura face excludente. A C.S.N., anteriormente vista como caminho viável para um futuro moderno, depois de privatizada isenta-se de quaisquer obrigações sociais diretas. O novo projeto hegemônico ancola-se no neoliberalismo econômico, no desenvolvimento do capital financeiro e na exclusão crescente do trabalhador do processo produtivo. A cidade vista como modelo de desenvolvimento também se tornou exemplo da insustentabilidade do mesmo. Mas novamente os atores hegemônicos estão colocando em prática um novo plano de estruturação urbana. A

cidade nascida segregada territorialmente e que foi palco de conflitos sociais de grande magnitude está sendo adaptada ao propalado modelo de Cidade Sustentável.

A transformação de Volta Redonda em Cidade Sustentável significa a eleição do combate aos problemas de natureza ambiental como os de maior necessidade e importância. Lembrando M. Rebêlo (2002), o meio ambiente é fator de congregação de interesses, pois se afasta de conflitos e aproxima-se de um horizonte pacífico. A natureza, que não mudou seu estatuto de combustível da máquina econômica, recebe um falso privilégio de ser protegida com mecanismos de produção limpa, técnicas arrojadas de tratamentos de poluentes atmosféricos e criação de reservas ambientais. Mas a sua gestão continua sendo executada através de interesses dominantes ocultados pelo controle criterioso de sua utilização.

Na Cidade Sustentável, a noção de *progresso* fica diluída nas renovações tecnológicas. A crença no futuro é agora estabelecida na necessidade de conservação de recursos para as gerações futuras. A geração anterior da população de Volta Redonda acreditava em um futuro promissor e moderno; com a Cidade Sustentável, a “existência” de um futuro tornou-se responsabilidade da geração presente. Logo, as necessidades atuais devem ser adequadas às responsabilidades para com a segurança futura. Os trabalhadores de Volta Redonda – *proletários* – são substituídos por um novo homem, o *cidadão*. O cidadão, neste contexto, torna-se um participante ativo na construção dos interesses “comuns” da cidade. Apresenta-se, em processo de aprofundamento, a espacialização de uma nova ideologia na cidade de Volta Redonda.

## OS FATOS E PERSONAGENS HISTÓRICOS SE REPETEM COMO FARSA:

A adaptação deste novo modelo tem o objetivo de espacializar a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda



Figura 3: Perspectiva da Cidade [Auto-] Sustentável, cujo cerne arquitetônico é o “Respeito à Biodiversidade e ao Meio Ambiente”. Trata-se de um detalhado plano urbanístico formulado pelo CREA – RJ, onde a proposta é adequar a concepção de Desenvolvimento Sustentável à realidade urbana. Reservas florestais, usinas de reciclagem, estações de tratamento dos esgotos e áreas de lazer e cultura representam, em conjunto, uma nova “alternativa” urbana para as cidades agora “insustentáveis”. Basta uma breve comparação com o modelo de Tony Garnier (Figura 1, p. 84) para observarmos uma clara reedição da espacialização de uma ideologia dominante na cidade de Volta Redonda.

Fonte: ASSIS, 2000, p. 62.

Segundo o próprio Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (CREA-RJ), a Cidade (Auto-) Sustentável não corresponde a um padrão unânime nem tem pretensão de adesão incondicional, mas é uma proposta urbana humanista de organização ambiental da cidade (ASSIS, 2000, p. 63). A cidade projetada pelo CREA-RJ funciona perfeitamente como perspectiva da reestruturação urbana de Volta Redonda.

#### **4.4 A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE LOCAL NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Evidentemente, as indiscutíveis melhorias na qualidade ambiental de Volta Redonda têm benefícios imediatos na vida dos trabalhadores da C.S.N., em específico, e de todos os habitantes da cidade, em geral. O grande conjunto de medidas compensatórias e ajustamentos da conduta ambiental por parte da siderúrgica<sup>90</sup> associado aos maciços investimentos da Administração Municipal em infra-estrutura urbana (ainda que concentrada nas áreas centrais) e programas de supressão de problemas do meio ambiente promoveram um inquestionável controle dos índices de poluição<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> A C.S.N. responde pela maior parte das mazelas ambientais de Volta Redonda, mas também existem “empresas satélites” na cidade responsáveis por grandes impactos ambientais, como a White Martins e Fundição Voldac (que extrapolam os níveis de decibéis permitidos pela legislação), a Vontorantin e a Tupi (produtoras de cimento que causam poluição atmosférica) e a Sobremetal (que gera a escória). Estas empresas polarizadas pela C.S.N. têm efetuado os seus planos de gestão ambiental pressionadas pelos diversos órgãos públicos e também diminuído os seus impactos locais.

<sup>91</sup> Somente entre 1996 e 1999, por exemplo, quando a C.S.N. realizou grande parte das medidas ambientais do TAC, houve uma diminuição, segundo relatório da FEEMA, de 70 % da concentração de benzeno no ar e uma queda dos níveis de dióxido de enxofre (gás sulfuroso) a quantidades admitidas pela legislação (LOMIENTO, 2002, p. 54)

A queda nos índices de poluições atmosféricas, hídricas e do solo ocasionou benesses imediatas para os trabalhadores da C.S.N. Durante as investigações de campo, realizamos uma entrevista como o Sr. Paulo Agildo de Liz, Diretor de Saúde e Assuntos Previdenciários (cuja atuação também se estende às questões que envolvem o Meio Ambiente), que lembrou o retorno para o proletariado dos investimentos da siderúrgica em um novo padrão de tecnologias *clean*, o que ocasionou a completa erradicação da leucopenia e diminuição das doenças pulmonares em geral (Entrevista, 02.05.2006)<sup>92</sup>.

Da mesma maneira, a suavização dos problemas desta natureza atingem diretamente a qualidade de vida da população local. Como já destacamos anteriormente, os bairros mais afetados pela poluição são justamente os mais pobres, como Belmonte, Retiro e Vila Brasília, e toda esta implementação de mecanismos de filtragem e tratamento de resíduos geram um abrandamento na situação bastante crítica destas áreas em relação à qualidade ambiental.

Os atores da sociedade local concentram seus esforços atuando principalmente no Fórum da Agenda 21 Local, que congrega sindicatos, associações de moradores, empresas, universidades<sup>93</sup>, igrejas e órgãos públicos<sup>94</sup>. Esta operação conjunta sofre esporádicos abalos, quando, por exemplo, existem dissonâncias e polarizações entre os interesses da Administração Local (através da Agenda 21) e da

<sup>92</sup> Durante a entrevista, realizada em 02 de maio de 2006, o Sr. Paulo Agildo de Liz lembrou que as usinas siderúrgicas possuem grau máximo de periculosidade (acarretando problemas auditivos, pulmonares e oftalmológicos, entre outros), mas que “a direção da C.S.N. tem investido muito em políticas de segurança para o trabalhador, estando estes atualmente muito protegidos em relação às doenças ambientais” (Entrevista, 02.05.2006).

<sup>93</sup> A UFF – Universidade Federal Fluminense – participa ativamente no grupo de trabalho sobre a poluição atmosférica, através da realização de estudos sistematizados e construção mapas, indicadores e gráficos sobre a temática (Cf. Entrevista: Letícia B. Batista, em 30 de maio de 2006).

<sup>94</sup> Em entrevista realizada no dia 30 de maio de 2006, a Secretaria Executiva da Agenda 21 de Volta Redonda, Sr.<sup>a</sup> Letícia Barroso Batista, destaca, surpreendentemente, a pequena participação de ONG’s neste fórum, explicável em parte pela grande quantidade de sindicatos e órgãos de classe na cidade. Contudo, ela ressalta que este número vem crescendo nos últimos seis anos (Entrevista, 30.05.2006).

Companhia Siderúrgica Nacional (por intermédio de seu Gerente de Meio Ambiente). Nesta senda, o Sindicato de Engenheiros de Volta Redonda (SENGE-VR) costuma aliar-se aos interesses da Agenda 21 Local em oposição ao Departamento de Meio Ambiente da C.S.N., que impreterivelmente recebe o apoio do Sindicato de Metalúrgicos de Volta Redonda. Mas estas divergências são circunstanciais e específicas, e todos os envolvidos ressaltam que não abalam o interesse comum de construção do Desenvolvimento Sustentável na cidade<sup>95</sup>.

A aproximação do Sindicato de Metalúrgicos e a Direção da C.S.N. é a prova cabal das transformações do papel da Usina Presidente Vargas em Volta Redonda. Conforme vimos, o confronto entre a C.S.N. e o movimento proletário deixou impressionantes máculas históricas, especialmente na fatídica repressão à greve de 1988. A tônica desta relação sempre foi o alicerce das lutas locais por mudanças na realidade social internamente e externamente à usina.

Entendemos que o ano de 1988 pode ser situado como um marco para a gênese das mutações ocorridas em Volta Redonda. Neste ano, ocorreu o doloroso assassinato dos três operários na interior da siderúrgica, que chocou toda a população e teve repercussão nacional. Mas a ação dos proletários mostrou a sua força, já que durante o período desta mesma greve conseguiu eleger o líder sindical Juarez Antunes, com ampla maioria, prefeito do município<sup>96</sup>. Mas a sua administração acabou sendo efêmera, pois no ano seguinte Juarez Antunes sofreu um estranho e fatal acidente de

<sup>95</sup> Segundo a Secretaria Executiva da Agenda 21 de Volta Redonda, Sr.<sup>a</sup> Letícia Barroso Batista, a integração das entidades neste fórum não é crescente e linear o tempo todo, possuindo períodos de fluxo e refluxo, onde o Sindicato de Metalúrgicos, por exemplo, ora participa com maior vigor, ora afasta-se das discussões (Entrevista, 30.05.2006).

<sup>96</sup> Foi também no ano de 1988, como já foi relatado, que ocorreu a primeira ação ambiental contra a C.S.N., promovida pela AMDA – Associação Macaense de Defesa Ambiental.

automóvel<sup>97</sup>, encerrando de maneira trágica o seu mandato no Executivo Municipal. O seu sepultamento reuniu grandes lideranças do cenário político nacional<sup>98</sup> e uma aglomeração humana sem precedentes na história local.

O ano de 1989 foi também deveras agitado na cidade, com Wanildo de Carvalho, vice na chapa de Juarez Antunes, assumindo seu lugar de maneira conturbada e contestada. O quadro de terror em escala local foi completado pelo atentado a bombas ao Monumento aos Operários, destruído na madrugada seguinte à sua inauguração. Mas salientamos que neste mesmo ano de 1989, no plano nacional, ocorreu um fato de suma importância para Volta Redonda: a eleição para Presidente da República de Fernando Collor de Mello, baseada em um discurso anti-corrupção e ancorada no receituário econômico neoliberal. A eleição de Collor de Mello colocaria em pauta a privatização da C.S.N., o que passava a assombrar em definitivo toda a cidade.

Destarte, a transição da década de 1980 para a de 1990 foi um período de grave crise para a C.S.N., que fechou várias linhas de produção, devia salários aos operários, não possuía crédito para comprar matérias-primas e aumentava suas dívidas junto aos bancos e fornecedores (LOMIENTO, 2002, p. 19). Logo uma política de enxugamento dos gastos foi empreendida, com fechamento de setores de minas de

---

<sup>97</sup> Juarez Antunes faleceu em desastre de automóvel por volta das 6:00 horas da manhã do dia 21 de fevereiro de 1989, em Felizlândia, no km 360 da BR 040 / Rio-Brasília – lugarejo próximo a Três Marias (MG), quando o Prefeito, em companhia de seu motorista Alberto Vicente da Cruz se dirigia a Brasília para efetuar a devolução do apartamento funcional a que tinha direito quando deputado federal. Juarez Antunes teve morte instantânea e seu rosto e crânio deformados, enquanto que Alberto Vicente fora internado no hospital da cidade, com fratura em duas costelas e cortes no braço (COSTA, 2004, p. 292).

<sup>98</sup> Entre os que participaram do sepultamento podemos destacar as presenças do atual Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT), Roberto Freire (PCB), Jair Meneguelli, então presidente da CUT, Luiz Antônio de Medeiros, da CGT (que mais tarde seria presidente da Força Sindical e participaria do leilão da privatização da C.S.N.), Luiz Carlos Prestes, Vivaldo Barbosa e Cibilis Viana, presidente nacional do PDT no período (COSTA, 2004, 293).

exploração, extinção de cargos de prestação de serviços e redução drástica do quadro de empregados.

Com este intento específico de empreender um enxugamento na C.S.N., assumiu a presidência da empresa, no ano de 1990, Roberto Procópio de Lima Netto, engenheiro especialista em planejamento industrial pela Universidade em Stanford e ex-diretor do BNDES. Sua função era justamente reestruturar a empresa, através de normas do toyotismo, para o processo de privatização (MOREIRA, 2003, p. 153). Aliás, a Medida Provisória n.º 151 do Presidente Fernando Collor de Mello, publicada no Diário Oficial da União em 15 de março de 1990, que estabeleceu a extinção da Siderúrgica Brasileira S.A. (SIDERBRÁS), deixava ainda mais evidente o processo eminente de privatização das siderúrgicas estatais (COSTA, 2004, p. 124).

Apesar dos reveses supracitados, a ação do sindicato não arrefeceu imediatamente. O movimento operário manteve uma forte oposição e resistência ao processo de desestatização da C.S.N. e assim organizou a mais longa greve da história da empresa em 1990, com a duração de trintas dias. Esta greve acabou sendo declarada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho e acarretou a demissão de 55 funcionários, sendo 12 deles diretores do sindicato (LOMIENTO, 2002, p. 20).

Foi no bojo desta greve que as discrepâncias entre as diferentes correntes do sindicato foram acentuadas, com o conflito entre as lideranças da CUT (então na direção sindical), radicalmente contra o processo de privatização da C.S.N., e a nova corrente oposicionista denominada “Formigueiro”<sup>99</sup>, que filiou-se à Força Sindical e atuava a

---

<sup>99</sup> Recorremos também aos escritos de K. Lomiento para elucidar o surgimento da denominação “Formigueiro”: em “um comício, um dos diretores da CUT querendo agredir o líder dos dissidentes conclamou os operários a matarem aquela ‘formiga’. Eles retrucaram: ‘Vocês matam a formiga, mas não matam o formigueiro’. (LIMA NETTO, 1993 apud LOMIENTO, 2002, p. 20).

favor da venda da empresa através do chamado “sindicalismo de resultados”<sup>100</sup> (*Ibid.*, p. 20). Este grupo de oposição assumiu a presidência do sindicato em 1992, com a plataforma de despartidarizá-lo, abrir um canal constante de negociação com a direção da C.S.N. (dentro de uma administração baseada em parceria, qualidade e produtividade), e propiciar a construção de casas, oferecer colônias de férias e assistência médica e odontológica aos trabalhadores (LOMIENTO, 2002, p. 21). A direção da chapa “Formigueiro”, sob os auspícios da Força Sindical e associado à diretoria neoliberal da empresa, aprofundou ainda mais o processo de cortes de gastos em pessoal da siderúrgica.

O debate sobre a privatização era tão evidente já em 1989 que a direção do Sindicato dos Metalúrgicos, durante uma greve, propôs à então Ministra do Trabalho Dorotéia Werneck, em resposta aos argumentos de uma violenta crise na C.S.N., a entrega da gestão da usina aos trabalhadores (MOREIRA, 2003, p. 153). Este argumento chegou a ser inclusive defendido pelo economista (conservador) Mário Henrique Simonsen, em um artigo de 1991, quando considerava “perfeitamente viável postular a transferência da usina para os trabalhadores” (SIMONSEN, 1991, p. 73). Mas logicamente, esta proposta não evitou a privatização da empresa em 1993.

A privatização da C.S.N. minou a atuação outrora combativa do Sindicato de Metalúrgicos, que passou desde então a apoiar de maneira incondicional as ações da direção da empresa. O afastamento da Companhia dos interesses locais foi progressivo,

---

<sup>100</sup> A CUT (Central Única dos Trabalhadores) foi fundada em 1983, inspirada em um sindicalismo classista, autônomo e independente do Estado. Foi resultado da confluência do “novo sindicalismo” emergente no ABCD paulista interno ao sindicato com o movimento de oposições sindicais de São Paulo e Campinas, externos à estrutura dos sindicatos (ANTUNES, 2001, p. 238). Já a Força Sindical, fundada em 1991, nasceu no âmago do sindicalismo neoliberal e conservador como expressão da nova direita, e coaduna com o novo desenho do capital globalizado e a manutenção da ordem empresarial (*Ibid.*, p. 240).

com a lenta supressão do comércio com o Médio Vale Paraíba Fluminense e despreocupação com o desemprego crescente em Volta Redonda (um dos grandes motivadores da crise econômica subsequente). A mudança da sede da empresa para São Paulo, em 2003, foi apenas mais uma evidência de que seus objetivos estão muito distantes de Volta Redonda. Mas ainda assim, o Sindicato passou a atuar de forma compactuada com a direção da C.S.N.

Essa ação condicionada remete, com certa razão, à sensação de privilégio do proletário remanescente nos quadros da C.S.N., por desfrutar de benefícios que somente empresas deste porte oferecem, como salários razoáveis, assistência médica, entre outros. Observamos empiricamente este fato pelas ruas da cidade, em qualquer horário, quando notamos que o uniforme da C.S.N. é exibido com grande orgulho pelo trabalhador mesmo depois do expediente, lembrando um pouco a trajetória dos primeiros operários ufanistas que nutriam um grande sentimento pela empresa. Esta atual prerrogativa de trabalhar na empresa ficou patente até mesmo na entrevista com o Sr. Paulo Agildo de Liz, realizada na sede do Sindicato em Volta Redonda, em cujo relato destacou que a C.S.N. é uma “empresa que investe cada vez mais na saúde do trabalhador, e no meio ambiente em geral” (Entrevista, 02.05.2006).

Apesar de posicionar-se a favor da C.S.N. nos desencontros entre as políticas ambientais da Administração Municipal e os interesses do Departamento de Meio Ambiente da empresa, o Sindicato de Metalúrgicos de Volta Redonda apóia indiscutivelmente os pressupostos de construção do Desenvolvimento Sustentável em Volta Redonda. O Sindicato de Metalúrgicos participa como uma das cinco instituições parceiras (juntamente com a AEVR, ACIAP-VR, SENGE-VR e a C.S.N.) da Agenda 21 Local, e atua em eixos como: Capacitação em Gestão e Educação Ambiental, Pesquisa

Sócio-Econômica e Agenda de Oportunidades de Empregos. Além disso, disponibiliza em seus informativos espaços para a divulgação das notícias da Agenda 21 – VR e vem promovendo, conforme o relato do Sr. Paulo Agildo de Liz, a educação ambiental do trabalhador, “reforçando os princípios de organização, limpeza e higiene, e mantendo cuidados com o lixo e materiais descartáveis da empresa”, ou seja, “conscientizando-os em relação ao meio ambiente” (Entrevista, 02.05.2006).

Além do Sindicato de Metalúrgicos de Volta Redonda, as associações de moradores locais também participam ativamente das discussões do Fórum da Agenda 21 e adotam a construção do Desenvolvimento Sustentável enquanto solução para os problemas imediatos. De atuação marcante durante o período da ditadura militar, em parte pela ação das células das comunidades Eclesiais de Base (CEB's), atualmente as associações de moradores permanecem como um importante canal de participação da sociedade civil nas questões sociais da cidade.

Desde 1991, existem em Volta Redonda duas entidades que congregam as associações de moradores locais: a CONAM (Conselho das Associações de Moradores), fundada em 1982 e que mantém uma postura de oposição ao governo municipal e resistência à participação em conselhos institucionais; e a FAM (Federação das Associações de Moradores), dissidência constituída em 1991 justamente por representar o grupo de associações interessadas em apoiar as ações da administração municipal e envolver-seativamente de conselhos diversos (LOPES, 2000, p. 105-106). Hoje, a FAM é responsável pela organização da maior parte das associações de moradores de Volta Redonda, e seus representantes contribuem comumente com as ações da Agenda 21 Local.

Mas apesar do antagonismo entre a CONAM e a FAM, ambas as federações atuam decisivamente em relação às questões do meio ambiente. Mesmo sendo de oposição, a CONAM costuma convocar seus membros a comparecerem em reuniões no CONDEMA – apesar das críticas ao funcionamento dos conselhos municipais –, e também monitora os serviços que envolvem a coleta de lixo e a educação ambiental nas escolas e bairros (LOPES, 2000, p. 106). Neste particular, o Programa Educacional da Agenda 21 – Volta Redonda é um projeto de educação ambiental bastante avançado (que está inclusive incluído no Projeto Político Pedagógico das escolas), onde ocorre a constituição de núcleos interdisciplinares que mantém o diálogo com a comunidade local em busca de construção de um plano de ação para os problemas mais significativos.

Ao contrário da CONAM, a FAM destaca-se na Agenda 21 Local, fomentando parcerias entre as associações de moradores e as ações de cunho ambiental, como em levantamentos de problemas locais, projetos de arborização das ruas e de incentivo à educação ambiental. Segundo a Secretária Executiva da Agenda 21, Sr.<sup>a</sup> Letícia B. Batista, a presidente da FAM, Sr.<sup>a</sup> Fátima Martins, participa assiduamente das reuniões do grupo de trabalho sobre a destinação do lixo, estimulando nas associações de moradores a prática da reutilização e reaproveitamento dos resíduos, a recompostagem do lixo nas escolas e ainda capacitação de artesãos na criação de possibilidades de evitar o descarte e o desperdício de materiais (Entrevista, 30.05.2006).

Assim como as Associações de Moradores, a Cúria Diocesana também encontrou no Fórum da Agenda 21 de Volta Redonda um importante canal de atuação, principalmente a partir do refluxo da Teologia da Libertação que alicerçou a atuação crítica e questionadora da Igreja Católica Progressista sob a liderança de Dom Waldyr

Calheiros. Segundo a Sr.<sup>a</sup> Letícia B. Batista, a Igreja Católica tem dedicado importante atenção às questões ambientais através das Pastorais da Saúde e da Educação, e também em eventos como a Campanha da Fraternidade de 2005, que destacou a necessidade global da melhor utilização da “água” e contou com o auxílio da Agenda 21 Local. A Pastoral da Educação, essencialmente, dedica-se com maior afinco no incentivo de ações ambientais, apresentando em seminários os objetivos e a metodologia do fórum. Além disso, A Igreja Católica oferece espaços em semanários, boletins e no jornal dominical para a divulgação da Agenda 21 de Volta Redonda (Cf. entrevista: Letícia B. Batista, em 30.05.2006).

Não só a Igreja Católica, historicamente envolta em questões sociais da cidade, age em prol de interesses de construção do Desenvolvimento Sustentável. Segundo relato da Sr.<sup>a</sup> Letícia B. Batista, “o conselho evangélico participa bastante, e as igrejas com seus jornais internos divulgam a relação da Agenda 21 com a Bíblia” (Entrevista, 30.05.2006). Podemos comprovar essa asserção através de um excerto do boletim “O Batista do Sul”, da Igreja Batista Central de Volta Redonda, onde lemos na matéria intitulada “A Agenda 21 e o Cristão” que:

O Cristão tem um importante papel a desempenhar diante desta situação. Muito antes da preocupação com o meio ambiente virar moda, Deus denunciava na Bíblia que algo não ia bem com a natureza. E, quando ela grita por socorro, nós, “filhos de Deus”, que fazemos parte dela, devemos lhe dar ouvidos. (...)

Devemos preservar a natureza porque ela é testemunha de Deus. Se a natureza for destruída, perderemos um dos mais maravilhosos meios que Deus tem para falar aos homens, um dos mais poderosos instrumentos de evangelização.

Participe da Agenda 21 Local. (MACHADO, 1998, p. 06)

Existe uma verdadeira coalizão no interesse de construção do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda. Os mais diferentes grupos e entidades parecem esmerar-se em auxiliar na consecução deste novo modelo de desenvolvimento com aparência de interesse comum. O componente ideológico do Desenvolvimento Sustentável fica ainda mais evidente quando observamos os argumentos da Secretaria Executiva deste fórum local, a Sr.<sup>a</sup> Letícia B. Batista, no que se refere ao objetivo central na Agenda 21 Local de Volta Redonda:

É criar uma cultura do Desenvolvimento Sustentável na população de Volta Redonda, ou seja, pensar em gerir os recursos que estão cada vez mais escassos, onde a população é co-responsável por essa gestão. (...) Volta Redonda é uma cidade com grande degradação ambiental, com problemas de erosão, desmatamento dos morros, poluição atmosférica e dos recursos hídricos, e não mais é papel somente do poder público contornar estes problemas, mas também de toda a população. Uma outra questão é criar uma identidade nova para Volta Redonda, marcada pela complementaridade usina-cidade, onde a Agenda 21 traz esta possibilidade de construção de uma nova cidade, com outros potenciais e vocações que não estejam na simbiose usina-cidade. (Entrevista: Letícia B. Batista, em 30.05.2006).

É sobre essa capacidade do Desenvolvimento Sustentável em amalgamar interesses dissonantes (promovendo o até mesmo o encontro de antípodas, como a FAM e o CONAM) em uma cidade segregada espacialmente e marcada por um longo histórico de conflitos, que voltaremos nossos esforços no próximo segmento. Amparados nos escritos de Marilena Chauí (1980, 1982, 1982a e 2001), utilizaremos o conceito de ideologia, inserido na perspectiva marxista, onde uma idéia dominante metamorfoseia-se, progressivamente, em senso comum.

## 4.5 O CARÁTER IDEOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA CIDADE DE VOLTA REDONDA

Eder J. Carneiro (2005, p. 44) afirma que “a crítica da ideologia do desenvolvimento sustentável pode ser vista como uma das tarefas teórico-práticas fundamentais do presente”. Com este intento, realizamos o esquadriamento dos propósitos da aplicação do Desenvolvimento Sustentável – que é resultado de uma conjuntura geopolítica global cuja maior necessidade é a adequação do capitalismo industrialista à possível ordem de escassez de natureza enquanto combustível – na cidade de Volta Redonda. Isto significa dizer que entendemos que não basta apenas interpretar criticamente a noção de Desenvolvimento Sustentável<sup>101</sup>, mas também se torna necessário fazer a análise de sua *prática*, ou seja, de sua implementação no território a partir de um referencial empírico.

Contudo, o estudo em caráter empírico – territorial de uma ideologia é deveras complexo. Slavoj ŽIŽEK (1996, p. 13-14) afirma, por exemplo, que é necessário realizar uma análise espectral deste conceito, pois “o ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil mentir sob o disfarce da verdade”. A maior dificuldade é o fato de que a ideologia *se esconde* com uso de estratégias para o ocultamento de sua verdadeira face.

---

<sup>101</sup> Gro Harlem Brundtland, em entrevista no Programa Roda Viva, da TVE, exibida em 11 de novembro de 2005, afirmou categoricamente que discutir a definição de Desenvolvimento Sustentável não é importante; a urgência maior é propagar a necessidade crescente de sua implementação. Logicamente, discordamos plenamente das palavras da ex-presidente da Comissão Brundtland, que foi responsável pela formulação da noção de Desenvolvimento Sustentável através da publicação do documento “Nosso Futuro Comum”.

Assim, destacamos o caráter ideológico do Desenvolvimento Sustentável, que se apresenta como idéia imprecisa, ambígua (BRÜGGER, 1994, p. 66) e até mesmo paradoxal (GUIMARÃES, 1997, p. 22), porém universal e irrefutável, onde todos sem exceção devem trabalhar para sua construção. Já em ocasiões anteriores apontamos o componente ideológico do Desenvolvimento Sustentável (OLIVEIRA, 2001, 2003b e 2005), e acrescentamos que não são poucos os autores que entendem esta concepção segundo a mesma perspectiva analítica (CARNEIRO, 2005; MARQUES, 2000; MOREIRA, 1991; REBÉLO Jr., 2002; RIBEIRO, 1992; entre outros).

O conceito de ideologia refere-se a um mecanismo de adequação das classes submissas aos objetivos das classes hegemônicas, capaz de ocultar os conflitos entre os interesses particulares (CHAUÍ, 1982, p. 103; GORENDER, 2001, p. 22; MARX, 1989, p. 50; Id., 2001, p. 50). O seu papel, segundo Marilena Chauí (1982, p. 87-88), é fazer com que as idéias dominantes pareçam únicas, verdadeiras e autônomas, representando efetivamente a realidade. Ou seja, a formulação das ideologias ambiciona mascarar as contradições da luta de classes e legitimar a ordem dominante<sup>102</sup>.

Então, a construção do Desenvolvimento Sustentável em Volta Redonda tem duas dimensões reais e conjugadas:

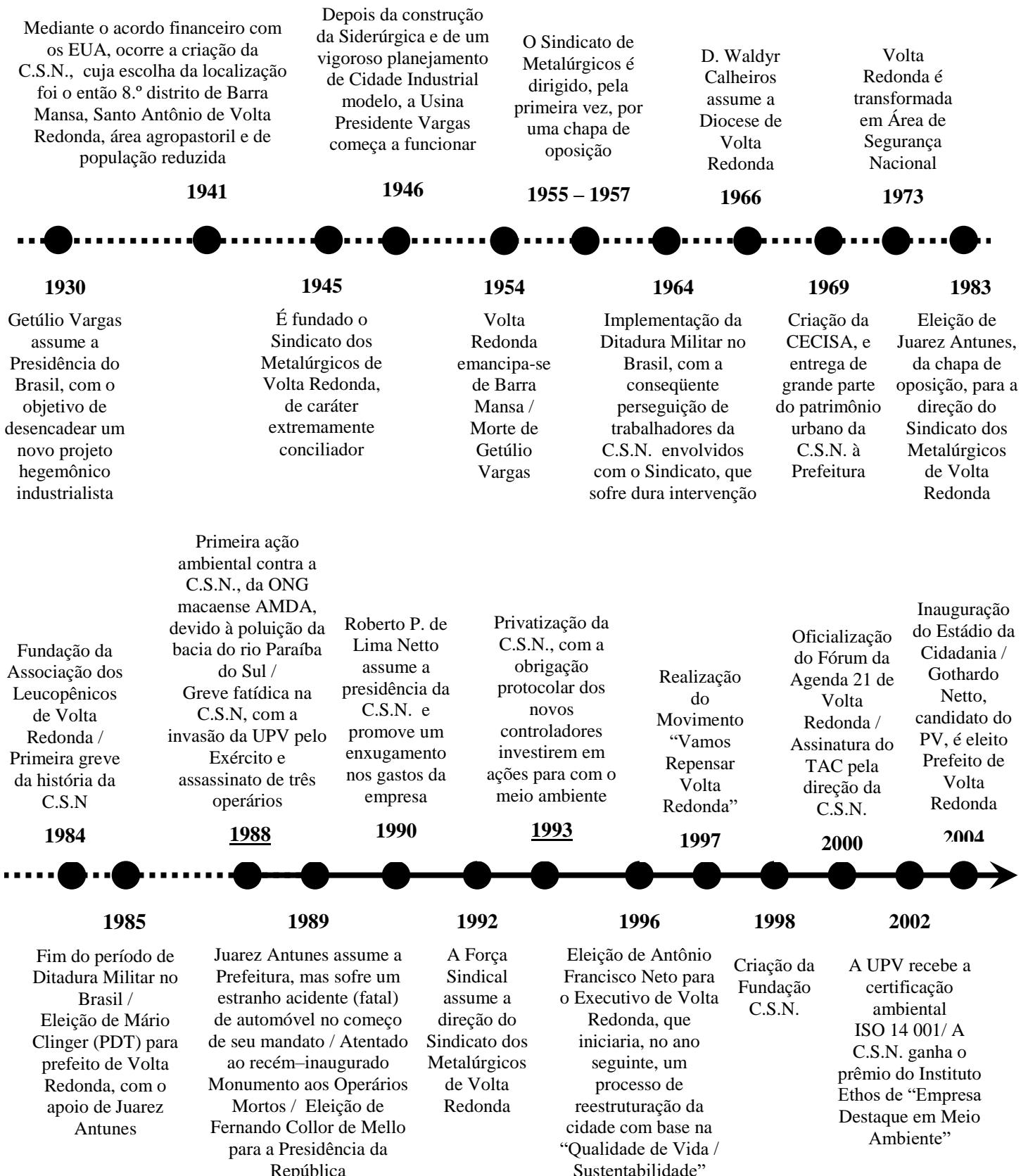
---

<sup>102</sup> O conceito de ideologia é um dos mais problemáticos das ciências sociais. O mais comum é dissociar duas formas de conceituação de ideologia: uma responsável pela construção da ilusão, em bases concretas, da realidade, como proposição maior das classes dominantes (CHAUÍ, 1980 e 1982); e uma segunda concepção de ideologia, que não tem como necessidade maior fabricar uma ilusão em si, mas captar diferentes “visões de mundo”, óticas estas que podem ser de diferentes classes sociais, inclusive daqueles que lutam por livrar-se da dominação imposta (MORAES, 1996, p. 40). Neste trabalho, fazemos coro com a visão de Neil Smith (1988, p. 45), que conceitua o termo dentro da perspectiva marxista, expressa nas obras de Marilena Chauí: “Eu considero a ideologia como sendo uma reflexão ‘invertida, truncada e distorcida da realidade’. A ideologia não é simplesmente um conjunto de idéias erradas, mas sim um conjunto de idéias radicadas na experiência prática, embora seja a experiência prática de uma dada classe social que vê a realidade através de sua própria perspectiva e, ainda assim, de forma parcial. Embora seja, dessa forma, uma reflexão parcial da realidade, a classe tenta universalizar sua própria percepção de mundo”.

- [1] É parte fundamental de uma reestruturação territorial em curso, em uma cidade que perdeu o anterior estatuto de símbolo do desenvolvimento nacional. Assim, um novo conjunto de objetos e a inserção de novas práticas espaciais, advindas especialmente da C.S.N. e do Executivo Municipal, constituem a *dimensão territorial* da aplicação do Desenvolvimento Sustentável;
- [2] Apresenta-se como novo discurso de legitimação do ordenamento hegemônico, onde sobressai sua *dimensão ideológica* capaz de conciliar os diferentes atores da sociedade local em prol de sua consecução. Ou seja, em bases concretas no território, a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável propaga-se como nova idéia dominante em Volta Redonda.

Apresentamos a seguir um esquema, em forma de linha do tempo, que remete a um resgate histórico da cidade de Volta Redonda, com ênfase na transformação de uma antiga *cidade industrial* em uma nova *cidade sustentável*. Por este motivo, referenciamos alguns momentos significativos, como o ápice do confrontamento entre C.S.N. e o Sindicato de Metalúrgicos (que simboliza também o corolário da *insustentabilidade* de Volta Redonda) na greve de 1988, e também o marco factual da gênese da construção do Desenvolvimento Sustentável na cidade, em 1993, com a desestatização da siderúrgica e subsequente obrigatoriedade da nova direção em executar medidas compensatórias e implementar um grande conjunto de cuidados ambientais.

## Síntese Cronológica da Transformação de Volta Redonda da “Cidade Industrial” para “Cidade Sustentável”



Esquema 2: Linha do tempo do processo de transformação de Volta Redonda em Cidade Sustentável. Organizado por: OLIVEIRA, L. D., 2006.

Este esquema mostra os momentos salutares da evolução do processo de construção do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda. Através de sua análise, podemos constatar como ocorreu a progressiva adequação de uma concepção proveniente da geopolítica global a uma cidade que sofria com os reveses do esfacelamento de um antigo modelo.

A metodologia de investigação empregada nesta dissertação, conforme esclarecimento em seu próprio capítulo introdutório, foi baseada nos argumentos contidos nas obras de Marilena Chauí (1980, 1982, 1982a e 2001), que discutem o conceito de *ideologia* em uma perspectiva marxista. Neste panorama, formulamos três propostas específicas de análise para auferirmos o real significado do Desenvolvimento Sustentável em Volta Redonda, diretamente inspirados nos escritos desta autora: [1] Estudar a origem do Desenvolvimento Sustentável, em suas escalas local e global, já que a ideologia dissimula sua origem na classe dominante (CHAUÍ, 1980, p. 25; Id., 1982, p. 114); [2] Verificar, empiricamente, a concretude do Desenvolvimento Sustentável na cidade, pois as ideologias são fundamentadas em bases reais e dotadas de concreção (Id., 1980, p. 25; Id., 1982, p. 105); [3] Por fim, analisar a competência do discurso do Desenvolvimento Sustentável em promulgar um verdade inequívoca e pronunciada em uníssono pelos mais diferentes atores sociais na cidade de Volta Redonda, já que a ideologia é uma maneira de pensar dominante (Id., 1980, p. 24) que transforma-se em universalidade para toda a sociedade (Id., 1982, p. 103).

Assim, de acordo com a Agenda 21 Local, o Desenvolvimento Sustentável surge em Volta Redonda a partir de proposições do movimento “Vamos Repensar Volta Redonda”, cujo objetivo era dialogar sobre a reconstrução da cidade agora órfã da

co-gestão da C.S.N.<sup>103</sup>. Mas sua origem local, como podemos observar na ilustração, deve ser vinculada à necessidade conjunta de certificação ambiental da C.S.N., obrigada a partir de sua privatização a investir maciçamente neste setor, e exigência de elaboração de uma nova imagem para a cidade, o que desde 1989 se tornou tarefa das Administrações Municipais, onde o meio ambiente recebeu atenção especial por tratar-se de uma cidade extremamente poluída.

Aliás, as raízes históricas do Desenvolvimento Sustentável em âmbito mundial remetem à Segunda Grande Guerra<sup>104</sup>, e sua evolução ocorreu através de conferências internacionais e da elaboração de estudos e documentos cujo escopo era a manutenção do sistema capitalista. Enfim, é uma idéia dominante que emerge em Volta Redonda, oriunda da conjugação das necessidades da C.S.N. privatizada e do Executivo Municipal, e não das propostas de ambientalistas reunidos na ACIAP-VR durante o evento *Vamos Repensar Volta Redonda*. Logo, esta aparência de surgimento do Desenvolvimento Sustentável enquanto uma idéia apócrifa oriunda de debates plurais faz parte da exigência desta ideologia em esconder sua origem. Além disso, é salutar que a ideologia se apresente com *autonomia* (CHAUÍ, 1980, p. 15; Id., 1982, p. 102), ou seja, que não evidencie tratar-se de um pensamento dominante criado a partir do

<sup>103</sup> Segundo a secretária-executiva da Agenda 21 Volta Redonda, Sr.<sup>a</sup> Letícia Barroso Batista, dentre os diversos grupos de debate do embrionário movimento “Vamos Repensar Volta Redonda”, os ambientalistas propuseram a idéia de Desenvolvimento Sustentável como possível solução para os graves problemas locais (Entrevista, 30.05.2006).

<sup>104</sup> Interessante constatar, através da comparação com a “Linha do Tempo da Construção do Desenvolvimento Sustentável” (p. 67), a similitude entre os recortes históricos da emergência da questão ambiental em âmbito global e da fundação e evolução urbana da cidade de Volta Redonda. A Segunda Grande Guerra, entre 1939 e 1945, influenciou diretamente na composição de ambas as trajetórias, pois: [1] O financiamento internacional requerido por Getúlio Vargas para a edificação da C.S.N. foi motivo de acirradas disputas entre Estados Unidos e Alemanha, em um conturbado momento de indefinição da política externa brasileira, e a resolução desta questão esteve atrelada ao posicionamento nacional durante a guerra; [2] O horror das explosões nucleares desencadearam o interesse mundial pelas questões ambientais, devido à constatação da gigantesca capacidade de destruição adquirida pelos exércitos das superpotências. Além disso, após a guerra ocorreu um impactante crescimento demográfico mundial, fazendo ressurgir as teorias malthusianas que fundamentaram grande parte dos estudos ambientais das décadas seguintes.

trabalho dos ideólogos ativos<sup>105</sup>. É desta forma que o Desenvolvimento Sustentável desaparece enquanto reajuste do capitalismo global, e passa a significar um novo modelo de desenvolvimento capaz de efetivar o equilíbrio ecológico e um conjunto de melhorias na área social.

Mas de forma alguma o Desenvolvimento Sustentável em Volta Redonda é uma alucinação coletiva ou fantasia dominante. Ao contrário, é algo deveras factível com marcas profundas no território, seja em objetos (áreas de proteção ambiental, estações de tratamento de água e esgoto, mecanismos de filtragem na Usina Presidente Vargas), seja em ações (cursos ambientais, como artesanato, reciclagem ou jardinagem, termos de ajustamento de conduta ambiental, separação dos resíduos descartados nas escolas e nas comunidades, reutilização do lixo, prática de educação ambiental). São as bases concretas do Desenvolvimento Sustentável em Volta Redonda.

Isto porque a ideologia corresponde à aparência social dominante da realidade (CHAUÍ, 1982, p. 105), entendida não como mera inversão, mas sim como representação classista da experiência da vida social (Ibid., p. 106). A ideologia materializa-se através das construções cotidianas, como parte integrante da própria ordem territorial estabelecida. Assim, por meio de objetos simbólicos, ou mesmo

---

<sup>105</sup> Michael Löwy afirma que existem intelectuais que estão “organicamente vinculados à classe dominante, à burguesia, que são aqueles que, pelo seu modo de apropriação, pelo seu modo de vida, pelas funções que exercem, pelos seus vínculos pessoais, familiares, etc., estão organicamente ligados à burguesia, estão, digamos, assimilados pela burguesia” (LÖWY, 1989 p. 107). Não se trata de reduzir a importância da produção das idéias de acordo com a classe social, mas sim lembrar que o conselho de intelectuais responsáveis pela elaboração do Desenvolvimento Sustentável, através de estudos como o Relatório Brundtland, já estavam previamente alinhados, conforme vimos, com os interesses de manutenção da ordem capitalista mundial.

*semióforos*<sup>106</sup> (CHAUÍ, 2001, p. 11), o Desenvolvimento Sustentável existe como concreção na cidade de Volta Redonda.

Finalmente, ideologia busca a universalização progressiva até tornar-se senso comum. Isto porque se trata de uma idéia *coerente*, apesar de seus *brancos* e *lacunas* (Id., 1980, p. 25; Id., 1982, p. 114; Id., 1982a, p. 21-22), ou seja, as aparentes imperfeições ou negligências explicativas são partes integrantes fundamentais para que a ideologia se mantenha como corpo teórico e conjunto de regras práticas. Por isso, a noção de Desenvolvimento Sustentável é tão vaga e possui diferentes interpretações. Além do mais, não são poucos autores que entendem o Desenvolvimento Sustentável como uma idéia crítica ou mesmo revolucionária<sup>107</sup>.

Na cidade de Volta Redonda, a construção do Desenvolvimento Sustentável, apesar de possíveis limitações, é um objetivo de aparência comum. Ainda que se observem vicissitudes em sua definição, ele promove uma verdadeira aliança em prol de sua consecução. Como pudemos observar, a C.S.N. privatizada, as Administrações Municipais, os Sindicatos de Metalúrgicos e de Engenheiros, as Igrejas Pentecostais e a

<sup>106</sup> Segundo Marilena Chauí (2001, p. 12-13), *semióforo* corresponde desde um acontecimento até um objeto, quando retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata no cotidiano, mas que possui significado simbólico celebrativo da crença comum e utilização como mecanismo de dominação de um meio social. Placas comemorativas e monumentos, assim como a toponímia, são os exemplos mais comuns lembrados pela autora. Assim, por ocasião de nossa investigação de campo na Vila Mury, onde foi desenvolvido com sucesso o projeto *Ruas Verdes*, lembramos imediatamente deste conceito: além da rearborização dos logradouros, atividade que reuniu os esforços da Agenda 21 Local e da Associação de Moradores, as ruas envolvidas foram rebatizadas com nomes de plantas, como Rua das Rosas, Rua das Mangueiras, Rua das Magnólias, e assim por diante. São semióforos da ideologia do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda.

<sup>107</sup> Como exemplos categóricos desta apreensão crítica do Desenvolvimento Sustentável, podemos lembrar a educadora Heloísa Penteado (2000, p. 44), para quem esta concepção trata-se de “um processo de ampliação do campo de oportunidades oferecidas à população de um país”, o que “implica garantir o acesso ao conhecimento já produzido pela humanidade”, ou o economista Henrique Rattner (1992, p. 20), que apresenta o Desenvolvimento Sustentável como “a consolidação de uma sociedade mais estável, racional e harmoniosa, baseada em princípios de eqüidade de justiça nas relações entre as pessoas, tanto dentro de cada sociedade, como a um nível global”, além do engenheiro José Chacon de Assis (1999, p. 20), que entende este modelo como um “novo caminho”, dentro de uma luta contra o status quo, onde a sua consecução signifique “pleno emprego, melhoria da qualidade de vida para todos, justiça social e utilização sustentável do meio ambiente”.

Cúria Diocesana, as Associações de Moradores, mesmo adversárias na FAM e no CONAM, enfim, toda a cidade trabalha na edificação deste novo modelo.

O ápice da ideologia é sua efetivação como idéia universal. José Sérgio Leite Lopes (2004, p. 235) afirma que a cidade de Volta Redonda assiste uma “ambientalização do conflito social”. Tal asserção deve ser acrescida do fato que a questão ambiental está sendo utilizada como fator de cooptação social, de maneira que o uso da noção de Desenvolvimento Sustentável passa a servir como dissimulação de outras questões relevantes contidas na ordem territorial vigente. Assim, se recorremos novamente ao esquema da Linha do Tempo de Volta Redonda (p. 168), notaremos que em 2004 foi eleito como prefeito da cidade o então candidato Gothardo Netto, filiado ao *Partido Verde*. É o Desenvolvimento Sustentável mostrando com clareza, em Volta Redonda, a sua face política.

## 5 CONCLUSÃO

Durante a realização da primeira investigação empírica na cidade de Volta Redonda, após o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ, recordei dos ensinamentos de Roberto Lobato Corrêa, em seu importante trabalho *A Geografia Cultural e o Urbano* (2003, p. 181), onde este autor afirma que “a paisagem urbana é um produto do trabalho social, profundamente impregnada de relações sociais e conflitos”. A cidade escolhida como referencial para nossa análise é rica em paisagens simbólicas que assinalam, cada qual a sua maneira, importantes períodos da história do Brasil. Suas ruas, avenidas e praças, e também os seus monumentos, estátuas e edificações exprimem as heranças das sucessivas relações sociais locais de maneira transtemporal (SANTOS, 2002, p. 103). Particularmente, a C.S.N. e a sede do Sindicato dos Metalúrgicos exercem fascínio pelo remetimento a fatos históricos nacionalmente importantes, que envolveram momentos de ufanismo nacional, repressão política ou mesmo vultuosos conflitos classistas. É a paisagem geográfica enquanto história cumulativamente realizada, como um registro das tensões, sucessos e fracassos da sociedade (MOREIRA, 1993, p. 50).

Em julho de 1940, o abandonado e decadente distrito cafeeiro de Barra Mansa, então denominado *Santo Antônio de Volta Redonda*, foi escolhido para a implementação da C.S.N., e de maneira subseqüente, alicerçar o desenvolvimento capitalista nacional. Esta decisão da comissão especial estabelecida por Getúlio Vargas para resolver a “questão siderúrgica” deu início a uma espetacular trajetória de mudanças territoriais em toda a região. Entretanto, se houvesse neste período mecanismos de avaliação de impactos ambientais, como o EIA / RIMA, provavelmente

esta área situada na Região do Médio Paraíba Fluminense estaria impossibilitada de receber tal empreendimento. Empiricamente, bastou observarmos a cidade a partir do vigésimo andar do Edifício Plaza Business (onde atualmente está localizada a sede da Agenda 21 de Volta Redonda) para certificarmos que Volta Redonda situa-se em um vale circundado pelas elevações das Serras do Mar e da Mantiqueira, que impedem uma conveniente dispersão da gigantesca poluição expelida pelas chaminés da Usina Presidente Vargas. Nesta área tão inóspita para a implementação de uma siderúrgica, os elevados níveis de poluição logicamente fariam parte do cotidiano da população que ali se estabeleceria, como ônus do triunfo do desenvolvimentismo nacional que a construção da C.S.N. simbolizava.

Remetemos então nossas atenções para os escritos de Denis Cosgrove (1998, p. 106), que assevera, categoricamente, que toda paisagem é simbólica. A Companhia Siderúrgica Nacional foi, então, o símbolo máximo de um emergente país industrial e moderno. E a cidade que se constituiu nos arredores da siderurgia não poderia ser diferente: foi planejada para representar o *progresso*, ideologia central do capitalismo (CHAUÍ, 1982, p. 121; FURTADO, 1998, p. 08), e simbolizar um novo modelo de sociedade, capaz de espacializar a ordem hegemônica e de inculcar no *proletário* então nascente o nacionalismo, com a crença em sua importância individual na superação do atraso econômico do país.

Com este intento, o modelo de cidade industrial instalado em Volta Redonda foi importado de um projeto de cunho socialista-utópico do arquiteto francês Tony Garnier, mas adaptado de forma burlesca por Attílio Corrêa Lima, que alterou profundamente sua essência. Enquanto o modelo francês assegurava uma cidade constituída em benefício do proletariado, com equipamentos esportivos, de lazer e de

cultura, o projeto de Corrêa Lima territorializou o autoritarismo populista do período, onde as benesses para o operariado funcionavam como compensações pelo seu sectarismo e adequação à ordem hegemônica. A cidade de Volta Redonda, implementada com apurado padrão higienista e grande qualidade das moradias operárias, foi estigmatizada pela forte segregação existente no *território*, onde os atributos dos equipamentos urbanos disfarçavam a dominação espacialmente constituída através da fragmentação em áreas diferentes para o operariado e para os técnicos e diretores da empresa. Como prioridade, esta nova cidade deveria destruir possíveis interesses dissonantes ao efetivar estrategicamente a criação de um “novo homem” – o *proletário* –, constantemente vigiado e tornado momentaneamente inepto para empreender lutas por melhorias sociais.

Ainda hoje, esta segregação territorial é explícita na cidade. Volta Redonda nasceu tripartida: na mesma margem do rio Paraíba do Sul onde se localiza a C.S.N., a cidade estava separada em “Cidade Planejada”, ordenada pela direção da usina que inclusive era responsável pelos equipamentos urbanos, e “Cidade Velha”, que remetia ao núcleo inicial de ocupação e ficava sob a administração direta da Prefeitura Municipal; na outra margem (esquerda), onde, de acordo com o planejamento inicial, deveria existir um cinturão verde para suavizar os efeitos da poluição das chaminés da siderúrgica, bairros como Retiro e Belmonte não recebiam investimentos de nenhuma administração e estavam relegados ao abandono e suscetíveis diretamente à contaminação. São estes bairros, atualmente, os que mais sofrem com as mazelas ambientais e sociais.

O grande contingente de trabalhadores da C.S.N. neste período estava vinculado emocionalmente à usina, entendendo o papel dos proletários da siderúrgica

como artífices do desenvolvimento nacional. A sensação de privilégio destes trabalhadores, além do sentimento de contribuir para o progresso do Brasil, também estava associada à concretização de verdadeiras melhorias no território, pois afinal a C.S.N. ordenava a cidade e geria os equipamentos públicos. Enquanto exemplo para o Brasil, Volta Redonda tornou-se a vitrine do desenvolvimentismo getulista. Era a Ideologia do Desenvolvimento em bases concretas.

Karl Marx assegura, em sua obra *O Dezoto Brumário de Louis Bonaparte* (2000, p. 53), que a classe dominante cria suas concepções “a partir de suas bases materiais e das relações sociais correspondentes”. Destarte, de forma alguma a ideologia deve ser vista como algo fantasmagórico, uma imaginação coletiva ou um simples imbróglio: ela existe enquanto concretude. A Ideologia do Desenvolvimento estava presente no território com a rápida modernização urbana, a qualidade das moradias operárias e a melhoria de vida para os *arigós* que arriscaram migrar para a cidade. Mas, na verdade, estes benefícios funcionavam como camuflagem da essência do desenvolvimento: a acumulação de riquezas e a dominação de classe.

Por este motivo, logo os limites deste modelo de cidade industrial começaram a aparecer. As mudanças no estatuto político nacional, com o progressivo abandono do paternalismo inicialmente estabelecido em Volta Redonda durante o governo de Vargas, e o aumento das mazelas em uma cidade que privilegiava áreas específicas em prol de outras abandonadas, lentamente esgotavam a estruturação estabelecida e dissipavam a crença inquestionável no progresso. Destarte, as barreiras ideológicas à luta de classes baseadas no virtuosismo do desenvolvimento industrial sofreram, definitivamente, um profundo reverso com a gênese do período de Ditadura Militar no Brasil.

Com o governo dos militares, a C.S.N. diminuiu drasticamente seus investimentos nos equipamentos urbanos e na política habitacional de Volta Redonda. Aos poucos, as antigas casas operárias, que pertenciam ao espólio da C.S.N e possuíam qualidade incontestável, foram revendidas, promovendo a elitização das áreas centrais. Os movimentos proletários nascentes, marcados até então pela cordialidade com a direção da usina, foram rapidamente combatidos aos primeiros sinais de insatisfação e suas lideranças aprisionadas. A cidade-símbolo foi transformada em Área de Segurança Nacional, onde o Presidente da República indicava diretamente o Interventor no município, e o sentimento de nacionalismo foi peremptoriamente substituído pelo temor e pela insegurança generalizada.

Mas “dentro de cada trabalhador existe um ser humano tentando se libertar” (HOBSBAWM, 2000a, p. 396), e assim, justamente (mas não surpreendentemente) no período de maior repressão, emergiu vigorosamente a luta operária na cidade, sob os auspícios do “Novo Sindicalismo”. O enfrentamento entre o Sindicato de Metalúrgicos e a Direção da C.S.N. teve episódios marcantes: greves, até então inéditas, com ocupação da usina, grandes manifestações em praças públicas, eleição de um líder sindical para prefeito da cidade e até mesmo o assassinato de três operários no interior da C.S.N., durante a invasão do Exército Nacional. A morte destes três homens simbolizou perfeitamente o assassinato do *proletário*, constituído a partir do desencadeamento do capitalismo industrialista no Brasil.

A ação dos metalúrgicos em Volta Redonda não se restringia ao “mundo do trabalho”. Nesta categoria de cidade industrial, uma genuína *company-town* (PIQUET, 1998), a ação do movimento operário, em geral, extravasa a fábrica e atinge toda a cidade. Mas neste caso específico da cidade de Volta Redonda, outros movimentos

locais também traziam no bojo de sua atuação lutas por melhorias em questões sociais. Na cidade, juntamente com os atos do Sindicato de Metalúrgicos, ocorria a ação articulada das Associações de Moradores e da Cúria Diocesana (então ancorada em idéias progressistas da Teologia da Libertação) através de lutas e manifestações que marcaram o período. A Ideologia do Desenvolvimento, conforme estabelecida nos primórdios da construção da C.S.N., encontrava seu limite estratégico e concreto. Por este motivo, a cidade-estandarte do Brasil na primeira metade do século XX havia se tornado, algumas décadas depois, *insustentável*.

Evidentemente, a *insustentabilidade* de Volta Redonda perpassa pelos anátemas do próprio sistema capitalista, que ali se instalou em sua totalidade: superexploração dos trabalhadores, crescimento das desigualdades sociais, segregação espacial, acrescida dos volumosos problemas urbanos (com destaque para a questão habitacional), e por fim, a poluição ambiental. Todas estas questões são ulteriores ao modo de produção capitalista, e estão organicamente vinculadas ao ordenamento hegemônico vigente. Mas a problemática ambiental tem recebido cuidado especial em discussões internacionais por colocar em risco a própria manutenção do sistema, através do esgotamento da natureza enquanto combustível da máquina econômica. Logo, seguindo a cartilha mundial, para contornar a *insustentabilidade* de Volta Redonda haveria que se combater a poluição ambiental que já simbolizou em tempos pretéritos o progresso na cidade e agora adquiriu o *status* de maior problema local. E para solucionar a insustentabilidade da cidade, recorreu-se a uma concepção formulada no âmago do pensamento dominante como dispositivo de controle da crise ambiental: o Desenvolvimento Sustentável.

A formulação da idéia de Desenvolvimento Sustentável é o corolário de um longo processo, empreendido na segunda metade do século XX, de conciliação do modo de produção capitalista e a utilização racionalizada dos estoques de natureza-combustível, concebido a partir do momento que ficaram evidentes os limites da exploração desenfreada dos recursos e patente a real possibilidade de escassez. Mas o formato final desta nova concepção somente foi alcançado com a publicação do Relatório Brundtland, em 1987, que foi o resultado dos esforços de uma comissão da ONU responsável por encontrar uma solução inequívoca para os problemas de ordem ambiental.

Esta preocupação de conservar a natureza é deveras antiga, e remete aos escritos do pensador liberal norte-americano Gifford Pinchot, ainda no século XIX. Mas foi o conjunto formado, inicialmente, pela estupefação com os armamentos nucleares utilizados na Segunda Grande Guerra, e posteriormente, a expansão mundial do *american way-of-life*, o grande crescimento demográfico do pós-guerra e a emergência de um grande conjunto de problemas ambientais globais que fomentou o resgate destas antigas idéias, agora sintetizadas sob o epíteto de *conservacionismo* pelos nascentes movimentos ambientalistas e Partidos Verdes.

O conservacionismo pressupõe proteger a natureza para as gerações futuras, onde seu uso deve ser racional e adequado para se evitar o desperdício. Quando foram travados os pioneiros encontros globais sobre esta temática, e posteriormente utilizadas estas idéias conservacionistas, os estoques de natureza ainda remanescentes estavam localizados principalmente nos territórios dos países periféricos. É por este motivo que Manoel Rebêlo Jr. (2002, p. 06) garante que, desde o princípio, toda esta política de controle ambiental é seguramente uma proposta dissimulada de recolonização.

Mas a publicação do sombrio “Limites do Crescimento” pelo Clube de Roma (reunião de intelectuais e empresários patrocinada por fundações de mega-empresas), que apontava um futuro nebuloso devido às pressões demográficas sobre a natureza, e a realização da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, não indicaram uma solução factível para os problemas ambientais globais, e por isso não tiveram desdobramentos práticos. Como consequência, mal terminara a conferência, o “Choque do Petróleo”, patrocinado pelos países-membros (subdesenvolvidos) da OPEP, causou uma grande crise mundial e demonstrou a necessidade basilar de gestão protocolar da natureza dos países periféricos como garantia de segurança econômica.

Mas somente com a articulação do neoliberalismo emergente (explícito nas eleições de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, no final da década de 1970 e início da década de 1980) com a questão ambiental foi possível formular a concepção de Desenvolvimento Sustentável. O Relatório Brundtland, e posteriormente, a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (conhecida como ECO – 92) promoveram esta integração, de maneira que a Agenda 21 é um documento tipicamente neoliberal que proclama a liberdade de mercado como fundamento máximo de resolução para os problemas de ordem ambiental.

A realização da ECO – 92 no Rio de Janeiro, onde foi assinada a Agenda 21 e celebrado o Desenvolvimento Sustentável como preceito econômico-ambiental, provavelmente influenciou no leilão de privatização da C.S.N., que aconteceu em 1993. O grande número de greves e reivindicações na cidade não foi capaz de evitar a desestatização da usina, e o consequente afastamento definitivo das aplicações financeiras da empresa nas melhorias urbanas de Volta Redonda. Mas, mediante

impetrações jurídicas do Executivo Municipal, a C.S.N. privatizada tornou-se obrigada, já no edital do leilão, a realizar uma série de compensações ambientais e injetar capital em medidas de combate à poluição. Era a gênese do Desenvolvimento Sustentável em Volta Redonda, pautada inicialmente em mecanismos judiciais contra a nova direção da empresa, mas paulatinamente adequadas à nova estratégia de inserção da C.S.N. nos mercados globais.

Isto porque qualquer companhia siderúrgica do porte da C.S.N. precisa adequar-se aos procedimentos padronizados de certificação ambiental. Além do mais, os investimentos em meio ambiente por parte da C.S.N. estavam inseridos no imprescindível processo de atualização tecnológica da empresa, e também no atendimento às exigências do mercado globalizado. Por fim, os gastos ambientais seriam recompensados com os generosos e garantidos lucros do *marketing ambiental*. Assim, a construção do Desenvolvimento Sustentável para a C.S.N. significava, acima de tudo, a obtenção de lucros presentes e futuros.

Desamparadas pela C.S.N., as Administrações Municipais foram obrigadas a recriar a imagem da cidade, onde a construção do Desenvolvimento Sustentável tornou-se parte integrante de uma reestruturação urbana que englobava uma profunda reformulação estética em todo o município. Volta Redonda recebeu um grande investimento no embelezamento de praças, viadutos e avenidas, além de um extenso plano de trabalho que buscou deslocar o epicentro da “cidade-usina” para uma cidade baseada na “cidadania”, no que se refere à saúde, esporte, lazer e qualidade de vida. O *proletário*, assassinado simbolicamente na trágica greve de 1988, era progressivamente substituído pelo *cidadão*. Desta forma, a adoção do Desenvolvimento Sustentável para a Prefeitura Municipal de Volta Redonda compreende um conjunto de políticas públicas

de saneamento das necessidades básicas, com grande valor agregado de *marketing urbano*. É, antes de tudo, um discurso político de legitimação, e fator de cooptação das classes trabalhadoras órfãs do paternalismo outrora presente na cidade.

Sinteticamente, conforme já assinalamos anteriormente, a construção do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda significa:

- [1] Um conjunto de práticas espaciais integrantes do processo de *reestruturação territorial* em curso, já que compreende a implantação de novos objetos (áreas de proteção ambiental, estações de tratamento de água e esgoto, reflorestamento, instalação de fábricas ecologicamente corretas, entre outros) e novas ações (cursos de artesanato e jardinagem, gestão ambiental das empresas, reciclagem, arborização, educação ambiental ostensiva etc.). Há um processo de reestruturação de poderes na cidade, com o fim da simbiose entre C.S.N. e Prefeitura, e a revalorização do *território* através da gestão criteriosa da natureza;
- [2] Uma nova *ideologia* capaz de agregar interesses difusos e eclipsar as dissonâncias de classe, que oculta sua gênese nas necessidades da C.S.N. de promover sua gestão ambiental e do Poder Municipal de recriar a cidade, promovendo a impressão de ser consequência dos debates travados no âmbito de eventos específicos da sociedade local. A ideologia existe em bases concretas, conforme o novo conjunto de objetos da cidade, e propaga a impressão de

interesse comum. Logo, o fausto sobre os conseqüentes benefícios são formas de eclipsar seu verdadeiro interesse: a manutenção da ordem dominante vigente.

Por conseguinte, fatos da história local se repetem como farsa. Da mesma forma que o desenvolvimento nacionalista representou amplas melhorias para a cidade o Desenvolvimento Sustentável também o faz atualmente, com a revalorização da natureza e diminuição das mazelas ambientais. A execução de um arremedo de cidade industrial inspirada na obra de Tony Garnier também se repete na adaptação de um modelo de *cidade sustentável* que não modifica a segregação territorial existente. Ademais, o sentimento de coalizão dos trabalhadores da cidade na construção de um país moderno e industrial agora corresponde, analogamente, ao interesse comum de consecução de um mundo melhor e ecologicamente saudável.

Entretanto, não resta dúvida que a população da cidade tem notado importantes sucessos no combate aos problemas ambientais. Volta Redonda novamente moderniza-se, com a construção de novos objetos monumentais (como o suntoso estádio de futebol – o “Estádio da Cidadania” –, ginásios de *skate* e poliesportivos), e a reformulação de praças e avenidas, e rapidamente recupera seu orgulho. Concomitantemente, o trabalho sério e vigoroso da Agenda 21 Local, que congrega sindicatos, associações de moradores, igrejas e muitos outros grupos, tem se mostrado um importante canal de participação popular nas questões da cidade, e comprovado como as questões ambientais devem ser enxergadas como problemas eminentemente sociais.

Contudo, novos questionamentos surgem: Quais os limites da construção do Desenvolvimento Sustentável em Volta Redonda? Quais as restrições futuras para os benefícios sociais alcançados por este novo modelo que não modificou circunstancialmente a segregação presente no território? Até quando a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável será capaz de conciliar diferentes interesses em uma cidade historicamente marcada pela luta?

Ruy Moreira (1987, p. 145) garante, em sua preeminente obra *O Discurso do Avesso*, que o “processo de crítica é o primeiro grito por uma transformação”. Esta é a proposta central que aqui definimos. Assim, no preâmbulo da Agenda 21 (2001, p. 09), lemos que o seu objetivo é “preparar o mundo para os desafios do próximo século”, “em uma associação mundial para o Desenvolvimento Sustentável”. De forma alguma entendemos este modelo de desenvolvimento como instrumento de transformação social. Além do mais, o fatalismo desta *agenda* e dos documentos que pretendem consubstanciar um *futuro comum* parece querer inculcar na população mundial a idéia de que somos todos pacientes da história, e não seus sujeitos (CHAUÍ, 1982, p. 125). Preferimos, então, fazer coro com Eric Hobsbawm (2000, p. 562), quando este afirma que, para não fracassarmos, o futuro não pode ser um mero prolongamento do passado ou do presente. E enquanto sujeitos da história, podemos mostrar para Slavoj ŽIŽEK – lembrado na introdução deste trabalho – que somos capazes não só de evitar um assombroso colapso da natureza, mas também de empreender a construção de uma alternativa séria e real ao sistema político-econômico dominante.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. Desenvolvimento Sustentável: A Luta por um Conceito. In: **Proposta: Experiências em Educação Popular. Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Rio de Janeiro, FASE, N.º 56, Ano XVII, p. 5-8, Março/1993.
- \_\_\_\_\_. Discursos da sustentabilidade urbana. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** ANPUR, nº1, maio, 1999.
- \_\_\_\_\_. Sustentabilidade, Espaço e Tempo. In HERCULANO, Selene C. **Meio Ambiente: Questões Conceituais I.** Niterói, PGCA – Riocor, 2000.
- AGENDA 21. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. A **Agenda 21.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.
- ALBERTI, Verena. **A Construção da Grande Siderurgia e o Orgulho de ser Brasileiro:** Entrevistas com Pioneiros e Construtores da C.S.N. Rio de Janeiro, CPDOC, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalho.** Campinas, Ensaio / UNICAMP, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Os Sentidos do Trabalho:** Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. 4. Ed. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.
- AVENA, Armando. Hayek e o Caminho da Servidão. In: AVENA, Armando. **A Última Tentação de Marx.** Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1999.
- ASSIS, José Chacon. **Brasil 21 – Uma Nova Ética para o Desenvolvimento.** 5. Ed. Rio de Janeiro, CREA – RJ, 2000.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente:** As Estratégias de Mudanças da Agenda 21. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2001.

BASTOS, Paulo Gustavo Pereira. **Moradia Operária:** Da gênese à privatização da C.S.N. – 1940 à 1993: Volta Redonda: Uma Contribuição à Análise Morfológica, 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2005.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington:** A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://tarcisiodezena.sites.uol.com.br/apostila/conswash.htm>>. Acesso em 10 de junho de 2005.

BAYLISS-SMITH, Tim; OWENS, Sandra. O Desafio Ambiental. In GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (orgs.). **Geografia Humana:** Sociedade, Espaço e Ciência Social. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.

BECKER, Bertha K. A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs.) **Geografia:** Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

BEDÊ, Waldir Amaral. **Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964).** História Social. Volta Redonda / RJ, SMC / PMVR, 2004.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Batista; GUERRA, Antônio Teixeira. **A Questão Ambiental:** Diferentes Abordagens. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

BETTO, Frei. Teologia da Libertação e Socialismo. In: **Revista Socialismo e Democracia.** São Paulo, Editora Alfa-Ômega, n.º 10, p.49-55, Abril / Junho de 1986.

BINSZTOK, Jacob. Principais Vertentes (Escolas) da (Des) Ordem Ambiental. In: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO. **Território Territórios**. Niterói / RJ, UFF/AGB, 2002.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil Privatizado: Um Balanço do Desmonte do Estado**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura Familiar, ONG's e Desenvolvimento Sustentável**. Curitiba, Editora da UFPR, 1999.

BREDARIOL, Celso; VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Política Ambiental**. Rio de Janeiro, Record, 1998.

BRITO, Daniel Chaves de; RIBEIRO, Tânia Guimarães. A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social. In: **Ambiente & Sociedade**. [online]. Campinas, 2003, vol.6, nº.1, p.147-164. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2003000200009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000200009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 09 de maio de 2005.

BRÜGGUER, Paula. **Educação ou Adestramento Ambiental?** Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1994.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - 1988. **Nosso Futuro Comum** (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CANDIDO, Flávia Aparecida de Rezende Castro. **Agenda 21 de Volta Redonda**. Trabalho de Educação Ambiental em Parceria com Escolas do Município. 2001. 43p. 2001. Monografia (Especialização em Planejamento e Gestão Ambiental). Universidade Severino Sombra, Vassouras / RJ, 2001.

- CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. 22. Ed. São Paulo, Editora Cultrix, 1999.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo, EDUSP, 1994.
- CARNEIRO, Eder Jurandir. Política Ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (orgs.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e Conflitos Sócioambientais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.
- CARVALHO, Marcos César Araújo. Niterói: A Construção de uma Imagem de “Cidade da Qualidade de Vida”. In: **Revista Fluminense de Geografia**. Niterói, AGB, nº. 01, v. 01, p. 63-78, 2002.
- CARVALHO, Pompeu F.; MAURO, Cláudio A.; COSTA, José L. R. A Questão Ambiental Demandando uma Nova Ordem Mundial. In: SOUZA, Maria Adélia A.; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, Mônica (orgs.). **O Novo Mapa do Mundo. Natureza e Sociedade de Hoje**: Uma Leitura Geográfica. São Paulo, HUCITEC, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. Ideologia e Educação. In: **Educação e Sociedade – 5**. São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados/CEDES, 1980, p. 24-40. (192p).
- \_\_\_\_\_. **O que é Ideologia**. 9. Ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas**. 3. Ed. São Paulo, Editora Moderna, 1982a.
- \_\_\_\_\_. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-Mundo:** Brave modern world. Petrópolis / RJ, Vozes, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDALH, Zeny (Orgs.).**Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

CORRÊA, Sílvia Borges. A Agenda 21 de Volta Redonda: Um Caso de “Sucesso”. In: Congresso Acadêmico sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro (CADMA – RJ), 1º, 2004. **“Administração para um Desenvolvimento Sustentável”.**

Rio de Janeiro, FGV, 2004. Disponível em: <<http://www.ebape.fgv.br/radma/doc/SMA/SMA-057.pdf>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2006.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDALH, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998.

COSTA, Alkindar. **Volta Redonda: Ontem e Hoje** (Edição Comemorativa 50 anos). 1 CD-ROM. Volta Redonda, 2004.

COSTA, Célia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Kenneth. (orgs.). **O Bispo de Volta Redonda: Memórias de Dom Waldyr Calheiros.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

COSTA, Edgar Aparecido da. O Discurso do Desenvolvimento Sustentável a serviço do Capitalismo Mundial. In: ENG – Encontro Nacional de Geógrafos, XIII, 2002, **Anais.** João Pessoa / PB, Universidade Federal da Paraíba, 2002. 1 CD-ROM.

- COTRIM, Fernando da Silveira. Siderurgia. In: TAVARES, Maria da Conceição et al. **O Estado que Nós Queremos**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1993.
- DIEGUES, Antonio C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo, HUCITEC, 1996.
- ENGELS, Friedrich. **Dialéctica da Natureza**. Lisboa, Editorial Presença, 1978.
- EVASO, Alexander S. BITTENCOURT Jr., Clayton; VITIELLO, Márcio A.; NOGUEIRA, Sílvia M.; e RIBEIRO, Wagner C. Desenvolvimento Sustentável: Mito ou Realidade? In: **Revista Terra Livre**. Geografia, Política e Cidadania, São Paulo, AGB, n.º 11-12, p. 91-101, 1992.
- FLAVIN, Christopher. Desenvolvimento Sustentável: Uma Visão Econológica. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 54, n.º 10, p. 44-48, Fundação Getúlio Vargas, Outubro – 2000.
- FOLADORI, Guillermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas / SP, Editora da UNICAMP, 2001.
- FONSECA, Pedro Cesar Dutra. **Vargas: O Capitalismo em Construção (1906-1954)**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.
- FONTES, Ângela Maria Mesquita; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina? In: **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 01, n.º 04, p. 15-23, 1986.
- FORUM DA AGENDA 21 DE VOLTA REDONDA, **Agenda 21 de Volta Redonda**. Volta Redonda, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Educação e a Crise do Capitalismo Real.** 4. Ed. São Paulo, Cortez, 2000.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** 2. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

FUSCO, Fabrício Marini. O Planejamento Territorial como Instrumento de Desenvolvimento Local: O Médio Vale do Paraíba Fluminense – RJ. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo. (orgs.). **Revisitando o Território Fluminense.** Rio de Janeiro, NEGEF, 2003.

GAFFNEY, Christopher; MASCARENHAS, Gilmar. O Estádio de Futebol como Espaço Disciplinar. In: **Seminário Internacional Michel Foucault – Perspectivas.** Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2004.

GANDRA, Marcos Aurélio Ramalho. **O Novo Sindicalismo em Volta Redonda:** Greves, Relação com os outros Movimentos Sociais, Controle Operário e Resistência à Privatização da C.S.N, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade.** São Paulo, Editora UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. A Vida em uma Sociedade Pós-Tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva:** Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

\_\_\_\_\_; PIERSON, Christopher. **Conversas com Anthony Giddens:** O Sentido da Modernidade. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

GOMES, Flávio de Almeida. O Ordenamento Territorial e a Geografia Física no Processo de Gestão Ambiental. In: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO. **Território Territórios**. Niterói / RJ, UFF/AGB, 2002.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Os Limites do “Limites do Crescimento”**: Contribuição ao Estudo da Relação Natureza e História, 1985. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

\_\_\_\_\_. Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável. In: **Revista Terra Livre**. Geografia, Política e Cidadania, São Paulo, AGB, n.º 11-12, p. 9-76, 1992.

\_\_\_\_\_. **Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente**. 7. Ed. São Paulo, Editora Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. A Invenção de Novas Geografias. In: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO. **Território Territórios**. Niterói / RJ, UFF/AGB, 2002.

GORENDER, Jacob. O Nascimento do Materialismo Histórico (Introdução). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

GRACIOLLI, Edilson José. **A Ponta de um Iceberg**: A Greve na C.S.N. em Novembro/88, 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. Fundo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: uma experiência de pesquisa. In: **Cadernos AEL**: Sindicalismo e Protesto Social, Campinas / SP, UNICAMP-IFCH, v. 7, n.º 12 / 13, 2000.

GRANDE, Luís Antônio Braga. **Um Projeto de Sustentabilidade para Volta Redonda:** Elaboração e Implementação da Agenda 21 Local, 1999. Monografia (Especialização) – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. Desenvolvimento Sustentável: Da Retórica à Formulação de Políticas Públicas. In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana (Orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno de ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Espaço & Debates.** São Paulo, v.16, n.º 39, p. 48-64, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Condição Pós-Moderna:** Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 13. Ed. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos:** O Breve Século XX: 1914 – 1991. 2. Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Mundos do Trabalho:** Novos Estudos sobre História Operária. 3. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000a.

JUNG, Jacques. Ordenación del Territorio. In: JUNG, Jacques. **La Ordenación del Espacio Rural:** Una ilusión económica. Madri, Instituto de Estudios de Administración Local, 1972.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização:** Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

LACERDA, Andressa; SIMÕES, Luisa. ISO 9 000 e ISO 14 000: O Mito da Imagem da Reestruturação. In: MOREIRA, Ruy. (org.). **A Reestruturação Industrial e Espacial do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói, RJ, GERET / NEGT/ GECEL – Universidade Federal Fluminense, 2003.

LASK, Tomke Christiane. **Ordem e Progresso**: A Estrutura de Poder na "Cidade Operária" da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (1941-1964), 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

LASSEROTTI, Fabiana Teixeira R. As Políticas da Companhia Siderúrgica Nacional e a Vida de seus Trabalhadores. In: KIRSCHNER, Ana Maria (org.). **Brasil: Mosaico da Década de 90**. Rio de Janeiro, IFCS – UFRJ, 1999.

LAYRARGUES, Philippe P. Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução de um Conceito? In: **Proposta**: Experiências em Educação Popular. Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, FASE, N.º 71, Ano XVII, Dezembro/Fevereiro/1997, p. 5 - 10. (56p.)

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y Política**. Barcelona, Ediciones Península, 1976.

LEFF, Enrique. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. In: REIGOTA, Marcos. **Verde Cotidiano**: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

\_\_\_\_\_. **Epistemología Ambiental**. 3. Ed. São Paulo, Cortez, 2002.

LEMOS, Haroldo M. de. O Homem e o Meio Ambiente. In: **FÓRUM UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, Anais**, p. 3-12. Rio de Janeiro, Fundação MUDES, Universidade Federal Fluminense, 1991.

LIMONAD, Ester. Urbanização e Natureza no Século XXI: Rumo a uma requalificação da questão social? In: FERREIRA, Y. N. (org.). **Construção do Saber Urbano-Ambiental** – A Caminho da Interdisciplinaridade. Londrina / PR, Humanidades, 2003.

LOMIENTO, Keitt Passos do N. **Degradação e Preservação do Meio Ambiente: O Caso da Companhia Siderúrgica Nacional**, 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

LOPES, Alberto da Costa. **A Aventura da Cidade Industrial de Tony Garnier em Volta Redonda**, 1993. 235 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LOPES, José Sérgio Leite et al. **Participação da População no Controle da Poluição Industrial no Brasil e na Argentina** (Relatório Final entregue à Fundação Ford). 2. Ed. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. A Ambientalização dos Conflitos em Volta Redonda. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: Elementos para uma Análise Marxista. São Paulo, Editora Cortez, 1989.

MACHADO, Daltro De La Puente. A Agenda 21 e o Cristão. **O Batista do Sul**, Volta Redonda, p. 06, Agosto de 1998.

MANGABEIRA, Wilma Colonia. **Dilemas do Novo Sindicalismo**: Democracia e Política em Volta Redonda. Rio de Janeiro, Relume-Dumará – ANPOCS, 1993.

MARAFON, Glaucio; RIBEIRO; Miguel Ângelo; SILVA, Cláudia Maria Arantes; SILVA, Eduardo Sol Oliveira da; LIMA, Marcos Rodrigues Ornelas de. **Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro: Uma Contribuição Geográfica.** Rio de Janeiro, Gramma, 2005.

MARQUES, Hélio César Fernandes. **Desenvolvimento Sustentável:** Proposta Efetiva para o Equacionamento da Crise Sócio-Ambiental ou um Novo Dispositivo de Controle Ideológico para a Questão Ambiental?, 2000. 94 f. Dissertação (Mestrado em Conservação e Manejo de Recursos) – Centro de Estudos Ambientais, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política.** São Paulo, Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. **A Burguesia e a Contra-Revolução.** 2. Ed. São Paulo, Cadernos Ensaio, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte.** 2. Ed. São Paulo, Centauro Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo, Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Lisboa, Editorial Avante, 1975.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

MASCARENHAS, Gilmar; OLIVEIRA, Leandro Dias de. **“Adeus ao Proletariado?”: A Dimensão Simbólica do Estádio da Cidadania (Volta Redonda – RJ / Brasil).** Rio de Janeiro, 2006. (mimeo)

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, W. W. **Limites do Crescimento:** Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo, Editora Perspectiva, 1973.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia e Meio Ambiente.** 3. Ed. São Paulo, Contexto, 1988.

MINC, Carlos. **Como Fazer Movimento Ecológico e Defender a Natureza e as Liberdades.** Petrópolis, Editora Vozes, 1985.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas:** Espaço, Cultura e Política no Brasil. 3. Ed. São Paulo, HUCITEC, 1996.

MOREIRA, Ruy. **O Discurso do Avesso** (E para a Crítica da Geografia que se Ensina). Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1987.

\_\_\_\_\_. População e Recursos Humanos: Tematizando um Velho Paradigma. In: **FÓRUM UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, Anais**, p. 15-19. Rio de Janeiro, Fundação MUDES, Universidade Federal Fluminense, 1991.

\_\_\_\_\_. O racional e o simbólico na Geografia. In: SOUZA, Maria Adélia A.; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, Mônica (orgs.). **O Novo Mapa do Mundo. Natureza e Sociedade de Hoje:** Uma Leitura Geográfica. São Paulo, HUCITEC, 1993.

\_\_\_\_\_. O Espaço e o Contra-Espaço: Sociedade Civil e Estado, Privado e Público na Ordem Espacial Burguesa. In: **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO. Território Territórios.** Niterói / RJ, UFF/AGB, 2002.

\_\_\_\_\_. Ascensão e Crise de uma Paradigma Disciplinar: O Espaço do Complexo C.S.N. – Volta Redonda e a Sociedade do Trabalho Avançada no Brasil. In: MOREIRA, Ruy. **A Reestruturação Industrial e Espacial do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói, RJ, GERET / NEGT/ GECEL – Universidade Federal Fluminense, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Círculo e a Espiral: Para a Crítica da Geografia que se Ensina – I**. Niterói / RJ, Edições AGB – Niterói, 2004.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. **A Ferro e Fogo: Construção e Crise da "Família Siderúrgica": O Caso de Volta Redonda (1941-1968)**, 1989. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. A Construção da “Família Siderúrgica”: Gestão Paternalista e Empresa Estatal. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). **Trabalho e Tradição Sindical no Rio de Janeiro: A Trajetória dos Metalúrgicos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Cabeça Bem-Feita: Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento**. 3. Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

NARANJO, Florencio Z. Geografía y ordenación del territorio. In: Íber, Didáctica de las ciencias sociales. **Geografía e Historia**, Barcelona, Nuevas Fronteras de Los Contenidos Geográficos, N.º 16, p. 19-31, 1998.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. **Reestruturação Produtiva e Regionalização da Economia no Território Fluminense**, 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco.** São Paulo, Boitempo Editorial, 2003a.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável no Ensino da Geografia.** 2001. 176 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdade de Formação de Professores (FFP), São Gonçalo / RJ, 2001.

\_\_\_\_\_. O Ensino de Geografia e o Desenvolvimento Sustentável: Espectros de uma idéia dominante de nossa época. In: ENPEG – ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 7º, 2003, Novos Desafios na Formação do Professor de Geografia, **Anais.** Vitória, AGB - Espírito Santo, 2003b. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: Notas para Reflexão. In: **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, UERJ-FFP, v. I, n. 2, p. 33-38, 2005.

PEITER, Paulo; TOBAR, Carlos. Poluição do ar e condições de vida: uma análise geográfica de riscos à saúde em Volta Redonda, Rio de Janeiro, Brasil. In: **Cadernos de Saúde Pública.** [online], jul./set. 1998, vol. 14, nº. 3, p.473-485. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-11X1998000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-11X1998000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 09 de maio de 2005.

PENNA, Carlos Raja Gabaglia. Considerações sobre o Desenvolvimento Sustentável. In: FONSECA, Denise Pini Rosalem da; SIQUEIRA, Josafá Carlos da. **Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro, Sette Letras: Historia y Vida, 2002.

PENTEADO, Heloísa. **Meio Ambiente e a Formação de Professores.** 3. Ed. São Paulo, Editora Cortez, 2000.

PEREZ, Reginaldo Teixeira. **O Pensamento Político de Roberto Campos.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.

PIQUET, Rosélia. Volta Redonda: Um exemplo clássico de cidade-empresa. In: PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa:** presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **A Nova Aliança.** Brasília, Editora da UNB, 1991.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

RABÓCZKAY, Tibor. **Repensando o Partido Verde.** Cotia – SP, Ateliê Editorial, 2004.

RATTNER, Henrique. Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável. In: HOYOS, Juan L. Bardález. (Org.) **Desenvolvimento Sustentável:** Um Novo Caminho? Belém, UFPA, NUMA, 1992, p. 13-41.

REBÉLO JÚNIOR, Manoel. **O Desenvolvimento Sustentável:** A Crise do Capital e o Processo de Recolonização. 2002. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

RIBEIRO, André de Vasconcelos et al. **Volta Redonda:** A História de uma Usina ou de uma Cidade? Rio de Janeiro, Instituto de Geociências – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento. In: RIBEIRO, Gustavo Lins et. al. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Reprodução:** Visões da ECO – 92. Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisa/ ISER, p. 5-36, 1992.

RODRIGUES, Arlete Moyses. Espaço, Meio Ambiente e Desenvolvimento: Releituras do Território. In: **Revista Terra Livre**. Geografia, Política e Cidadania, São Paulo, AGB, n.º 11-12, p. 77-90, 1992.

\_\_\_\_\_. Novas práticas e novas matrizes discursivas? In: SOUZA, Maria Adélia A.; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, Mônica (orgs.). **O Novo Mapa do Mundo. Natureza e Sociedade de Hoje**: Uma Leitura Geográfica. São Paulo, HUCITEC, 1993.

RUA, João. **Modernização, desenvolvimento e desenvolvimento local**: procurando a regeneração de um conceito. São Paulo, 2003. (mimeo)

SACHS, Ignacy. Estratégias de Transição para o Século XXI. In: CADERNOS DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: **Sociedade, Desenvolvimento, Meio Ambiente**, n.º 01. Paraná, Ed. da UFPR, 1994.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

SAHRH, Wolf-Dietrich. O Desenvolvimento Sustentável – Uma Palavra e as Coisas. In: **Revista RAEGA**, n.º 02. Curitiba, EDUFPR, 1998.

SANTOS, Alaine Azevedo dos; CASTILHO, Carla de; SANTOS, Marcella Leal dos. **A Vida Urbana de Volta Redonda**: Conflitos e Desenvolvimento. Volta Redonda, Universidade Geraldo de Biase (UGB) – Fundação Educacional Rosemar Pimentel (FERP), 2004.

SANTOS, Alexandre Mello; MOTA, Athayde. Desafios para a Sustentabilidade no Espaço Urbano Brasileiro. In: GRAZIA, Grazia de et al. **A Sustentabilidade do**

**Modelo Urbano Brasileiro – Um Desafio.** Rio de Janeiro, Projeto Brasil Sustentável – FASE, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências.** 8. Ed. Porto, Edições Afrontamento, 1996.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, EDUSP, 2002.

SCHLESINGER, Sérgio. **Indústria no Brasil:** Produção Sustentável, Consumo Democrático. Rio de Janeiro, Projeto Brasil Sustentável: FASE, 2001.

SCHMIDHEINY, Stephan. **Mudando o Rumo:** Uma Perspectiva Empresarial Global sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

SILVA, Pedro Carlos Teixeira da. **A Universidade Nasce na Curva do Rio:** Memórias, Depoimentos e Reflexões sobre Volta Redonda. Curitiba, Neoprint Reprodução de Impressos, 1997.

SIMONSEN, Mário Henrique. Roteiro para tornar o Brasil moderno. In: BUENO, Ricardo; FARO, Luiz Cesar. **Capital e Trabalho:** Os Melhores Depoimentos do Cenário Sindical. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1991.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual:** Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. **Pelo espaço da cidade:** Aspectos da Vida e do Conflito Urbano em Volta Redonda, 1992. 1994. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) –Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

SOUZA, Marcelo L. de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento socioespacial. In: **Território** / LAGET, UFRJ. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, Vol. 1, nº 1, p. 5-22, 1996.

TIEZZI, Ricardo. **A Usina da Injustiça:** Como um só homem está destruindo uma cidade inteira. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

TORRES, Frederico Vianna. **A Poluição do Ar causada pelas Usinas Siderúrgicas.** 48 f. Tese de Livre Docência, Universidade Federal Fluminense (UFF), Volta Redonda / RJ, s/d.

VEIGA, José E. da. A Face Territorial do Desenvolvimento. In: Encontro Nacional de Economia, 27.º, 1999, **Anais**. Belém, p. 1301-1318, 1999.

VIEIRA, Susana Camargo. A Construção do Conceito de Desenvolvimento Sustentável. In: FONSECA, Denise Pini Rosalem da; SIQUEIRA, Josafá Carlos da. **Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Sette Letras: Historia y Vida, 2002.

WIRTH, John D. **A Política de Desenvolvimento na Era de Vargas**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973.

ŽIŽEK, Slavoj. Introdução: O Espectro da Ideologia. In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.